

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**MÁRCIA MILENA GALDEZ FERREIRA**

**“Tudo é Desterro?”**

Construção e desconstrução de *regiões* no *Centro Histórico* de São Luís

São Luís  
2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**MÁRCIA MILENA GALDEZ FERREIRA**

**“Tudo é Desterro?”**

Construção e desconstrução de *regiões* no *Centro Histórico* de São Luís

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como exigência para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Prof Dra. Elizabeth Maria Beserra Coelho

São Luís  
2005

FERREIRA, Márcia Milena Galdez.

“Tudo é Desterro”?: construção e desconstrução de *regiões* no *Centro Histórico* de São Luís/ Márcia Milena Galdez Ferreira. – São Luís, 2005.

151 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, 2005.

1. Antropologia Social. 2. Centro Histórico de São Luís (Bairro do Desterro) – Processo de identificação dos moradores. 3. Bairro do Desterro – São Luís, Maranhão.

I. Título.

CDU 39

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS  
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**MÁRCIA MILENA GALDEZ FERREIRA**

**“Tudo é Desterro?”**

Construção e desconstrução de *regiões* no *Centro Histórico* de São Luís

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão como exigência para obtenção do título de mestre.

Aprovada em    /    /

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Elisabeth Maria Beserra Coelho(Orientadora)  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Dr. Horácio Antunes de Sant’Ana Júnior  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Dr. Marcos Antônio Barbosa Pacheco  
Centro de Ensino Universitário do Maranhão

*“As ilusões caem uma após outra, como as  
cascas de uma fruta, e a fruta é a  
experiência”.*

Gerard de Nerval

*“Uma fronteira não é o ponto onde algo  
termina, mas, como os grupos  
reconheceram, a fronteira é o ponto a  
partir do qual algo começa a se fazer  
presente”.*

Martins Heidegger

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	14
1.1 “Balança mas não cai”: o encontro com o exótico	19
1.2 Construção do problema	27
1.3 Metodologia adotada	34
<b>2 DOIS PEDAÇOS DE CHÃO: o de “cima” e o de “baixo”</b>	43
2.1 “Tudo é Desterro”: negação (?) da <i>fronteira</i>	44
2.2 “Desterro é Desterro, 28 e rua da Palma é 28 e rua da Palma”: afirmação da <i>fronteira</i>	60
2.3 Rua da Palma: uma <i>fronteira</i> entre os de “cima”?	67
<b>3 MOVIMENTOSE FRONTEIRAS</b>	76
3.1 Quando os de “cima” são “figura principal”	77
3.1.1 Antigos e amigos	77
3.1.2 “A gente samos os artistas do Reviver, nós somos patrimônio também”	78
3.1.3 “Nós samos as principais figuras”: posse de uma memória legítima da ZBM	83
3.1.4 Culto à ZBM: “zona acabou”?	87
3.1.5 “Traficantes e marginais”: “herdeiros sociais da zona” ou <i>outsiders</i> ?	97
3.1.6 Sem casa, sem emprego e sem educação: vulneráveis e marginalizados	104
3.2 Quando os de “cima” são “zona”	113
3.2.1 De “diambeiros, assaltantes e estrupadores” <i>outsiders</i> a “vagabundinhos fixos”, “mansos como o cachorro ao dono”	113
3.2.2 “No tempo que era zona era mais respeitado”, “aquilo é um atoísmo muito grande”	119
3.3 Quando os de “baixo” são <i>guardiões de histórias</i> e <i>gente de família</i>	121
3.3.1 Entre moradores antigos, saudades do tempo ido	121
3.3.2 Quando a “zona” maculava a imagem do “Desterro”	122
3.3.2 “gente de família, gente que presta	124
3.3.4 “Inferninhos” entre os de “baixo”	125
3.4 Quando os de “baixo” são a “‘porra’ elitizada”: “essa ‘porra’ é tudo uma ‘merda’ só”	127
3.4.1 “É todo mundo achatado”	128
3.4.2 “Aqui teve cabaré, lá também teve”	131
3.4.3 “Que história que o Desterro tem?”	132

<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>133</b>
REFERÊNCIAS.....	136
ANEXOS.....	138

#### LISTA DE DIAGRAMAS

Diagrama 1 -	representação da <i>região Centro Histórico</i> .por moradores –A
Diagrama 2 -	representação do “bairro” do Desterro por moradores -A
Diagrama 3 -	representação do “bairro” do Desterro por agentes externos
Diagrama 4 –	representação do “bairro” do Desterro por moradores –B
Diagrama 5 -	representação da <i>região Centro Histórico</i> .por moradores –B

À minha mãe, por sua rara sensibilidade.  
Pouquíssimos intelectuais, literatos e  
artistas comungam desse mesmo dom.



E ao meu pai, pelo aprendizado diário e  
incessante de que a família é a maior  
dáviva da vida.

**“Entre a zona e o lar:”**

Construção e desconstrução de *regiões* no *Centro Histórico* de São Luís

**Márcia Milena Galdez Ferreira**

Interpretação de processos e movimentos de identificação em curso entre moradores de um trecho do Centro Histórico de São Luís que vem sendo designado por estes e por instituições públicas e privadas que ali realizam investimentos como bairro do Desterro. O problema abordado foi construído a partir do mapeamento dos critérios de classificação utilizados por estes moradores nas suas relações cotidianas, onde a memória da Zona do Baixo Meretrício, que ali vigorou por várias décadas, se apresenta como um dos elementos que institui princípios de divisão entre eles, já que são demarcadas *fronteiras* entre o lugar da moral e da família e o da zona.. Utilizo o conceito de *região* de Bourdieu (2003,p.113) para construir *regiões* que ora se apresentam separadas por *fronteiras* ora se imiscuem numa única *região*, por mim designada como *região Centro Histórico*. Utilizo o conceito de *fronteira* como “lugar de passagem” (HALL, 2003,p.33), onde atores sociais que se classificam como *outros*, identificam-se, em outros momentos, como *mesmos*. A incursão pelo terreno da memória faz-se imprescindível para a compreensão da reprodução de territórios que se identificam e/ou são identificados como representativos da retidão moral (espaço da família, da higiene e da estabilidade) ou da promiscuidade e do desvio (espaço de prostituição, criminalidade, e violência).

Palavras-chave: região, fronteira, memória, identificação.

## **SUMMARY**

## AGRADECIMENTOS

A todos que seguraram minhas mãos bambas e me empurraram para frente, quando não havia mais caminho de volta.

A Deus, que me fez “tão fraca e forte, tão sal e doce”, por me presentear e me fazer purgar essa experiência rica e dolorosa.

Aos meus pais, José Alfredo e Filomena, e aos meus irmãos (Michela, Fábio e Marcos), porque éramos seis, e aos meus sobrinhos queridos (Laís e Gabriel) que nos fazem ser oito.

A minha orientadora Elizabeth Coelho pela aceitação da orientação desse trabalho e pela maestria com que sempre dosou a multiplicidade de papéis e de atitudes necessários a essa empreitada, sendo professora, profissional, conselheira e analista nas horas certas.

Ao professor Alexandre Corrêa pela orientação acadêmica, pelo aprendizado durante a monitoria da disciplina de Política Cultural, pelas atividades desenvolvidas no grupo de pesquisa Patrimônio e Memória, por viabilizar a oportunidade de participação no projeto Viver o Desterro (que me abriu espaço para contatos e interpretações acerca do campo empírico aqui estudado) e, principalmente, por me convidar, de forma madura e honesta, a refletir sobre a continuidade da orientação desse trabalho.

Aos professores do PPGCS/UFMA, especialmente Sérgio Ferreti, Horácio Antunes, José Alcântara, Sandra Nascimento, Maristela Andrade e Alfredo Wagner, pelo aprendizado intelectual e humano construído ao longo das disciplinas e impasses dessa turma.

Aos professores Ednalva Maciel e Horácio Antunes pela leitura atenta e pelas sugestões feitas à primeira versão desse trabalho, quando do exame de qualificação.

Aos *amiguinhos mestrondos* Adroaldo (vulgo Miguel), Ronald Clay (poliglota da Liberdade), Rosiana Freitas (dura na queda), Cristiane Jacinto (pidona dos olhos verdes), Heitor Carvalho (pé de valsa, de samba e de lambada), Jacyara Melo (mãe guerreira e conselheira), ao trio Amanda Santos, Flávio, Marilande (companheiros da *misericórdia*) e Arinaldo (pelo silêncio sagrado e profano), pelas discussões antropológicas, sociológicas, historiográficas e psicanalíticas travadas ao longo desse curso, pelos conflitos e confraternizações amistosas temperadas com comida e bebida na dose certa.

Aos amigos, também *mestrondos*, que cuidaram de mim nesses dois anos, tendo sempre um carão e um ombro amigo, um elogio e uma crítica a me ofertar: Yuki Michael (cúmplice na angústia e prático na agonia), Raimundo Inácio, *padreco*, (sempre amigo, cristão e irmão) e Gabriel Navalha, (irmãozinho mais velho, fiel até na amnésia).

A *mestronda* e Mãe Cleo, informante, mediadora e companheira de agonias no campo empírico, pela maturidade com que conduzimos a feitura de nossos trabalhos.

Aos amigos, por suportarem meus papos e programas de antropóloga, especialmente Pablo Habibe (amigo, acompanhante de campo, divã e livro de auto-ajuda), por repetir contínua e

incessantemente que eu ia conseguir; Helen Lopes (meu *amigo Pedro*), por dizer que entende, mas não aceita, o fim da minha história com a academia; Josenildo (*sabedor das gentes* e sofredor dos mesmos males que eu) por verbalizar que é preciso acabar com os trabalhos antes que eles acabem com a gente; Alissom (*amigo de fossa*) e Patrícia pela companhia nos trabalhos de campo; Enne (ex-aluna e amiga *paty*) por me emprestar seus *olhos de ver* no campo, quando os meus, já viciados pela familiaridade, não conseguiam mais estranhá-lo; e ao clã Santos (Karla, Ana Cláudia, Emília, Tony, Waldir, Inácia, Taís e Valquíria) pela paciência e preocupação com meus desabafos histéricos.

Às “mestrandinhas” Talyssa e Sofia (aprendiz de antropóloga que se abraçava à sua boneca, enquanto eu e sua mãe trilhávamos pelos *cantos* e *antros* do Desterro), nossa referência do tempo que passa e lembrança de que, no mundo lá fora, tudo cresce enquanto a gente escreve.

Aos alunos (e amigos) especiais que o mestrado me proporcionou conhecer, especialmente Lisbeth e Flávia Moura.

Aos amigos e colegas de sempre, ausentes ou presentes ao longo dessa caminhada: Kel e Leide (irmãs postiças), Marilena (mãe ausente), Iris (clariciana e rodrigueana como eu), Jorge Paz (irmãozinho), Guimarães, Ceia, Carioca, Renildo, Silvana (eterna chefinha), Leo (amigo e tratante), Marcelo, Luana, Bruno, Hertz, Werck, Paulinho, Lídia, Gilson, Lígia, Emília, Regina, Fátima, Ashley, Márcio Alexandre e aos meus primos *heavy metal* (amigos de infância e adolescência e, decerto, companheiros na maturidade).

Aos professores do curso de graduação pelas palavras e escuta amiga, Manoel Martins, Marize Campus, Glória Correia, Regina Faria, Washington Tourinho, Mary Angélica, Antônia Mota, Flávio Soares, Flávio Reis, Lyndon Araújo, Wagner Cabral, Paulo Sérgio, Olília e Eva Chatel.

A Gabriela, Vivian, Cidvan, Rafael e Bruno Pepper (alunos da graduação em Ciências Sociais e História e estagiários do Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís) pelas conversas sérias e brincadeiras corriqueiras sobre o Desterro.

Aos moradores do Desterro que tornaram possível esse trabalho, especialmente a Sandra, Vitorinha, Dênis, Dalmir, Graça, Jorge, Talia e De Jesus (minha mãe preta), amizades profícuas, fruto desse encontro.

Às minhas grandes famílias, os Galdez e os Ferreira que, embora loucos, são minha maior referência de *gente normal*, pois conseguem ser felizes por consumirem em doses homeopáticas os prazeres e angústias da vida.

E aos meus alunos queridos, que afago e maltrato, por repetirem, com olhos curiosos e encantados, que ainda tenho muito a dizer e a fazer no mundo.

## **LISTA DE SIGLAS**

**AIDS**

**APROSMA**

**DST**

**FUNC**

**IPHAN**

**SEBRAE**

**SEDUC**

**SENAC**

**UFMA**

**ZBM**

## 1 INTRODUÇÃO

Entre setembro de 2003 e julho de 2004, costumava andar no final da tarde pelas ruas dos bairros da Praia Grande e do Desterro, buscando estranhar e me familiarizar com o espaço social eleito como campo empírico<sup>1</sup>. Nessas minhas, andanças **olhando o campo**, percorria desde o início da Rua da Estrela, na esquina com a Rua de Nazaré, até a Igreja do Desterro, situada no final da Rua da Palma.

Assim, passava pelos bares, restaurantes e praças do Reviver<sup>2</sup>, freqüentados por turistas e pela boêmia *cult* da cidade. Subindo a rua da Estrela, via uma boate e um bar requintado se imiscuïrem entre repartições públicas, sedes de sindicatos, a Escola de Arquitetura da Universidade Estadual do Maranhão, a Escola de Música, um prédio restaurado pelo governo do Estado para servir de moradia para funcionários públicos, no andar de cima, e de local de produção e exposição de arte, no térreo, e uns três *casarões/cortiços*<sup>3</sup> ainda habitados.<sup>4</sup>

Esta rua é bastante movimentada durante o dia e extremamente deserta à noite, quando mais parece uma cidade fantasma, devido ao reduzido número de moradores que apresenta. Ao seu final, situa-se o muro do Convento das Mercês, cuja frente se encontra na Rua da Palma.

Nessas andanças/olhadas no campo, normalmente subia a Jacinto Maia, virando no Convento e percorrendo a Rua da Palma até chegar à Igreja do Desterro, refazendo sempre o caminho de volta para a Praia Grande, através da 28 de julho. Para além das diferenças na

---

<sup>1</sup> O trecho do *Centro Histórico* eleito como campo empírico (ver Mapa II no Anexo) corresponde a uma parte do perímetro que vem sendo designado como bairro do Desterro por instituições públicas e privadas que ali têm realizado projetos. A partir de 1997, com a obtenção do título de Patrimônio da Humanidade pela cidade de São Luís, tal área passou a ser mais bem assistida por esses investimentos.

<sup>2</sup> Denominação do projeto efetivado, principalmente, na década de 1980 no governo de Eptácio Cafeteira, o qual tinha como objetivo inicial revitalizar o *Centro Histórico* de São Luís. Conforme Corrêa (2003, p.128) estavam previstas nesse projeto ações de revitalização da área a partir da implantação de pousadas e de um Programa de Habitação voltado para funcionários públicos, as quais não tiveram aplicação significativa. O bairro da Praia Grande, maior contemplado pelas ações de tal projeto, passou a ser denominado na mídia e no cotidiano de moradores da cidade, turistas, moradores e freqüentadores da área como Reviver. Para maiores informações consultar CORRÊA (2003, p.128-136).

<sup>3</sup> Com essa expressão designo habitações coletivas constituídas em prédios do *Centro Histórico* abandonados por seus proprietários e ocupados por indivíduos que deles fazem suas moradias.

<sup>4</sup> Dois dos quais foram desativados em setembro de 2004, para se efetivar uma reforma que visa a estabilizar esses e outros sete prédios dos bairros da Praia Grande e Desterro. Seus moradores foram temporariamente deslocados para um sobrado situado na Escadaria Humberto de Campos, na Praia Grande, onde deveriam permanecer por sete meses, período inicialmente previsto para a execução dos trabalhos.

arquitetura<sup>5</sup> entre as duas áreas percorridas, nenhuma outra descontinuidade me saltava aos olhos. Era como se estivesse percorrendo trechos de um mesmo universo social.

O avanço da inserção em campo fez de minhas andanças, *caminhadas*. A *caminhada*, segundo MAGNANI (2000, p.36), “pelo efeito de estranhamento que induz, permite treinar e dirigir o olhar para uma realidade inicialmente tida como familiar e conhecida”. Assim, um percurso que nas andanças assistemáticas parecia homogêneo, foi-se afigurando como indicativo de três paisagens sociais distintas, três fisionomias.

Com olhar atento desenho uma primeira paisagem percorrendo as ruas 28 de julho e Jacinto Maia. É manhã. Homem negro, de meia idade, está sentado na calçada, à sombra. Parece imóvel olhando para um tempo ido. Num boteco, dois homens bebem sem pressa cerveja barata. Uma senhora negra e gorda se posta atrás do balcão, num ambiente escuro, só muito atentamente, traduzido como lanchonete, onde alguém talvez consuma um café. Uma mulher suja e embriagada dorme no batente de uma porta. A seu lado, sentados, dois homens. Não conversam e nem parecem vigiar seu sono. Além do sol escaldante, só resta um silêncio de morte que não se agita com a passagem do transeunte. Alguém entra em portas de sobradões onde vivem gentes à procura de um real de alguém. Alguém de dentro da porta não tem um real, mas pergunta, coçando a cabeça, que bicho deu hoje. É sábado. É noite. Crianças correm pela rua brincando com cachorros. Homens e mulheres jogam dominó num tabuleiro colocado sobre suas pernas à guisa de mesa. Quem perde paga a cerveja: elemento do ritual do jogo. Numa mesa posta na porta de casa, vende-se pastel e batata frita. A zanga da dona da venda não tem força para inibir o fiado do filho do vizinho; que já deu a primeira dentada no pastel. Um fogareiro, mais adiante, não pára de assar carne. O freguês está, decerto, a caminho. Um jogo de vôlei intercepta a rua onde carros não passam mais. Crianças brincam de andar em cima do muro do Convento das Mercês. De todos os cantos ouvem-se risos.

Da Rua da Palma, acima do muro do Convento até a Delegacia de Polícia, rabisco outro cenário. É manhã. Bebê passeia na ponta dos pés por entre o lixo espalhado na calçada. Na boca, prato descartável usado. A mãe me encara com fúria quando, desconcertada, faço graça para a criança, tentando disfarçar que meu olhar atento pinta, com ligeireza, um quadro. Passam carros,

---

<sup>5</sup> Da Praia Grande até a altura do Convento das Mercês a arquitetura é marcada pelos imponentes sobrados em estilo colonial português, e do Convento até a Igreja do Desterro, predominam porta e janelas(casas térreas que se caracterizam pela fachada com uma porta e uma janela) e meias moradas(casas térreas que se caracterizam pela fachada com uma porta e duas janelas), uma arquitetura mais simples e menos pomposa.

passa gente. Senhor alquebrado pela idade sentado numa cadeira de sapateiro. Ao lado, tabuleiro de bombom. No rosto, a tranquilidade de quem não espera freguês. Alguém vem comprar cigarro barato. Alguém lhe pede moeda a ser paga de tarde. Alguém passa e lhe cumprimenta. Rapaz, sentado no degrau da calçada. Parece esperar algo. No rosto a certeza que hoje vai ser igual a ontem. Flanelinhas perguntam com os olhos se quero alguma coisa. Nada respondo, nem com palavras nem com gestos. Olhos vermelhos e esbugalhados me encaram. Faço de conta que nada vejo. É domingo. Fim de tarde. Mulher senta no chão da calçada, outra na beirada da rua. Senhora receita à moça benzimento em terreiro. Casarão prestes a tombar no chão, formiga de gente. Alguém insulta alguém numa discussão tensa e rápida. Muro pintado com o número do candidato da eleição retrasada. Toca um reggae. Homem dança no meio da rua abraçando garrafa. Mulher brinca com uma faca, sem apontá-la para alvo preciso. Qualquer um ou ninguém está na mira. É noite. A rua escurece. Agora tenho medo de olhar.

Rua da Palma, abaixo do muro do Convento em direção à Igreja do Desterro: outro retrato. É manhã. Casas com portão fechado, grades nas janelas, grades nas portas. Cheiro de bife. Nas calçadas, lixo nos sacos. Há um carro e uma moto estacionados na rua, não muito distantes um do outro. Igreja fechada, largo vazio. É sábado. Fim de tarde. Uma moto passa veloz. Quando se aproxima, pode-se identificar o motorista: criança aventureira. No largo da Igreja tem jogo de bola e pegador. A porta da Igreja está aberta. Cai a noite É dia de novena. Vai ter bolo de tapioca na casa de alguém. Homem alto e magro, sentado num dos três degraus que dão acesso à Igreja. Conversa com meninos. Ralha com eles calmamente. Mulheres levam cadeiras para a porta de outra mulher. Falam da novela enquanto passa o Jornal Nacional. Movimento, gente. Criança, homem e mulher vão à praça. A praça ainda pulula de gentes. Descendo a escada da praça, chega-se à outra praça. Antes de chegar à praça, olham-se, à esquerda, casas que parecem não ter morador e, à direita, geladeiras usadas, que esperam conserto, enquanto a semana não começa. Uma música alta dá a um bar uma movimentação de birrosca de parada de ônibus de bairro de periferia.

Nessas *caminhadas*, “não se tratava de buscar o inusitado, o inesperado, mas, ao contrário, o reiterativo, o padrão, a norma” (MAGNANI, 2000, p.36). Alinhavando cacos do *exótico* repetidos incessantemente, tracei o esboço de fisionomias que iam se tornando *familiares*. Com o passar do tempo cada um desses três rostos foi se fazendo mais distinto um do outro e já me parecia absurdo tê-los um dia fundido numa só fisionomia.



A partir dessas *caminhadas*, contudo, só era possível traçar as linhas mais gerais desses rostos. Só lhes pude, porém, vislumbrar as rugas, manchas, marcas e sinais quando consegui enxergá-los mais de perto, mas ainda assim, sei que a imagem que deles traço é fruto da perspectiva que adoto para olhá-los.

O avanço da incursão em campo (o olhá-los mais de perto) e as ferramentas conceituais adotadas (a perspectiva de onde os vejo) me possibilitaram ver tantos nuances desses rostos, que hoje minhas mãos tremem ao tentar rabiscar seus traços mais gerais.

Adentrei nesse universo social com *olhos de ocidental* para quem todos os japoneses são iguais: têm olhos puxados e são baixinhos. Aproximando-me deles comecei a perceber que se representavam de múltiplas formas. Era como se dissessem: “Temos todos olhos puxados”, e ora se dividissem apontando: “aqueles têm o olho esquerdo mais puxado”, “aqueles têm a sobrancelha mais grossa”. E, sei que seria um esforço vão, perscrutar uma diferença em si, pois o que medeia que um olho seja visto como mais apertado que o outro ou uma sobrancelha como mais fina ou mais grossa é o ponto de vista de quem os vê.

Ao longo dessas *caminhadas* fui parando e conversando com essas pessoas estranhas (seres de olhos puxados) que falavam coisas incompreensíveis, classificações em um idioma que eu desconhecia. Meu desconforto diante desse mundo ininteligível é comparável ao de qualquer leitor desavisado que se depare com esse trecho de “uma certa enciclopédia chinesa”, meticulosamente selecionado por Borges (apud FOUCAULT, 1999, p.8):

[...] os animais se dividiam em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pêlo de camelo, l) et cetera, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas.

Com essa citação, Borges provoca o leitor, como me provocaram homens e mulheres, crianças e adultos moradores de um trecho do *Centro Histórico* de São Luís que elegi como área de estudo, quando acionavam corriqueiramente classificações instituídas a partir de critérios arbitrários que me pareciam sem nexos.

Assim como para um leitor de Borges, talvez, seja natural dividir os animais em: insetos, aves, peixes, mamíferos, mas é absurdo classificá-los como pertencentes: ao imperador, embalsamados, domesticados, leitões, para mim também era natural representar um espaço social condensado em meia dúzia de ruas num único desenho, mas parecia absurdo que seus moradores

recortassem-no em vários pedaços, formando figuras geométricas que ora se excluíam, ora se interpenetravam.

Aos meus olhos de estrangeira, todos aqueles que seriam meus *nativos* eram, simplesmente, moradores do *Centro Histórico*, mas, para eles, ali havia “moradores” e “gente de fora”, “pessoas tranquilas” e “marginais”, gente “limpinha” e gente “imunda”. Para tentar compreender essas classificações tive que aprender um pouco da sua língua para mapear categorias e critérios que comandavam essas *di-visões*. Esse trabalho é, portanto, o resultado de um difícil e doloroso aprendizado de alguns verbetes desse idioma estrangeiro, do qual já falo algumas frases, inevitavelmente, com sotaque carregado.

Assim construí minha interpretação, que não pretende assumir nenhum dos pontos de vista desses *nativos*, mas sim, constituir-se num ponto de vista de todos os pontos de vista investigados. Como coloca Bourdieu, procurei situar-me no espaço dos pontos de vista:

Para compreender o que se passa em lugares que, como os “conjuntos habitacionais” e os “grandes conjuntos”, e também numerosos estabelecimentos escolares, aproximam pessoas que tudo separa, obrigando-as a coabitarem, seja na ignorância ou incompreensão mútua, seja no conflito, latente ou declarado, com todos os sofrimentos que disso resultem, não basta dar razão de cada um dos pontos de vista tomados separadamente. É necessário também confrontá-los como eles o são na realidade, não para os relativizar, jogando até o infinito as imagens cruzadas, mas, ao contrário, para fazer aparecer pelo simples efeito da justaposição, o que resulta do confronto de visões de mundo diferentes ou antagônicas, isto é, em certos casos, o *trágico* que nasce do confronto sem concessão nem compromisso possível de pontos de vistas incompatíveis, porque igualmente fundados em razão social. (BOURDIEU, 1997, p.11)

O objeto aqui construído trata de movimentos de construção e desconstrução de pontos de vistas, que ora se apresentam como incompatíveis e divididos, ora como intercambiáveis e fundidos.

Mapeando os critérios de classificação que ora separam ora imiscuem os moradores do trecho do *Centro Histórico* de São Luís eleito como área de estudo, busco compreender o movimento de construção e desconstrução de *fronteiras sociais* entre eles. Procuro analisar as práticas e representações desses moradores perscrutando indícios de processos e movimentos de identificação em curso

Nos tópicos a seguir narro o movimento de construção desse texto. Primeiramente, detenho-me na reflexão do primeiro contato com a área de estudo, quando iniciava um longo aprendizado de incursão no *ritual de passagem* que é o trabalho de campo. A seguir apresento o sistema abstrato construído para tornar possível a investigação de uma realidade empírica que se

apresentava *a priori* como caótica. E finalizo o capítulo expondo a metodologia adotada: interpretando as opções tomadas, as dificuldades enfrentadas e o percurso construído.

Utilizo, ao longo do texto, categorias acionadas pelos informantes<sup>6</sup>, buscando mapeá-las de modo a tornar um tanto quanto legível uma cultura, até então, desconhecida para mim e, decerto, para o leitor.

### 1.1 “Balança mas não cai”: o encontro com o *exótico*

Quando me preparava para a seleção de mestrado, em maio de 2003, esbocei um anteprojeto de pesquisa que tinha como área de interesse casarões do *Centro Histórico* de São Luís, conceituados, corriqueiramente, no senso comum como *cortiços*, por não apresentarem condições satisfatórias de higiene e segurança. Muitos desses *casarões/cortiços* são utilizados como moradia por famílias, indivíduos ou grupos de indivíduos (leia-se amigos ou conhecidos que dividem cômodos). Em cada linha daquele hoje distante anteprojeto estavam inscritas minhas primeiras impressões acerca daquele universo social conceituado provisoriamente como integrante do que batizei *cidade-imagem da pobreza*. No primeiro parágrafo - como carro abre-alas - daquele rascunho, anteprojeto (2003), escrevi:

Na virada do século XXI o centro histórico de São Luís se transmuta em matéria-prima para a construção de uma multiplicidade de imagens: a cidade-imagem da memória- dos sobrados restaurados, das luzes dos lampiões, das ruas calçadas com paralelepípedos onde veículos não trafegam, a cidade do passado que se (re)cria como espetáculo da modernidade, cidade do tempo (re)memorado e (re)inventado sob o signo de patrimônio da humanidade-; a cidade imagem da cultura popular- das praças que se tornam palco para grupos de bumba-meu-boi, tambor de crioula e “cantores da terra,” dos galpões e escadarias onde se dança reggae, das lojas onde se expõe e se comercializa artesanato, cidade signo da identidade da terra e do povo maranhense-; a cidade-imagem da pobreza- dos casarões apinhados de gente que ameaçam desabar a qualquer momento, dos mendigos que se arrastam entre as mesas dos bares mais frequentados, do comércio informal que perambula dia e noite pelas ruas, praças e estabelecimentos comerciais, cidade-imagem que as agências legitimadas não se interessam em exportar para o mundo.(FERREIRA, 2003, p.2)

Percepção apriorística e apressada, trazia em si o peso de um imenso estranhamento que esses moradores e seus modos de vida me causavam. E hoje, quando muitos outros estranhamentos já se construíram e (des)construíram, percebo que acionava a categoria pobreza

---

<sup>6</sup> As categorias acionadas pelos informantes estão grafadas ao longo do texto entre aspas duplas, e os conceitos por mim formulados ou tomados emprestados enquanto ferramenta teórica estão grafados em itálico.

para homogeneizar, a partir de um olhar externo e *en passant*, o que do “*ponto de vista dos nativos*”<sup>7</sup> se afigura como um universo múltiplo e hierarquizado. A um primeiro olhar, enxerguei esses *nativos* através de uma lente comum de pobreza: porque não tinham casa própria (e por isso invadiam ou locavam cômodos em prédios que ameaçavam desabar a qualquer momento); nem emprego fixo (já que entre eles figuravam trabalhadores do comércio informal, prostitutas, traficantes de drogas, flanelinhas, artistas de rua e, principalmente, “gente que vai se virando, vivendo de bicos ou de esmolas”); nem estudo ou pistolão que lhes permitisse subir na vida. Enfim, eram como condenados à pobreza, eram o lixo social urbano que foi parar no *Centro Histórico*<sup>8</sup>. Tal percepção, *cidade-imagem da pobreza*, portanto, se sustentava numa **obviedade** tênue: eles são pobres.

O aprofundamento do contato com esse universo social tratou de embaralhar o que nesse momento parecia translúcido. Se, para um olhar externo, eles seriam todos iguais, quando começava a penetrar nesse universo, a partir dos *olhos de ver*<sup>9</sup> de quem vivencia essa realidade, o que era translúcido se tornava nublado, e quanto mais avançava no encontro com o olhar do *outro*, mais movediço, estranho e obscuro se fazia o que já parecia fixo, *familiar* e claro.

A matéria-prima principal do anteprojeto (FERREIRA, 2003) foram as impressões que tive de um *casarão/cortiço*, conhecido como “balança mas não cai”, situado na Rua de Nazaré, distante pouquíssimos metros dos bares e restaurantes mais freqüentados da Rua da Estrela, uma das principais artérias do coração do Reviver<sup>10</sup>.

Em março de 2002, quando estagiária da Coordenação de Patrimônio Cultural<sup>11</sup> da Fundação Municipal de Cultura (FUNC), realizei, juntamente com uma equipe das áreas de Arquitetura, Sociologia e História, uma visita de vistoria<sup>12</sup> ao “balança mas não cai”. Nessa época, a Coordenação de Patrimônio da FUNC, a Prefeitura de São Luís, a Caixa Econômica Federal e um grupo de arquitetos franceses estabeleciam parceria num projeto que tinha como finalidade restaurar e adaptar prédios tombados do *Centro Histórico* para serem utilizados como

---

<sup>7</sup> Parafraseando GEERTZ (1989)

<sup>8</sup> Aurora, prostituta que mora num dos cômodos de um casarão da Rua de Nazaré com seus três filhos, assim se expressa acerca dos homens e mulheres que como ela vieram parar no *Centro Histórico*: “-Num tem casa, num tem emprego, num tem dinheiro, vai fazer o que nega? Vem pro centro, que é aqui que tem prédio velho pra invadir”. É como se, com o crescimento da cidade, o centro da cidade passasse a assumir a função de periferia.

<sup>9</sup> Parafraseando Astolfo Serra (1965)

<sup>10</sup> vide nota 2

<sup>11</sup> Tal Coordenação foi elevada à categoria de Núcleo Gestor do Centro Histórico.

<sup>12</sup> ‘visita de vistoria’ era a categoria que utilizávamos corriqueiramente no nosso trabalho, mas, para a visita em questão, talvez o termo ‘incursão’ seja mais apropriado.

apartamentos.<sup>13</sup> Nossa equipe visitou 20 prédios, dos quais cinco foram escolhidos para a execução do projeto. Entre tais imóveis constava o da Rua de Nazaré nº 135, o “balança mas não cai”.

Para se realizar tal vistoria não eram necessárias mais de cinco pessoas, mas como o local (leia-se as pessoas que nele viviam) era tido como perigoso, fomos em doze. Até mesmo um funcionário da FUNC, que não participava da nossa equipe, foi acionado, já que entre nós só havia um homem, e a presença de outra figura masculina daria mais segurança às estagiárias. Nosso batalhão lá chegou munido de algumas trenas e muitos receios. Mas o estranhamento foi de mão dupla: os moradores daquele prédio (talvez) também acharam intrigante<sup>14</sup> haver três pessoas tirando medidas das paredes e outras dez se olhando assustadas.

A recepção a nossa visita não foi das mais cordiais: um rapaz amolava uma faca olhando em nossa direção; outro urinava no piso superior, para que a urina escorresse, por entre as peças de madeira, sobre nossas cabeças, na parte térrea do imóvel; algumas mulheres insinuaram-se para as estagiárias que foram do seu agrado; uma outra mulher, aparentemente embriagada, perguntou os motivos da visita. Um dos homens da equipe, ali presente, apressou-se em responder, cautelosamente, mas ela o interrompeu dizendo: “-Eu quero saber das meninas- e exclamou: -Esse prédio é nosso! Nós estamos aqui há muito tempo. Daqui a gente não sai. Daqui ninguém tira a gente, nem Roseana<sup>15</sup>.” Seu discurso foi interrompido pela chegada de uma outra mulher que a chamou dizendo: “-Ei, teu pequenininho tá tomando cerveja.” Ouvindo isso, saiu correndo.

Dessa primeira visita ao “balança mas não cai” ficaram gravadas duas impressões muito fortes: o estranhamento e o desconforto. Foi com espanto e incompreensão que deixei aquele local. Ele era um desconhecido desconcertante e só queria sair dali o mais rápido possível. Por essa época não tinha intenção de construir um objeto de pesquisa a partir daquela experiência, mas a inquietação da existência de dois universos sociais tão distintos –*casarões/cortiços* versus bares requintados do Reviver- num espaço físico muito próximo, ficou gravada: aquele *mundo de outros* era um enclave dentro do espaço físico do meu *mundo de mesmo*. Se o Reviver era um

---

<sup>13</sup> Desde o final da década de 1990 o governo do Estado do Maranhão vem investindo no restauro e adaptação de prédios para a construção de apartamentos para funcionários públicos.

<sup>14</sup> Clifford (1998, p.50) alerta que “a habilidade do pesquisador de campo em habitar as mentes nativas suscita sempre dúvidas”.

<sup>15</sup> Roseana Sarney, então governadora do Estado do Maranhão. Talvez porque as ações da Prefeitura de São Luís em relação ao *Centro Histórico* estavam se iniciando, nossa ‘visita/incursão’ foi associada ao governo do Estado.

espaço *familiar*<sup>16</sup>, sobre o qual tinha certo grau de conhecimento, já que costumava andar pelas suas ruas nas minhas atividades de estudo, trabalho e lazer, o “balança mas não cai” era o inquietante *exótico* encravado no seio do *familiar*. Meu, hoje, moribundo anteprojeto de pesquisa, elaborado após um ano de distanciamento dessa experiência, me obrigaria a realizar uma árdua tarefa: a de “transformar o exótico em familiar”.(DA MATTA, 1984, p.157)

Em janeiro de 2004, voltei ao “balança mais não cai” na companhia de Igor, um amigo/informante<sup>17</sup>. Igor costumava freqüentá-lo, principalmente para comprar “fumo”. Até poucos dias antes da nossa visita, havia uma “boca de fumo”<sup>18</sup> nesse prédio, desativada com a prisão de ‘N’, traficante que ali morava/trabalhava. A notícia da prisão de ‘N’ me deixou um pouco mais tranqüila, pois sem o tráfico a entrada no “casarão”<sup>19</sup> poderia ser menos complicada.

Encontrei com Igor no *casarão/cortiço* em que ele morava e conversamos um pouco sobre minha pesquisa. Ele me fazia a pergunta clássica (e desconcertante): “-O que é que tu quer mesmo saber?” E eu ia tentando explicar o que nem eu mesma sabia. Ele, enquanto “bolava um baseado”<sup>20</sup>, ia me ouvindo falar de algumas das decisões que precisava tomar. Na época, as decisões eram questões do tipo: estudar em um único *casarão/cortiço*<sup>21</sup> (o que poderia possibilitar analisar mais profundamente um microcosmo), ou estudar em vários *casarões/cortiços* (o que talvez pudesse dar uma visão mais abrangente desse universo)? Ele colocou a questão dessa forma:

Só aquele casarão dá um trabalho ‘loôco’ [leia-se bom]. Aquilo ali é surreal. O quintal [pátio interno], as paredes, tudo é cheio de limo. Nego tá tomando banho e os ratos tão

---

<sup>16</sup> Segundo Velho (1981, p.126), “o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto conhecido”. Com o “balança mas não cai”, eu tinha uma certa familiaridade- já tinha passado várias vezes em frente ao prédio, provavelmente já tinha cruzado com alguns de seus moradores que vigiam carros, dançam tambor de crioula, trabalham como ambulantes ou “filam” cigarros nos bares do Reviver- a qual, no entanto, não me permitia naquela experiência transcender a estupefação do desconhecimento de um mundo *familiar*, porém *exótico*.

<sup>17</sup> Igor, amigo/informante (e não informante/amigo, pois é alguém com quem eu já tinha algum contato antes de adentrar no campo) é um dos muitos artistas populares -ele é músico, artesão e ator- que mora, produz e vende arte no bairro da Praia Grande. Como muitos deles, “só anda duro” e mora no *Centro Histórico* onde “se vira”. Quando desta visita, morava num casarão, também situado na rua de Nazaré, onde se alugavam quartos (com valores entre 50 e 100 reais, dependendo de variáveis como tamanho, ventilação, vista etc.) para artistas que não têm comprovante de renda, nem fiador.

<sup>18</sup> Boca de fumo designa local de tráfico de entorpecentes.

<sup>19</sup> Categoria utilizada pelos moradores para referir-se ao que conceituo como *casarão/cortiço*

<sup>20</sup> Cigarro de maconha

<sup>21</sup> Embora o processo de construção do objeto de pesquisa ainda estivesse dando seus primeiros lentos e trêpegos passos, já havia uma clareza de que o(s) ‘cortiço(s) eram área e não objeto de estudo, pois, como já apontou GEERTZ (1989, p.16), “O locus de estudo não é o objeto de estudo. Os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças...), eles estudam nas aldeias”.

passando por cima do pé deles. É gente criando cachorro prum lado e gente criando menino pro outro. Ali é uma mistura de tudo; de lixo, de gente e de bicho. As crianças pequeninhas, só de calcinha, brincam com os ratos; botam eles no colo e chamam eles com nome de gente: Carlinhos, Joãozinho, Paulinho. Ali é ‘podrão’, ‘podrão’ mesmo.

Essa representação do “casarão” feita por Igor me deixou preocupada. Se ele, que tinha certa *familiaridade* com aquele universo social (por morar num *casarão/cortiço* e freqüentar o “balança mas não cai”), sintetizava suas impressões do prédio com o adjetivo “podrão”, encharcado de hierarquias, como seria possível para mim, que tinha acabado de cair ali de pára-quedas, “transformar o exótico em familiar”? (DA MATTA, 1984, p.157) Mas, o problema parecia se colocar de outra forma: talvez, mais a meu favor que contra mim. Conforme aborda Velho (1981, p.128): a *familiaridade* pode se constituir num empecilho para a leitura antropológica:

Não só o grau de familiaridade varia, não é igual a conhecimento, mas pode constituir-se em impedimento se não for relativizado e objeto de reflexão sistemática. Posso estar acostumado como já disse com uma certa paisagem social; onde a distribuição dos atores me é familiar; a hierarquia e a distribuição do poder permitem-me fixar, grosso modo, os indivíduos em categorias mais amplas. No entanto, isso não significa que eu compreenda a lógica de suas relações. O meu conhecimento pode estar seriamente comprometido pela rotina, hábitos, estereótipos. Logo, posso ter um mapa, mas não compreendo necessariamente os princípios e os mecanismos que o organizam. O processo de descoberta e análise do que é familiar pode, sem dúvidas, envolver dificuldades diferentes do que em relação ao que é exótico.

Assim, se a *familiaridade* que Igor apresentava com o “balança mas não cai” lhe permitia elaborar uma leitura daquele universo, sua inserção naquele meio, seu conhecimento do mapa hierárquico que distribui pessoas e lugares em determinadas categorias, levava-o a reproduzi-las sem problematizá-las. O “balança mas não cai” era sempre pensado em relação ao “casarão” em que morava e por isso era sujo, insalubre e habitado por pessoas sem higiene. Ele precisava pensar-se como superior e, talvez, como exterior àquele universo estigmatizado pelo olhar de fora.

Uma pessoa estranha àquele mundo, que conhecesse os dois “casarões”, provavelmente diria que o da Rua de Nazaré nº 135 era mais sujo, mais insalubre e habitado por pessoas com menor noção de higiene do que o prédio de Igor. No “balança mas não cai” esses aspectos seriam mais visíveis: o lixo acumulado no pátio interno/quintal; as madeiras desgastadas do assoalho do segundo andar; a convivência de cachorros com pessoas em compartimentos com cerca de trinta

metros quadrados<sup>22</sup>; o excessivo número de indivíduos e cômodos num prédio considerado inabitável pela vigilância sanitária e pelo corpo de bombeiros e a convivência de famílias com o tráfico e a prostituição.

No prédio do Igor, os passos cambaleantes de alguém não acostumado aos buracos, movimentos e ruídos dos degraus corroídos pelo tempo, lembravam a sensação de subir as escadas do “balança mas não cai”. O estado do banheiro e a falta de encanamento da privada eram outras semelhanças com o prédio “podrão”. Por outro lado, ali havia um número menor de moradores e os inquilinos formavam um grupo mais homogêneo<sup>23</sup>. Não havia crianças nem animais e os ratos e as baratas pareciam mais tímidos (geralmente se escondiam quando viam “gente de fora”). Embora não houvesse “boca de fumo”, quase todos os que residiam ou freqüentavam o “casarão” eram usuários de maconha. Para um olhar menos *familiarizado* com a paisagem física e humana, a diferença entre os dois “casarões” seria de intensidade e não de natureza. Utilizando a categoria acionada por nosso informante, não é que o “balança” fosse “podrão” em relação ao “casarão” do Igor; ele seria no máximo mais “podrão”. Para um olhar externo, provavelmente, o adjetivo se aplicaria aos dois *espaços*. Mas, à época dessa segunda visita ao prédio, minha preocupação era de não conseguir fugir dessa leitura **óbvia**. Urgia transcender a imagem do “podrão”.

Fui ao “casarão” da rua de Nazaré nº 135, vulgo “balança mas não cai”, com essas perguntas e angústias na cabeça. Eram por volta de onze horas da manhã quando lá chegamos. Como uma moradora tinha acabado de entrar, encontramos a porta da frente aberta. Rapidamente

---

<sup>22</sup> Característica comum a habitações de classe média com as mesmas dimensões físicas.

<sup>23</sup> O administrador desse imóvel só alugava cômodos para artistas e em cada quarto havia no máximo duas pessoas, na maioria das vezes casais (leia-se homens que recebiam visitas constantes de suas namoradas/companheiras). Os traços de semelhança observados por mim entre os moradores desse casarão não se restringiam às suas atividades profissionais, eles normalmente faziam parte de um mesmo círculo de amigos e levavam um estilo de vida parecido, marcado pela boêmia e por projetos de engajamento político cultural. A título de exemplo acerca deste último aspecto mencionado, em setembro de 2003, moradores e freqüentadores desse prédio ali realizaram um bazar onde houve apresentação de teatro de bonecos e venda e exposição de objetos de artesanatos confeccionados com materiais reciclados. Esse seria o primeiro passo de um projeto, a essa época gestado entre eles, de revitalização da praça das crianças, localizada na esquina das ruas de Nazaré e da Estrela, que se encontra, até hoje, praticamente abandonada. Ela seria utilizada como palco para a apresentação de atividades artísticas culturais. No casarão dos artistas percebi, também, alguns indícios de um ambiente mais comunitário, as refeições eram geralmente feitas em conjunto na cozinha de uso comum e, por vezes, inclusive mantimentos eram divididos entre os moradores. Comportamentos desviantes entre eles costumavam ser punido com severidade: uma informante foi expulsa desse casarão por conta de uma briga violenta com o companheiro durante a madrugada. Já no ‘balança mas não cai’ a relação parecia ser mais do tipo ‘cada um por si’; ali eu não cheguei a perceber territórios intercambiáveis ou regras de segurança estabelecidas em conjunto. Pelo contrário, o mecanismo aí acionado para tornar possível a convivência era antes o isolamento e a divisão do espaço que seu compartilhamento. Uma porta impedindo o livre trânsito do segundo andar (onde funcionava a ‘boca de fumo’) para o terceiro é um indício dessa distinção.



e sem cerimônia (assim como se diz tudo bem), Igor me apresentou (leia-se explicou, justificou, legitimou minha presença) dizendo: “-Essa aqui é uma colega minha que tava a fim de conhecer o casarão”. Ao que a moça, olhando rapidamente para trás, num misto de pressa e educação, respondeu: “-Entra, fica a vontade. Não repara não; tá tudo sujo, tá tudo bagunçado. A gente ainda nem limpou...” Ao que falei: “-Não te preocupa não. Eu adoro esses casarões, acho muito bonito. Tenho até vontade de morar num casarão assim”. E ela, sem diminuir o ritmo dos passos, acrescentou: “-Eu também adoro isso aqui, praticamente me criei aqui, mas tenho que sair daqui, não tem jeito...” E subiu, agilmente, as escadas em direção a seu *quarto/casa*.

Essa frase, ouvida fora das formalidades de uma entrevista ou do tempo de uma conversa (o ritmo foi muito mais parecido com o de um encontro no elevador, embora a metáfora possa parecer bizarra, quando o cenário é o vão de entrada de um “casarão” colonial que ameaça ruir), **cutucou** um problema que doía adormecido no caderno de campo. Outros informantes já haviam se referido a um desejo de sair do *Centro Histórico*, apesar de continuarem vivendo ali. Dentre os motivos alegados para deixar o local figuravam: o receio de possíveis desabamentos dos prédios, o não possuir casa própria e a necessidade de adquiri-la e o convívio com uma vizinhança repugnada moralmente. Apesar desses argumentos acionados, esses informantes, tal qual a moça que encontrei na porta do “balança mais não cai” continuavam vivendo no mesmo trecho.

Uma questão adormecida foi acordada pela fala da moça (“eu também adoro isso aqui, praticamente me criei aqui, mas tenho que sair daqui, não tem jeito...”): que sentimento de pertencimento os moradores desses “casarões” estabelecem (ou não) com o *Centro Histórico*? Por que é recorrente em seus discursos a necessidade (vontade?) de sair dali e por que não saem (conseguem sair)?

Fui guardando essa questão na cabeça enquanto subia a escada para chegar ao piso superior do “balança mas não cai”, pois havia muita coisa para observar/pensar no “casarão”, transcorridos quase dois anos da primeira visita. A maioria dos cômodos estava fechada e nos corredores algumas crianças brincavam correndo por trechos que, aparentemente, poderiam despencar a qualquer momento. Dois cachorros se aproximaram de nós, mas meu amigo/informante os conhecia pelo nome, e a moça que encontramos na entrada -enquanto cozinhava uma comida com cheiro bom- dizia, para me deixar tranqüila: “-Eles não mexem não, colega”.

Se, na primeira visita ao prédio, realizada dois anos antes, o *exótico* me tinha saltado aos olhos, nessa segunda, vários traços *familiares* começaram a se desenhar: o “não repara a bagunça” que ouvi na entrada; os cachorros bem cuidados -que em nada remetiam à imagem do “podrão” construída por Igor-; e o cheiro de comida boa. A meus, olhos o prédio tinha se tornado habitável: não era assim tão sujo repugnante e assustador, como a primeira imagem que havia traçado. Era como se aquele *mundo de outros* tivesse transcendido a noção de *exótico*<sup>24</sup>, para se afigurar como diferente, porém, passível de inteligibilidade. Estavam dados os primeiros passos no longo percurso de se “transformar o exótico em familiar”.

Em agosto de 2004, retornei a esse “casarão” para tentar um primeiro contato com aquela que poderia ter sido uma mediadora no processo de inserção no campo, Aurora, que “se vira” como prostituta e morava há mais ou menos seis anos nesse prédio. Vivia num cômodo com cerca de vinte e cinco metros quadrados com três de seus filhos, cujas idades variavam de doze a sete anos. Normalmente tinha visita: alguma amiga que estivesse passando uns dias por lá visando “ganhar um troco nas correrias”<sup>25</sup>.

Como ainda não conhecia Aurora, cheguei a seu quarto levada pelas mãos de Ângela<sup>26</sup>, já acostumada às escadas, pisos e universos sociais dos “casarões” da Praia Grande que fazem cambaleantes os passos de quem os desconhece<sup>27</sup>. Encontramos Aurora deitada numa rede, ainda se recuperando das facadas que levava de uma outra moradora do prédio. A gravidade da situação me fez recuar da idéia de estudar no “balança mas não cai”. Havia um outro contato a tentar, mas, ironicamente, ele faleceu meses depois, vítima de um acidente (segundo os jornais da cidade noticiaram) ou de homicídio (como se comentava à **boca miúda** na Praia Grande). Como disse uma outra informante: “- O ‘balança mas não cai’ é ‘remoso’, é muito ‘remoso’”. E eu precisava produzir. E rápido. Outros ares menos(?) “remosos”<sup>28</sup> me aguardavam.

---

<sup>24</sup> Utilizo aqui a categoria exótico nos termos em que a coloca Da Matta (1984, p.157): “o exótico depende invariavelmente da distância social, e a distância social tem como componente a marginalidade (relativa ou absoluta), e a marginalidade se alimenta de um sentimento de segregação e a segregação implica em estar só, desembocando tudo –para comutar rapidamente essa longa cadeia- na liminaridade e no estranhamento.”

<sup>25</sup> termo normalmente usado pelas prostitutas para se referir ao “fazer ponto” à procura de clientes, ou seja, o exercício da atividade da prostituição..

<sup>26</sup> Colega de curso de graduação que se tornou informante.

<sup>27</sup> Além do desconforto físico experimentado por conta da estrutura desgastada desses casarões, onde geralmente há pouquíssima iluminação e muitos buracos nas escadas, no piso e nos telhados, soma-se o estranhamento com esse *mundo de outros*, conforme narro nesse tópico.

<sup>28</sup> Equivalente a reimoso.

## 1.2 Construção do problema

A participação no Projeto Viver o Desterro<sup>29</sup> possibilitou-me construir uma outra imagem do espaço físico e social que representava como homogêneo. Nas discussões realizadas no grupo de pesquisa Memória e Patrimônio tive oportunidade de deparar-me com algumas peculiaridades do “bairro”<sup>30</sup>, até então, imperceptíveis nas andanças.

Nas nossas conversas, eram sempre interessantes observações feitas por Marta, participante do grupo e moradora do Desterro desde a infância. Numa de nossas reuniões narrou que, quando criança, havia sido disciplinada a dobrar a Rua da Palma na altura da Rua Jacinto Maia, em direção ao Mercado Central, evitando passar pelo espaço delimitado como Zona do Baixo Meretrício<sup>31</sup>, a ZBM<sup>32</sup>.

E acrescentou que, por vezes, dobrava involuntariamente a mesma esquina, repetindo um hábito gravado no corpo há muitos anos. Nessa narração, as ruas do “bairro” do Desterro se apresentavam como um espaço fisicamente próximo, mas socialmente separado das ruas que

---

<sup>29</sup> Parceria realizada entre a Superintendência Regional do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Maranhão, o Núcleo Gestor do Centro Histórico de São Luís e o Grupo de Pesquisa Patrimônio e Memória da Universidade Federal do Maranhão, financiado pela Companhia Vale do Rio Doce, tem como objetivo resgatar as memórias do bairro do Desterro e realizar atividades visando a uma educação patrimonial dos moradores da área.

<sup>30</sup> Não há uma definição oficial dos limites entre os bairros da Praia Grande, Desterro e Portinho. Quando utilizo a categoria “bairro” ao longo do texto o faço no sentido que adquire nos discursos dos *nativos*, qual seja, designando um perímetro físico que não tem, geralmente, um correspondente preciso nas *regiões* que utilizarei como ferramenta conceitual. O mapa II do Anexo equivale à representação mais comumente utilizada pelos moradores para designar o “bairro” do Desterro.

<sup>31</sup> Conforme Campus (2001, p.28), o intento de segregar um espaço da capital para a atividade da prostituição era parte de um projeto mais amplo, que tinha como objetivo “o saneamento urbano de São Luís, ao qual se atrelavam interesses de saneamento moral”. Ordenar e civilizar a cidade pressupunha definir um *espaço do prazer* no perímetro urbano. Desde o início da década de 1930, o meretrício ludovicense passou a ser alvo de intervenções do poder público. A partir de setembro de 1931, nas casas de prostituição passaram a ser realizados “giros [inspeções] diurnos e noturnos da Guarda Civil [...] Em São Luís, as interferências foram, a princípio, verificadas na imposição de limites aos horários de circulação das meretrizes no território da cidade”.(CAMPUS, 2001, p.30-31)

<sup>32</sup> Na bibliografia disponível acerca da ZBM, normalmente se faz referência a sua criação, no início da década de 1940, durante a Interventoria de Paulo Ramos no Maranhão, embora nenhuma das obras por mim consultadas apresente documentação indicativa do momento preciso dessa institucionalização e dos motivos que levaram a sua efetivação especificamente nesse local. Na breve pesquisa que realizei nos arquivos, também não localizei nenhuma fonte sugestiva dessas questões. A desativação da ZBM e o enfraquecimento de suas atividades também é alvo de opiniões controversas. Contudo, esse trabalho não tem como objetivo perscrutar marcos oficiais do início ou do fim da ZBM, mas sim investigar as múltiplas representações da ZBM de outrora e de uma zona atual acionadas pelos moradores da área estudada. Somente a título de informação, Lopes (2004, p.29-30) aponta que a ZBM funcionou de forma mais intensa entre as décadas de 1950 até o início dos anos oitenta. E, a partir de 1968, com a inauguração da Ponte do São Francisco, que imprimiria diversas alterações na utilização do espaço urbano, as atividades da prostituição, até então concentradas na ZBM, deslocam-se para outras áreas da cidade.

outrora abrigaram a ZBM<sup>33</sup>. Esse primeiro indício da construção de uma *fronteira* permaneceu adormecido no caderno de campo até ser acordado por outras surpresas que me aguardavam.

Em agosto de 2004 teve início uma oficina de fotografia para crianças que fazia parte do Projeto Viver o Desterro. O grupo de pesquisa que integrava participou como colaborador nas atividades aí realizadas.

A experiência nessa atividade propiciou a observação de aspectos que foram fundamentais para a nova construção do objeto. Percebi, pela primeira vez, a existência e eficácia de classificações que *di-vidiam* os moradores do que eu, até então, julgava ser um *espaço*<sup>34</sup> homogêneo. Um *princípio de di-visão* era/é acionado para cindir tal *espaço* contíguo em *regiões*. O conceito de *região* proposto por Bourdieu parece uma ferramenta útil no movimento de construção teórica necessário à aproximação e apreensão do campo empírico:

A etimologia da palavra região (*régio*), tal como a descreve Emile Benveniste, conduz ao princípio da divisão, acto mágico, quer dizer, propriamente social de *diacrisis*, que conduz por *decreto*, uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre as regiões do espaço, mas também entre as idades, os sexos, etc.) (BOURDIEU, 2003, p.113)

No campo empírico adotado, utilizo a noção de instituição de *regiões*, pelo decreto de uma descontinuidade socialmente construída na continuidade natural. Num *espaço* físico vizinho se estabelecem duas regiões distintas: a *região de “cima”* e a *região do “Desterro”*. Trata-se, como propõe Bourdieu, de lutas a respeito da construção de identidades:

Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo. (BOURDIEU, 2003, p.113)

A produção do sentido e do consenso do sentido, da representação da unidade e da identidade dos grupos, no caso do objeto que intento construir, são acionados por um *princípio de di-visão* que estabelece *regiões*, onde as representações do real se fazem real.

---

<sup>33</sup> Segundo REIS (2002, p.23), a ZBM se localizava “bem no coração do Centro Histórico de São Luís, e sua área era composta pelas ruas: Direita ou Henrique Leal; da Palma ou Herculano Parga; 28 de julho ou do Giz; da Saúde; da Estrela ou Cândido Mendes; boa parte da Jacinto Maia; Formosa ou Afonso Pena; Travessa da Lapa; Travessa Feliz; Travessa do Portinho; e Rua da Manga”, ou seja, numa área imediatamente contígua ao bairro do Desterro.

<sup>34</sup> *Espaço* no sentido geográfico, físico e social.

A interpretação dos primeiros dados construídos levou-me a elaborar, inicialmente, dois conceitos operacionais: *região* de “cima” e *região* do “Desterro”. O *território*<sup>35</sup> designado *região* de “cima” corresponde ao espaço físico onde existiram os mais luxuosos cabarés da Zona do Baixo Meretrício, englobando as ruas da Estrela, 28 de julho, da Palma (acima da rede Somar<sup>36</sup>), Jacinto Maia, rua Direita e da Saúde. Essa *região* é, normalmente, classificada pelos da *região* do “Desterro” como lugar de pessoas de baixo nível moral.(vide Mapa I no ANEXO). O *território* designado *região* de “baixo” ou *região* do “Desterro” corresponde à área que se encontra imediatamente abaixo da primeira (vide Mapas III e IV no ANEXO). Seus moradores são, normalmente, classificados pelos da *região* de “cima” como pseudo-elitizados e pseudo-moralizados.

O episódio ocorrido na oficina de fotografia ilustra o primeiro contato que tive com esta *di-visão*. No primeiro dia, iniciamos as atividades com uma breve apresentação dos alunos. Todos se sentaram no chão formando um círculo. Pedimos que se identificassem, um por vez, e falassem dos locais do “bairro” do Desterro que mais gostavam de frequentar. Quase todos mencionaram o Largo e a Igreja do Desterro onde costumavam jogar bola, passear, assistir missas, participar de novenas, festas etc. A dinâmica proposta foi que cada aluno, antes de se apresentar, repetisse os nomes daqueles que já o tivessem feito. Os primeiros logo repetiam, com facilidade, os nomes daqueles que lhes antecederam e julguei que a dinâmica não seria interessante, por entender que, se todos frequentavam os mesmos locais do “bairro”, eles já deveriam se conhecer pelo nome.

Ledo engano: a dinâmica se mostrou mais interessante do que imaginava. Cada aluno só lembrava, sem dificuldade, do nome de um ou outro colega, normalmente daqueles que estavam sentados próximos de si. Percebi, então, que no círculo formado, as crianças se sentaram em grupos -cada um procurou se fazer próximo de algum(s) conhecido(s)-, mas não consegui entender o que favorecia aquela aproximação.

No final do dia, comentei com uma das monitoras da oficina minha perplexidade diante do ocorrido: não conseguia compreender como era possível que aquelas crianças e adolescentes

---

<sup>35</sup> Utilizo *território* no sentido que Claude Rafastin (1986 apud HAESBAERT, 1997, p.183) dá à territorialidade humana, como um conjunto de relações que desenvolve a coletividade -e, portanto, o indivíduo que a ela pertence - com a exterioridade e/ou alteridade por meio de mediadores ou instrumentos.

<sup>36</sup> Rede Somar designação comumente utilizada nas décadas passadas para designar uma rede de pequenas mercearias. Apesar dessa rede não mais existir na cidade, os moradores mais antigos das *regiões* de “cima” e de “baixo”, continuam designando o mercadinho aí existente com a mesma expressão.

que, decerto, se cruzavam nas ruas, na igreja e na praça do “bairro” pudessem não se conhecer. A monitora da oficina, moradora da *região* de “baixo” há muitos anos, explicou-me, sem embaraço, como quem fala de uma obviedade: “-Eles se conhecem de vista, mas não sabem os nomes uns dos outros, porque aqui quem é de baixo não fala com quem é de cima, porque diz que em cima só dá marginal, maconheiro, gente que não presta, e embaixo só dá patricinha e mauricinho”. E acrescentou, falando rápido e estalando a língua nos dentes (como num dar de ombros), dando à frase um quê de desprezo: “-É só besteira” A expressão dessa *di-visão* passou a ser um dos elementos fundamentais no movimento de construção do objeto de estudo.

A partir dessa experiência e de outras interpretações<sup>37</sup> de campo que se seguiram, o problema dos *casarões/cortiços*, que não chegou a se configurar como problema propriamente dito, permanecendo, embrionariamente, como mera área de estudo, foi perdendo relevância e desaparecendo diante da percepção/construção de um problema cujas dimensões superavam, sobremaneira, a rasa e apressada distinção entre as formas de habitação existentes no local. O número de famílias e indivíduos residentes num “casarão”, suas condições de higiene e segurança estrutural não parecem ser os critérios preponderantes para a classificação dos moradores desse “bairro”. Estes se classificam e se *di-videm* acionando outros princípios de diferenciação, princípios estes que sugerem a demarcação de espaços específicos a partir da produção social de *fronteiras*, visto que, como sugere Da Matta (1997, p.32), “o espaço é demarcado quando alguém estabelece fronteira, separando um pedaço do chão de outro”.

A categoria *casarão/cortiço*, eleita, num primeiro momento, como elemento central para a construção do objeto, não tinha mais nenhuma utilidade diante do problema que se esboçava: o movimento de construção social de *regiões*. Fazia-se necessário mapear critérios de classificação acionados pelos que se situavam nesses dois *pedaços de chão*. Inicialmente, debrucei-me sobre a investigação de uma primeira *fronteira* que cindia o *espaço* em duas *regiões*: a de “cima” e a de “baixo” ou do “Desterro”.

Meu primeiro olhar sobre tais *fronteiras*, inevitavelmente superficial e apressado, levou-me a sintetizar dois sistemas de classificação: um elaborado pela *região* de “baixo” ou do “Desterro” e outro pela *região* de “cima”. Os de “baixo” se auto-representam como pessoas

---

<sup>37</sup> Concebo a simultaneidade e indissociabilidade da observação e interpretação em campo, da forma como coloca GEERTZ (1989, p.7): alertando-nos para o erro de se ver “a pesquisa etnográfica como uma atividade mais observadora e menos interpretativa do que ela realmente é. Bem no fundo da base fática, a rocha dura, se é que existe uma, de todo empreendimento, nós já estamos explicando, e o que é pior, explicando explicações.”

“tranqüilas”, “simples”, “decentes” que vivem num ambiente “familiar” e os de “cima” são classificados por aqueles como “gente que não presta”, “prostituta”, “maconheiro”, “traficante”, “ladrão”, “metido a doidão”, “gente de gangue”, “marginais”, “invasores”, “penetras”. Os de “cima” se auto-representam como “desempregados”, “artistas” e *portadores de uma memória legítima da ZBM*, e representam os de “baixo” como “metido a besta”, “cheios de frescura”, “pseudo-ricos”, “elitistas”, “hipócritas”, “patricinha”, “mauricinho” <sup>38</sup>. Outras questões, (talvez) mais profundas e, decerto, mais embaralhadas, estavam sendo construídas.

Percebi, no discurso de moradores e de freqüentadores assíduos da área estudada, uma distinção entre “bairro” do Desterro e *região* do “Desterro”. O mapa II (vide ANEXO), apresenta uma construção do “bairro” do Desterro como uma área muito extensa, englobando os *territórios* das *regiões* de “cima” e de “baixo”. Os informantes que traçaram esse mapa deixaram transparecer que este é um traçado exclusivamente físico.

Marluce, funcionária do Memorial do Centro Histórico e ex-professora de uma escola da área, assim traçou os limites do “bairro” do Desterro: “Desterro começa na faculdade de Arquitetura e vai até a Igreja. Da faculdade de Arquitetura pra lá é Praia Grande”.

Em seguida, apontou sua *di-visão* em duas *regiões*: “Da igreja até chegar na Rede Somar, só moram famílias, gente de respeito. Mas do Convento pra cá, só mora gente que não presta; traficante, prostituta, marginal, por isso que as políticas aplicadas nessa área não dão certo.”

No discurso de Marluce, agente externa àquele *espaço* (leia-se não moradora), dois tipos distintos de moradores são classificados: os que possuem comportamento familiar (gente de respeito) e os que não prestam (marginais, traficantes, prostitutas). No espaço do “bairro” do Desterro, estariam inscritas duas *regiões*: a de “cima” e a do “Desterro”.

Um outro informante, morador da 28 de julho (*região* de “cima”), traçou um mapa semelhante, distinguindo “bairro” do Desterro e *região* do “Desterro”. Os limites do “bairro” iriam da Rua Direita ou Henrique Leal até o Largo do Desterro. Sua casa, portanto, se localizaria, no espaço físico do “bairro” do Desterro e no *território* da *região* de “cima”.

Numa das conversas que tivemos em sua casa, sua filha respondeu à mãe, quando esta perguntou: “Vai pra onde, Malena? – Vou lá no Desterro”. (grifo meu) O uso da expressão “lá” sugere outra *região*.

---

<sup>38</sup> Nesse primeiro momento da exposição do objeto de estudo, demarco com muita ênfase as *fronteiras*, na tentativa de tornar o problema inteligível para o leitor não familiarizado. Ao longo da construção do texto, tento relativizar a efetividade dessas *fronteiras*, aqui desenhadas com demasiada força.

O avanço das interpretações de campo colocaram a necessidade de construir mais duas *regiões*: a *interdita* e a *Centro Histórico*. A *interdita* corresponde a uma *di-visão* intra-*região* de “cima”, e é classificada, normalmente, pelos de “cima” como o lugar da “malandragem”, do “tráfico”, de uma *prostituição decadente* e de desconhecidos, “gente de fora”.

A *região Centro Histórico* foi construída com a finalidade de servir como ferramenta de aproximação com um movimento em curso, qual seja, a construção de uma formação social com interesses comuns e disputas entre os de “cima”, de “baixo” e os da *interdita*.

Colocava-se para mim o interesse em compreender as formas de classificação construídas de modo a estabelecer *di-visões* que pareciam, à primeira vista, muito nítidas. Busquei em Elias (2000) inspiração para conduzir a investigação. Ao estudar o micro universo social formado por grupos vizinhos, numa pequena comunidade da periferia, de uma próspera cidade da Inglaterra, codinominada Winston Parva, Norbert Elias elaborou um modelo explicativo que, segundo ele, “pode funcionar como uma espécie de ‘paradigma empírico’: a figuração *estabelecidos-outsiders*”.(ELIAS, 2000, p.21)

Dentro deste modelo atuam dois grupos: os *estabelecidos*, que se auto-representam como superiores, como dotados de um carisma grupal; e os *outsiders* (os de fora), estigmatizados pelos primeiros como pertencentes a um grupo marcado pela desonra. Tais grupos, segundo Elias, não são apenas representativos da realidade empírica estudada, pelo contrário, refere-se a um tipo de figuração comum e constante nos grupos humanos.

Na comunidade analisada por esse autor os diferenciais entre os grupos de *estabelecidos* e *outsiders* não se deviam a critérios econômicos, às distinções em relação à nacionalidade, à ascendência étnica, à cor da pele, ao nível de instrução ou ao padrão habitacional dos moradores. De acordo com suas observações de campo, era o tempo de moradia no local e o conseqüente diferencial de coesão interna e de controle comunitário que estabeleciam as *fronteiras* entre os grupos: os *estabelecidos* eram descendentes de famílias antigas que viviam nessa área há cerca de duas ou três gerações, e os *outsiders* eram moradores mais recentes, que não se conheciam entre si e que, portanto, não tinham um passado compartilhado antes de ali chegarem.

Apesar da categoria “morador antigo” ser valorizada pelos moradores das *regiões* de “cima” e do “Desterro”, este não parece ser o principal critério que orienta a classificação, mas outros que remetem para aspectos morais. Assim, tomando de empréstimo o modelo formulado por Elias, conceituo os que vivem na *região* do “Desterro” como *estabelecidos*, já que esses se



auto-representam e/ou são tidos como auto-representados sob o signo da virtude e da retidão moral e, aos que vivem na *região* de “cima” como *outsiders*, por serem representados como desviantes desse modelo.

Interpretações do campo empírico sugerem uma estigmatização de mão dupla: dos moradores da *região* do “Desterro” em relação aos da *região* de “cima” (prostitutas, traficantes, marginais, gente que não presta) e dos da *região* de “cima” em relação aos da *região* do “Desterro” (patricinhas e mauricinhos, bairristas, metidos a besta, pseudo-ricos). Utilizo, portanto, as noções de *estabelecidos* e *outsiders* propostas por Elias, procurando perceber mecanismos de identificação acionados por ambos.

Outra *di-visão*, operada intra-*região* de “cima”, tem nesses conceitos, ferramentas úteis no movimento de aproximação com o campo empírico. Os moradores da *região* denominada *interdita* são classificados como *outsiders* em relação aos da *região* de “cima” que, dentro desta outra *di-visão*, atuariam como *estabelecidos*.

A contigüidade física dessas *regiões* aponta um outro problema a ser pensado: a construção de *fronteiras* entre estas. Como Barth (1997), ao pensar a questão da *fronteira* entre os grupos étnicos coloca, tais “fronteiras são sociais, se bem que podem ter contrapartidas territoriais” (p.195). Esse me parece ser, por vezes, o caso da *fronteira* que *di-vide* as *regiões* de “cima” e do “Desterro”, uma *fronteira social* que parece apresentar um correspondente no espaço físico. O movimento de construção do objeto levou-me a identificar indícios da construção de uma outra *região*, a *região Centro Histórico*, onde as *regiões* estudadas (de “cima”, do “Desterro” e a *interdita*) por vezes se desconstroem, e suas contrapartidas territoriais parecem se diluir num só *espaço*.

No primeiro momento de investigação, as *fronteiras* entre as *regiões* (de “cima” versus do “Desterro” e de “cima” versus *interdita*) me pareciam separar rigorosamente universos sociais distintos. Embora, corriqueira e sutilmente, os moradores são identificados e/ou se identificam como pertencendo à *região* de “cima”, de “baixo” (ou do “Desterro”), ou à *interdita*; acionando um *nós* (aqueles que se reconhecem como jogando um mesmo jogo) em relação a um *eles* (apontados e dicotomizados como *outros* ou como estrangeiros) em outros momentos, esses *outros* se reconhecem como *mesmos*, atravessando e diluindo *fronteiras* construindo uma só *região*: a *Centro Histórico*.

O movimento de construção do objeto levou-me a perceber que o conceito de *fronteira* formulado por Hall (2003, p.33), seria mais adequado por abandonar uma noção binária de diferença, em prol da construção de uma noção aberta, onde *mesmos* e *outros* deslizam nas *fronteiras* que se constituem em lugar de trânsito:

O conceito fechado de diáspora se apóia sobre uma noção binária de diferença. Está fundado sobre a construção de uma fronteira de exclusão e depende da construção de um 'Outro' e de uma oposição rígida entre o dentro e o fora. Porém as configurações sincretizadas da identidade cultural caribenha requerem a noção derrideriana de *difference*- uma diferença que não funciona através de binarismos, fronteiras veladas que não separam finalmente, mas são também *places de passage*, e significados que são posicionais e relacionais, sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim.

Tomo, pois, como objeto de estudo o movimento de construção e desconstrução de *fronteiras sociais* entre os moradores das *regiões* de “cima”, do “Desterro”, *interdita e Centro Histórico*. Para tal intento, busco mapear critérios de classificação acionados cotidianamente nas práticas e representações desses moradores, perscrutando indícios de processos e movimentos de identificação em curso.

A investigação desse problema só se faz possível na análise simultânea de práticas e representações dos moradores das *regiões* construídas. Não procuro mapear entre tais atores diferenças **reais**, por entender que a realidade é, antes, uma representação. Como coloca Bourdieu (2003,p.103):

Só se pode compreender(...) a luta pela definição da identidade “regional”(...) com a condição de se passar para além da oposição que a ciência deve primeiro operar, para romper com as pré-noções da sociologia espontânea, entre a representação e a realidade, e com a condição de se incluir no real a representação do real ou, mais exactamente, a luta de representações, no sentido de imagens mentais e também de manifestações sociais destinadas as imagens mentais (e até mesmo no sentido de delegações encarregadas de organizar as representações como manifestações capazes de modificar as representações mentais)

Nesse sentido, analiso construções de realidades a partir de representações do passado ou do presente dos moradores que se constituem em informantes desse trabalho.

### 1.3 Metodologia adotada

Nesse texto utilizo, as observações/interpretações de campo construídas ao longo de um ano, aproximadamente, de inserção. Ao longo desse período, foram realizadas visitas

intermitentes à área de estudo e o objeto de pesquisa foi ganhando contornos à proporção que avançava nas leituras teóricas e no trabalho de campo.

Egressa de outra área de estudo, a História, o trabalho etnográfico se apresentou como um grande desafio, que encarei como uma difícil e fascinante empreitada. Nesse deslocamento de um *país estrangeiro* (o passado) para um outro (constituído de homens e mulheres tão próximos e distantes do meu *mundo de mesmo*), foram muitas as dificuldades encontradas. Acostumada a construir fontes, a partir de uma criteriosa e paciente seleção de documentos escritos (jornais e relatórios de presidentes de províncias do século XIX), foi com certo desconforto e falta de traquejo que comecei a construir fontes, através da interpretação paciente e angustiada de práticas e representações de pessoas, até então, totalmente desconhecidas. Aprendendo com os erros e caminhando lentamente, hoje, sei que me sentiria completamente perdida dentro de um arquivo, como me sentia nas primeiras andanças no campo.

Aprendendo a engatinhar no campo dei muitas vezes com a cara no chão. Várias vezes, esquecia que estava pesquisando e emitia opiniões que devem ser silenciadas. Como numa ocasião em que comentei, quando um dos informantes disse pagar noventa reais no aluguel de um quarto de trinta metros quadrados, sem banheiro interno: mas esse aluguel é muito caro!

Com o tempo fui aprendendo a controlar certas opiniões, deixando para conversar com as fontes quando chegava em casa. Acostumada a dialogar com jornais velhos, rindo, me emocionando e falando sozinha (quero dizer, com os documentos de papel) pelos arquivos e bibliotecas, tive que aprender a emudecer na frente das pessoas de carne e osso, que nos seus gestos, palavras e expressões corporais me forneciam a matéria-prima que eu lapidaria, com meu olhar, para construir o que seriam meus documentos: meu caderno de campo.

Outro aprendizado árduo e doloroso foi o de buscar meios para estabelecer o que Bourdieu (1997, p.695) denomina *comunicação não violenta*, a qual consiste na tentativa de dominar os efeitos inerentes à relação da entrevista, buscando reduzir ao máximo (“sem pretender anular”) “a violência simbólica que se pode exercer através dela”.(BOURDIEU, 1997, p.695) Para tal intento, não basta silenciar opiniões pessoais frente ao entrevistado, faz-se necessário um trabalho vigilante de duas dissimetrias inerentes a essa relação. A primeira diz respeito à própria posição ocupada pelo pesquisador na relação de troca que é a entrevista: é ele “que inicia o jogo e estabelece a regra do jogo, é ele que geralmente, atribui à entrevista de maneira unilateral e sem negociação prévia, os objetivos e hábitos, às vezes mal determinados, ao menos para o

pesquisado”. (BOURDIEU, 1997, p.695) A segunda é a que Bourdieu denomina dissimetria social entre pesquisador e pesquisado, que conceitua como os momentos em que “o pesquisador ocupa uma posição superior ao pesquisado na hierarquia das diferentes espécies de capital, especialmente do capital cultural”. (BOURDIEU, 1997, p.695)

Enquanto engatinhava no campo, tive muitas vezes dificuldade na tentativa de dominar, na medida do possível, os efeitos dessas dissimetrias. No início da inserção, era apenas uma estranha, um *outro* que, por vezes, puxava conversas fiadas e, em outros momentos, fazia perguntas desconcertantes, as quais já traziam em si uma resposta inevitável. Nesse engatinhar pelo campo, sem fazer uso da indispensável vigilância metodológica, induzi, por vezes, respostas que eu mesma produzia. Pois, sem essa atitude diante do fazer etnográfico:

Ninguém está livre do efeito da imposição, que as perguntas ingenuamente egocêntricas, ou, simplesmente, desatentas podem exercer e, sobretudo, livre do efeito contrário que as respostas assim extorquidas podem produzir no analista, sempre disposto a levar a sério, na sua interpretação, um artefato que ele mesmo produziu sem o saber. (BOURDIEU, 1997, p.696)

Se aprender a engatinhar foi difícil, mais ainda o foi, dar os primeiros passos. Levei muitos tombos, quando meus pés trêmulos ainda tinham medo de pisar no chão. Além de vencer o medo de andar por *territórios* desconhecidos, fui aprendendo a mapear, a partir de um maior contato com os informantes e de um avanço nas leituras teóricas, *informações prévias* (BOURDIEU, 1997, p.700) sobre eles, o que foi me dando maturidade e confiança para conseguir estabelecer uma postura metodológica adequada dentro do jogo da entrevista. Fui descartando “perguntas forçadas e mal colocadas e construindo perguntas [mais] pertinentes, verdadeiras ‘hipóteses’ que se apóiam numa representação intuitiva e provisória da fórmula geradora própria ao pesquisado para provocá-lo a se revelar mais completamente”.(BOURDIEU, 1997, p.696, grifos meus) Tais *informações prévias e representações intuitivas e provisórias* foram, inevitavelmente, modificando-se e ganhando maior densidade à proporção que avançava no trabalho de campo. Ao mesmo tempo, esse percurso possibilitava um avanço de mão dupla: à proporção que as *informações prévias* se adensavam, os passos no campo se tornavam, também, mais firmes, até mesmo, quando percebia que havia passado longas horas, percorrendo atalhos que levavam a interpretações rasas e apressadas.

Muito tempo e esforço ainda precisavam ser despendidos para que deixasse de ser uma **mera estranha** e passasse a ser uma **estranha conhecida**. Com o avanço da incursão em campo,

o medo passou e comecei a correr como uma criança curiosa pelas ruas da *região* de “cima”, de “baixo” e *interdita*. E todo mundo já conhecia de vista a estranha que se metia em todos os cantos dos *pedaços de chão*<sup>39</sup> cujas classificações procurava compreender.

Quando passava pelas ruas, todos os olhos se voltavam. Além de já chamar muita atenção pela aparência física<sup>40</sup>, as visitas constantes também começaram a ser notadas. Passava e comentavam: “ela vem é muito por aqui, de vez em quando ela passa daqui pra lá, de lá pra cá”. Outros diziam: “ela passou cedinho, agora ela já está é voltando”.

Numa ocasião, quando meus pés ainda tremiam pelo medo de andar por um *território* desconhecido, pedi a um amigo que me acompanhasse na andança pelo campo. Percebendo os olhares e comentários a mim dirigidos, ele disse, brincando e falando sério: “eles só faltam te chamar de Buana, como os negros chamavam os brancos, nos filmes que assistia na infância”.

Mas depois que eu *Buana* aprendi a andar, quem passasse por aquelas ruas do *Centro Histórico* poderia, talvez, pensar que eu fosse um deles. Eu *Buana* já sentava ao lado do tabuleiro onde se joga dominó, eu *Buana* já era acolhida nas suas casas, eu *Buana* já não andava dez metros sem receber o abraço de uma criança ou um boa noite cordial.

Na ocasião em que passei toda uma tarde de domingo assistindo a um jogo de dominó numa esquina da 28 de julho com a rua da Saúde, tive a sensação de ter dado minha primeira corrida com os *nativos*, como a de Geertz<sup>41</sup> numa das brigas de galo a que assistiu. Eis a corrida: a informante (que se tornaria uma grande amiga) que me introduziu e me acolheu no campo foi até sua casa e trouxe caranguejos para eu comer. Enquanto eles jogavam dominó, comia caranguejo, sem me importar com o líquido escuro que escorria pelos meus dedos. A simplicidade desse ato cativou quem assistia à cena. Um deles disse: “no próximo domingo, vou mandar comprar um caranguejo pra fazer pra ti, mas vou mandar alguém que saiba fazer direito, porque Das Dores nem escova os caranguejos, aqui tu não vai mais comer caranguejo sujo”. O caranguejo sujo rendeu-me caranguejos limpos e a confiança dos presentes.

Devo a meu incurso na Antropologia, o aprofundamento da aplicação de uma premissa que, embrionariamente, já trazia como legado da formação em História: a de que as palavras não são palavras, as palavras são conceitos. Dessa forma, fiz um esforço de mapeamento das

---

<sup>39</sup> Parafraseando Da Matta (1997, p.42)

<sup>40</sup> Por ser albina fui muitas vezes reconhecida como turista estrangeira pelos *nativos*. Numa ocasião um deles me ofereceu um prédio (que, claro, não era propriedade sua) julgando que eu fosse uma empresária “gringa”.

<sup>41</sup> A respeito da corrida de Geertz com seus *nativos* ver GERTZ (1989,186)

categorias e dos critérios de classificação que permeiam o cotidiano de homens e mulheres que vivem no *Centro Histórico* de São Luís.

Outros legados da História me foram úteis no aprendizado do fazer etnográfico. A experiência do trabalho de pesquisa paciente e exaustivo nos arquivos e bibliotecas (quando muitas vezes não encontramos ou pensamos não encontrar nada que nos interesse) me deu a tranquilidade para ouvir dos informantes o que não interessava (ou o que pensava não interessar).

Tive que utilizar as lições, já aprendidas na História, na sedução de pessoas humanas, pois, para se ter acesso aos documentos de papel, também se faz necessário cativar seus guardiões. E, assim, não foi difícil inventar um *jeitinho etnográfico* de conquistar meus informantes: passava horas falando para eles de miudezas de minha vida, de uma doença da avó, do meu medo de galinha etc., e, em troca, colhia miudezas de suas vidas, muitas das quais se transmutariam em fragmentos preñes de significação, diante do olhar inquiridor que os problemas inerentes ao movimento de construção do objeto me fariam lhes lançar.

Em muitos momentos, tive que fazer uso de estratégias mais sofisticadas para construir dados de pesquisa, principalmente, quando o interesse recaía sobre a área onde se concentram “bocas de fumo”: a *região interdita*.

Vali-me, muitas vezes, de uma lição tomada de empréstimo de Marcos Alvito, como eu, egresso da História, que adentrou no campo das Ciências Sociais. Enfrentou dificuldades semelhantes num estudo que realizou numa favela carioca e, servindo-se do artifício da memória, logrou, muitas vezes, cavar brechas para o fluir dos discursos. Comenta como a estratégia de investigação das memórias franqueou o acesso às representações do presente:

No decorrer do trabalho de campo, percebi haver um discurso nostálgico acerca da favela. Antigos chefes do tráfico, sobretudo, eram idealizados enquanto instauradores e mantenedores de uma ordem justa e equilibrada, sem excesso de violência[...]. Passei então a concentrar meus esforços na reconstituição dessa ‘memória’ dos bons tempos, um discurso que, lido a contrapelo, dizia-me muito a respeito de como a realidade era encarada. ‘Antigamente era assim’ significa ‘hoje em dia é assado’, com a vantagem de evitar indagações diretas sobre o momento atual, passíveis de serem confundidas com uma investigação policial. (ALVITO, 2001, p.19)

Assim, a zona de antigamente me dava pistas da zona de hoje, o passado tranqüilo me dava pistas de um presente de desassossego.

As primeiras conversas e entrevistas tiveram que ter como justificativa um suposto interesse na história da ZBM ou do “bairro” do Desterro. No decurso do trabalho de campo fui

tentando explicar para alguns deles meu objeto de estudo. Os que compreenderam ficaram um tanto quanto desapontados, pois o que esperam de um pesquisador é que esteja disposto a “resgatar e escrever a história” do local. Nos seus olhos conseguia ler uma pergunta que consideravam sem possibilidade de resposta plausível: para quê estudar isso?

Apesar de ter consultado fontes bibliográficas que abordam a Zona do Baixo Meretrício, como CAMPUS (2001), REIS (2002) e LOPES (2004), privilegio fontes construídas a partir de observações de campo. Essas constam de registros feitos em caderno de campo, conversas informais e entrevistas gravadas.

No primeiro momento da construção dos dados de pesquisa, priorizei a observação direta e as conversas informais. Somente à medida que fui conquistando a confiança dos informantes comecei a utilizar o gravador como instrumento de trabalho e, nessas ocasiões, me servia dos dados sistematizadas a partir de bate-papos corriqueiros para aprofundá-los nas entrevistas.

Procurei observar no “bairro” do Desterro, acontecimentos ordinários e extra-ordinários, desde as missas na Igreja do Desterro, o jogo de bola das crianças no largo e ao lado do Convento das Mercês, o dominó e a cerveja dos dias de domingo na rua 28 de julho, a entrega de preservativos e as conversas corriqueiras de todos os dias na Associação das Profissionais do Sexo no Maranhão- APROSMA, as reuniões do Fórum<sup>42</sup>, até a apresentação de danças, autos natalinos, serenatas, velórios, bingos, e a execução de projetos na área, como uma oficina de fotografia para crianças realizada na Igreja do Desterro.

Tive contato com moradores da *região* de “cima” e do “Desterro” e *Centro Histórico*. A *região* de mais difícil acesso foi a que parece constituir uma nova *fronteira* intra-*região* de “cima”, a *interdita*, que abrange trechos da rua da Palma e rua da Saúde, área de concentração de “bocas de fumo”.

Procurei entre os entrevistados priorizar a diversidade em detrimento de um perfil relativamente homogêneo. Entre meus informantes constam homens e mulheres, jovens, adultos, crianças e idosos, lideranças políticas e indivíduos envolvidos nas atividades ali promovidas e pessoas com relativo distanciamento dos problemas e interesses das *regiões* estudadas. Penso que

---

<sup>42</sup> Fórum de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Desterro, Portinho e Praia Grande, criado, no início de 2004, com a finalidade de se constituir num espaço de discussão de projetos realizados na área junto aos “parceiros”. Nesse Fórum se faziam presentes representantes da União de Moradores do Centro Histórico, APROSMA, Núcleo Gestor da Prefeitura, Sebrae, Secretaria de Turismo, SEDUC, Cooperativa Gastronômica. Doravante denominado Fórum.

é em tal escolha que reside a riqueza desse trabalho que permite vislumbrar algumas dentre suas diversas nuances.

A necessidade de lidar com moradores de *regiões* distintas obrigou-me a assumir uma multiplicidade de posturas: se para uns era benquista por passar tardes inteiras assistindo ao jogo de dominó e por aceitar um convite para tomar cerveja e ouvir histórias da ZBM na casa de alguém, para outros o era por assistir à missa às sete horas da manhã de domingo, por conversar sobre a história e as coisas corriqueiras do “bairro” na porta da Igreja do Desterro, ou por aparentar ser uma pessoa decente.

Outras atividades me possibilitaram obter a confiança de pessoas das diferentes *regiões*, como o desfile na Flor do Samba, escola de samba que tem sede no “bairro”, a participação nas reuniões do Fórum e no projeto Viver o Desterro, que me conferiu o status de professora entre crianças de “cima” e de “baixo”. E assim, transitando pelos *territórios* e atravessando *fronteiras* fui, parafraseando Zaluar (1985,p.20), “aceita finalmente, sem nunca [ter sido] considerada uma igual”

Em algumas ocasiões, percebia que procuravam aumentar meu prestígio, talvez como forma de se sentirem mais valorizados. Assim o fizeram quando souberam que tinha sido professora da universidade. Eles teimavam em me apresentar como tal, malgrado corrigi-los, rotineiramente, explicando-lhes que há mais de um ano havia rescindido contrato com a UFMA. Cansei de corrigi-los, mas eles não cansaram de perguntar, perto de outros, se estava “indo dar aula na faculdade”. Fazer-me alguém importante era uma forma deles se sentirem importantes também.

Em outros momentos, a conquista dessa proximidade começava a me dar trabalho. Tive que ir para a festa do dia das mães da APROSMA e da União de Moradores, (como já tinha ido à primeira não podia deixar de ir à segunda). Mas como os livros, as fontes a serem classificadas e o computador, minha caneta e o papel, estavam sempre me esperando em casa, tive que aprender a dizer que ‘não pude ir’ à novena de Santo Antônio, aos terços do mês de Maria, aos lançamentos de livros e ao arraial do Desterro. Afinal, precisava de tempo e tranquilidade para conseguir refletir sobre um campo que, a essa altura, já me sufocava.

Devo também o êxito da inserção em campo a pessoas que me conduziram pelas mãos quando este ainda era uma masmorra, só passível de passagem quando uma voz amiga anunciava a visita de um desconhecido, que indagaria as coisas mais ordinárias e íntimas da vida de quem se



resguardava muralha adentro. Devo a Matilde e a Das Dores<sup>43</sup>, duas lideranças entre os de “cima”, a possibilidade de quase me perder no contato com o labirinto dos problemas, das urgências e dos sonhos desse universo.

Numa ocasião em particular me surpreendi comungando com as necessidades e as expectativas deles. Numa tarde de segunda, fui ao Desterro fazer um *contradom* (MAUSS,1999), auxiliar na redação de um documento de interesse da comunidade, afinal, conforme já apontou Zaluar (1985, p.15), a pesquisa é uma troca. Num ambiente de pobreza econômica e privação, necessidades individuais tornam-se, muitas vezes, mais urgentes que interesses coletivos. Assim, a reunião para a qual fui convocada tinha sido cancelada, porque o vice-presidente da União de Moradores passara o dia tomando providências para um caso ocorrido na noite anterior: uma moradora morrera eletrocutada ao tocar num dos postes que fazem a iluminação do *Centro Histórico*.

Ele já havia registrado queixa, localizado um companheiro da vítima e resolvido as questões burocráticas no IML, mas faltava arranjar o dinheiro para comprar o caixão. A reunião foi cancelada. Passei a tarde com eles, tentando providenciar o caixão e buscando mobilizar a imprensa. As ligações, claro, eram feitas do meu celular. Antes de discar o número do telefone de um político, minha informante/amiga parou um instante dizendo: “Eu vou até me benzer, que isto chora muita miséria pra soltar dinheiro”. E, num relance, nós duas fizemos simultaneamente o sinal da cruz. Eu já havia “aprendido[...] a cultivar o envolvimento compreensivo, isto é, a participação afetuosa e emocionada nos seus dramas diários”. (ZALUAR, 1985, p.15)

Entre os de “baixo” devo à Marta, colega de curso do Mestrado e moradora dessa *região*, a possibilidade de ser acolhida em casas de pessoas que me desconheciam, de gravar as coisas sérias e banais que falavam nas entrevistas que, pela presença de uma pessoa amiga e confiável, ganhavam a leveza e a espontaneidade dos bate-papos de esquina.

Como uma proximidade maior com esses moradores ocorreu somente a partir do mês de abril, a presença de Marta foi fundamental. A essa altura, não havia mais tempo para conquistar informantes, como pude fazer com os de “cima”, nem minha prodigiosa memória, já cansada, conseguia guardar muitas informações. Somente com a presença dela se tornou possível construir dados riquíssimos num espaço curto de tempo.

---

<sup>43</sup> São respectivamente presidentes da União de Moradores do Centro Histórico e da Associação de Profissionais do Sexo no Maranhão (APROSMA), organização não governamental com sede nessa área.

No primeiro momento de sistematização desse trabalho, quando do exame de qualificação, o fato de ter tido uma proximidade maior, até aquele momento, com os de “cima”, levava-me a ler minhas fontes com olhar apaixonado. Os alertas feitos nessa ocasião, um maior distanciamento do campo que me fora recomendado e o aprofundamento do contato com os de “baixo” possibilitaram-me um amadurecimento do olhar e uma vigilância mais severa na minha relação com os problemas que o movimento de construção do objeto me colocavam.

Para preservar a identidade e a segurança dos informantes, optei por modificar seus nomes.

## 2 DOIS PEDAÇOS DE CHÃO (?): o de “cima” e o do “Desterro”

Procuro fazer um exercício de aproximação com o campo empírico, para torná-lo legível aos meus olhos e aos do leitor a partir de uma descrição densa de fragmentos de práticas e discursos construídos aqui e ali, com a paciência e a angústia de quem pretende, minimamente, transitar pelas ruas e entre a gente de um **país estrangeiro** –sem a ingênua pretensão de deixar de fazer-se estranho e/ou de vê-los enquanto tais. Intento, apenas e arduamente, usando as palavras de GEERTZ (1989, p.12), “reduzir [minha] perplexidade –que tipos de homens [e mulheres] são esses?”(grifos e interferências minhas)

Busco situar esses homens e mulheres “no quadro de suas próprias banalidades, dissolvendo [até o possível] sua opacidade”.(GEERTZ,1989,p.12) A superação da opacidade, no entanto, não garante a pintura de um quadro nítido; nele as cores e as formas nem sempre poderão ser nomeadas com as palavras que o vocabulário teórico fornece.

As relações entre os moradores do que conceituo como *regiões* do “Desterro”, de “cima”, *interdita* e *Centro Histórico* são, normalmente, mediadas pelo uso de categorias de classificação. Busco, neste capítulo, mapeá-las intentando torná-las inteligíveis dentro de um conjunto, que se afigura como desordenado para um observador externo e como harmônico para os moradores que o naturalizam nas suas práticas cotidianas. As categorias acionadas por esses agentes sociais não podem ser entendidas como estando isoladas umas das outras, pois “classificar não é apenas constituir grupos; é dispor esses grupos segundo relações muito especiais” (DURKHEIM e MAUSS, 1988, p.403)

As classificações que *di-videm* o “bairro” do Desterro em *regiões*, a de “cima” e a de “baixo” (ou do “Desterro”) e a *interdita*, e aquelas que as une, firme ou frouxamente, numa só *região*, a *Centro Histórico*, só podem ser visualizadas, se investigarmos as categorias de classificação utilizadas cotidianamente nas relações entre os moradores. Tais *di-visões*, provavelmente vistas como absurdas por qualquer visitante desavisado que chegue a esse *espaço* foram/são arbitrariamente construídas ao longo de um passado/presente compartilhado e são reproduzidas ou transcendidas (desconstruídas), nas suas práticas e representações cotidianas. Assim, sujeitos que, por vezes, se representam como *outros* (os de “cima” versus os de “baixo” e os de “cima” versus os da *interdita*) reconhecem-se, em outros momentos, como *mesmos* (moradores da *região Centro Histórico*).

Como nos apontam Durkheim e Mauss (1988, p.403): “Toda classificação implica uma ordem hierárquica da qual nem o mundo sensível nem nossa consciência nos oferecem o modelo.” A ordem hierárquica que perpassa a construção e a desconstrução de tais *di-visões*, não emana da natureza das *regiões*, nem da onisciência dos sujeitos que a instituíram, pelo contrário, elas só podem se fazer cognoscíveis, na medida em que interpretamos os indícios das relações estabelecidas entre os moradores, indícios estes construídos a partir da interpretação de práticas e discursos.

## 2.1 ‘Tudo é Desterro’: a negação(?) das *fronteiras*

Utilizei como estratégia inicial de incursão no problema das *fronteiras* a indagação interessada e desinteressada dos limites físicos das *regiões*. E assim, perguntando onde é o “Desterro” e onde é o “lado” de “cima” fui construindo fontes que me possibilitaram elaborar uma construção preliminar do problema. Investigando os mapas que os informantes formavam nos seus discursos e práticas, criei o sistema abstrato que tornou viável a análise de um campo empírico que, em si, se apresentava como caótico e ininteligível: as *regiões* de “cima”, de “baixo”, *Centro Histórico* e *interdita*.

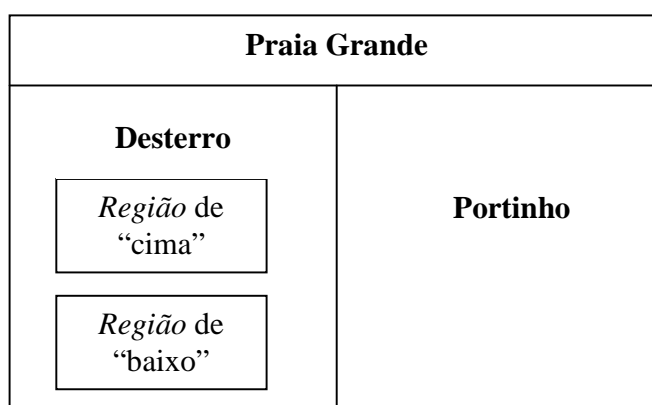
Nesse tópico interpreto discursos onde a negação da *di-visão* entre os de “cima” e os de “baixo” é acionada explicitamente. Para esses agentes “tudo é Desterro”, não existem mais os “lados” (as *regiões*) de “cima” e de “baixo”, “tudo é uma coisa só” (*região Centro Histórico*). Contudo, nas entrelinhas das suas práticas e representações, ao mesmo tempo em que percebo indícios da formação da *região Centro Histórico*, leio a continuidade e a ressemantização de uma *fronteira* entre os de “cima” e de “baixo”.

A *região* de “cima”, quando reconhecida, é localizada pelos informantes dentro do espaço físico onde funcionaram os mais luxuosos cabarés da ZBM (vide ANEXO I). A identificação de um *território* correspondente a essa *região*, ainda que sutilmente acionada, aponta um elemento central para sua definição física e social: a “zona”. Tal elemento é, por vezes, sublimado e, por outras, grifado nas representações dos moradores das *regiões* que tomo como ferramentas de análise.

Em muitos discursos, essa *região* não existe mais, é coisa do passado, é “só besteira”. Como afirmou D. Matilde, presidente da União dos Moradores do Centro Histórico e moradora

da Rua Jacinto Maia (em frente ao muro do Convento), numa conversa corriqueira que travamos enquanto me conduzia para a casa de um informante: “ –Tudo é uma coisa só: Desterro, Praia Grande, Portinho, é tudo Centro Histórico.”

Diagrama 1 – representação da *região Centro Histórico* por moradores - A. “Tudo é Desterro”



Na fala de Matilde tive um primeiro contato com a idéia de que aquele espaço físico, de dimensões relativamente pequenas e fragmentado em muitos *territórios*, poderia, nas representações sociais dos moradores, por vezes, formar um todo: a *região Centro Histórico*. No início da pesquisa, quando ainda não conseguia ter distanciamento do campo empírico, não dei tanta importância a esse dado, julgando tratar-se de uma atitude condicionada pelo lugar social do qual a informante fala, qual seja, a de presidente da União de Moradores do Centro Histórico<sup>44</sup>.

O discurso de Matilde, como o de outros informantes aqui citados, tende a afirmar a existência de uma *di-visão* entre os de “cima” e os de “baixo” na época de funcionamento da ZBM e a negar sua continuidade no presente. A afirmação de uma *fronteira* que “já acabou”, que é “coisa do passado”, parece-me uma estratégia de negação da reprodução e ressemantização da *di-visão*. É como se o afirmar que **já houve** fosse uma forma de escamotear sua vigência.

Quando insisti na indagação sobre uma possível *di-visão* entre os da *região* de “cima” e os da *região* de “baixo”, a mesma informante colocou:

<sup>44</sup> Ainda que nesta ocasião (que não se tratava de nenhuma entrevista formal) Matilde, provavelmente, estivesse falando mais como moradora do que como presidente da União de Moradores. O fato dessa informante ter um cargo no Núcleo Gestor do Centro Histórico também interfere nas suas representações dessas questões.

- Qui! Isso é besteira isso é coisa do passado, já acabou.
- Mas não tem pessoas que até hoje não passam onde foi a ZBM, na Rua da Palma, na 28 de Julho?
- É que tem algumas pessoas que têm preconceito. Porque às vezes a história acaba, mas a memória fica. Mas isso é besteira.

Matilde chama atenção para um elemento essencial para a análise da questão: a memória. Mesmo que uma história da ZBM tenha acabado (uma história representada como luxuosa, decente e bonita pela maioria dos moradores de ambas as *regiões*), na memória das pessoas tal história continuaria viva, sendo cotidianamente ressemantizada (outros elementos como tráfico, sujeira, pobreza e violência são acionados nas representações de uma zona atual). Uma **zona que foi** e, por vezes, uma **zona que é**, são (re)construídas nos discursos dos informantes.

Ainda conforme esse depoimento, a *di-visão* ou, nas palavras dessa informante, a “besteira que já acabou”, sobrevive nas práticas e representações de alguns indivíduos em particular “-tem algumas pessoas que têm preconceito”.

A forma como Elias (2000, p.23)) coloca a necessidade de distinção entre preconceito individual e estigmatização grupal talvez ajude a sistematizar alguns aspectos desse problema:

Em Winston Parva, como em outros lugares, viam-se membros de um grupo estigmatizando os de outro, não por suas qualidades individuais como pessoas, mas por eles pertencerem a um grupo considerado diferente e inferior ao próprio grupo. Portanto, perde-se a chave do problema que costuma ser discutido em categorias como a de preconceito social, quando ela é exclusivamente buscada na estrutura de personalidade de indivíduos. Ela só pode ser encontrada ao se considerar a figuração formada pelos dois (ou mais) grupos implicados ou, em outras palavras, a natureza de sua interdependência.

Numa tentativa de aproximação com o discurso da informante mediado pelas ferramentas teóricas propostas por Elias, poderia dizer, numa tradução arriscada (como toda e qualquer tradução), que, para ela, a *di-visão* hoje se apresenta em termos de preconceito individual e não de estigmatização grupal.

É interessante destacar que o lugar de onde Matilde fala, qual seja, o de presidente da União dos Moradores do Centro Histórico, exige-lhe lidar cotidianamente com situações onde o problema da *di-visão* se coloca; o cargo que ocupa requer um trânsito entre as *fronteiras*, nem sempre livre de engarrafamentos e outros transtornos. A título de exemplo, na ocasião das

inscrições de crianças do “bairro”<sup>45</sup> na oficina de fotografia do Projeto Viver o Desterro, houve queixas de alguns moradores de “cima” acerca da exclusão de filhos de prostituta neste evento.

Um outro morador da rua 28 de julho (*região* de “cima”), ex-presidente da União de Moradores, conta que, antes de assumir tal função, era cumprimentado por todos quando andava pela *região* do “Desterro”, “mas foi só virar presidente da União que o povo [da *região*] do Desterro começou a virar a cara pra mim. Com Matilde agora deve ser a mesma coisa”. Se Matilde passa por situações semelhantes, isso não aparece em seus discursos, já que é mais fácil para um morador e ex-presidente emitir opiniões desse tipo.

A observação direta de práticas de Matilde, contudo, sugere limites na sua relação com os de “baixo”. Numa das visitas que fiz à área presenciei uma situação de dificuldade financeira vivida por Matilde. Na ocasião, buscou auxílio entre os de “cima”, malgrado os de “baixo” possuíssem maior estabilidade financeira. Assisti quando pediu um real emprestado para uma moradora de “cima”, que alegou não ter um centavo. Continuou sua peregrinação pela *região* de “cima” lamentando: “desde de manhã que eu ando atrás de um real e ninguém tem”.

Em várias outras ocasiões, observei que é comum entre os de “cima” pedir-se e emprestar-se pequenas (que se fazem grandes) quantias de dinheiro nas horas de “aperreio”. Tais laços de solidariedade parecem se restringir dentro das *fronteiras* dessa *região*, até mesmo em se tratando da presidente da União dos Moradores do Centro Histórico.

Nesse sentido, esse episódio me parece sugestivo dos limites das relações dessa agente com os moradores da *região* de “baixo”, pois se, conforme aponta, todos lá embaixo a conhecem e a *di-visão* é coisa do passado, é ainda entre os de “cima” que procura o auxílio de um real.

D Joana, ex-moradora da rua da Estrela e residente atualmente no prédio da Escadaria Humberto de Campos na Praia Grande, parece negar, a princípio, como Matilde, a persistência de tal *di-visão*, utilizando a mesma expressão usada por esta: “-Qui! Isso é besteira” Mas, em seguida, reconhece uma *di-visão* relativa às pessoas (à *região*) do “Desterro”. Ao se referir a uma apresentação da dança do balaio, da qual participa, que ocorreria no Largo do Desterro, responde, quando indago se as mulheres da *região* do “Desterro” participariam: “Não, só nós”.

---

<sup>45</sup> Quando utilizo o termo bairro, faço-o no sentido em que é utilizado pelos informantes, qual seja, enquanto designação do espaço físico ocupado pelas *regiões* de “cima” e de “baixo”. Vide mapa II no Anexo.

O discurso de Joana não admite uma *di-visão* “- Qui! Isso é besteira”, mas afirma um *nós*, os de “cima”, que é acionado em contraposição a pessoas identificadas como um *eles*, os da *região* do “Desterro”.

Ao mesmo tempo em que esse discurso aponta a continuidade da *di-visão*, também indica a construção em curso de uma nova *região*: a *Centro Histórico*, onde “tudo é Desterro”. Joana é uma das moradoras de “cima” que mais transita pelas ruas e pelos eventos realizados na *região* do “Desterro”. Ela passa o dia inteiro andando de “cima” à “baixo”, atravessando a *fronteira*, que se constitui em lugar de passagem.

As práticas e os discursos de Joana, portanto, sugerem uma resposta aos problemas discutidos nesse trabalho que não pode ser lida apenas como um não (a *di-visão* acabou e a *fronteira física* entre as *regiões* é mero lugar de passagem), ou como um sim (persiste uma *fronteira*, pois um *nós* e um *eles* são acionados no seu discurso). Pelo contrário, os indícios apontam para uma simultaneidade da afirmação e da negação. Ao mesmo tempo em que alguns elementos sugerem as *regiões* de “cima” e de “baixo” como construções sociais distintas, outros insinuam o movimento de construção da *região Centro Histórico*, onde a *fronteira* entre essas duas regiões ora se dilui, ora se cristaliza.

Marta, moradora da *região* do “Desterro”<sup>46</sup>, e colega de turma do mestrado, foi uma das principais informantes e ouvintes das minhas inquietações no campo. Em diversas ocasiões se mostrou preocupada com os rumos que meu trabalho vinha tomando. Não raramente explicitava suas opiniões: “Tem uma coisa que me preocupa muito nesse teu trabalho: essa divisão entre os de cima e os de baixo, porque eu moro no Desterro há muitos anos e não conheço essa divisão” Tal *di-visão*, embora não admitida, permeava, inconscientemente, algumas de suas práticas.

Muitos dos moradores de “cima”, vizinhos de muitos anos, não eram por ela conhecidos até iniciar pesquisas nessa área. Como ela mesma afirmava: “não era necessário conhecê-los”. A sede da APROSMA<sup>47</sup>, separada de sua casa somente pelo muro do Convento, era, há pouco, um endereço muito próximo e totalmente desconhecido.<sup>48</sup> Várias vezes, quando lanchávamos pelo

---

<sup>46</sup> A residência de Marta se localiza exatamente no local apontado, em vários discursos, como *fronteira* da *região* do “Desterro”, a Rede Somar (vide Mapa IV no Anexo)

<sup>47</sup> Associação de Profissionais do Sexo do Maranhão.

<sup>48</sup> Na entrevista que fez com Das Dores, presidente da APROSMA, esta mencionou o ‘estranho fato’ de alguns moradores da *região* do “Desterro” desconhecerem a existência de tal associação. A sede não possui nenhuma placa de identificação na porta, segundo ela, “não porque elas não queiram machucar a vizinhança, mas porque não querem ser machucadas”. E continua: “ora, eles [os da *região* do “Desterro”] olham gente entrando, gente saindo



Reviver<sup>49</sup>, ela pedia que alguns de nós a acompanhássemos até sua casa, já que não queria/deveria passar sozinha por um trecho deserto e perigoso durante a noite (a *região* de “cima”). Quando, em dezembro de 2004, faleceu uma criança (moradora da segunda casa da rua da Palma acima do Convento), desconhecia tanto a existência quanto a morte desse vizinho fisicamente muito próximo.

As falas e os passos de Marta, portanto, me alertam para a indispensável contraposição das práticas e representações desses sujeitos que reproduzem (ou não) cotidianamente essas *fronteiras*.

Antes de ter o local onde mora como área de estudo, seus conhecidos da vizinhança eram aqueles com quem se relacionava desde a infância e adolescência. Parece-me emblemático seu desconhecimento de moradores antigos da *região* de “cima”, com os quais, certamente, cruzava corriqueiramente sem que fosse “preciso” conhecê-los. Como as crianças da oficina de fotografia que se conheciam de vista, mas não sabiam os nomes uns dos outros, talvez, por não “precisarem se conhecer”. Esses “desconhecimentos” de atores sociais que se cruzam cotidianamente pelas ruas do “bairro” são sugestivos da efetividade das *fronteiras sociais*, ainda quando os *territórios* do *outro* se fazem lugar de passagem.

Os termos acionados no seu discurso – “não era necessário, não era preciso conhecê-los” - sugerem um comportamento muito mais indiferente, do que conscientemente agressivo em relação aos da *região* de “cima”. Contudo, faz-se necessário enfatizar que o que esta informante considera como indiferença inconsciente pode ser lida como estigmatização pelo *outro*. Nas palavras da amiga/informante; “eu acho que eles pensavam que eu era [metida à] besta”.

No caminhar da pesquisa, Marta foi modificando alguns de seus posicionamentos. O conhecimento mais aprofundado do dia-a-dia da *região* de “cima” levou-a a reconhecer e a reproduzir uma *fronteira*. Numa das entrevistas que fizemos juntas, uma informante comentou o caso de uma tentativa de estupro de uma menina de cinco anos ocorrido na *região* de “cima”. Chocada, Marta falou sério sorrindo: “- minha filha eu não vou deixar ir lá pra cima não. Pode botar no teu trabalho, meu bebê tá fora de ir pra lá pra cima. É aqui pra baixo, passar lá [em cima] só de carro”.

---

daqui. Se quisessem saber o que era, mesmo que fosse por curiosidade, teriam vindo aqui”. Por que não foram/vão? Por que não foi/é preciso? Porque não foi/é necessário?

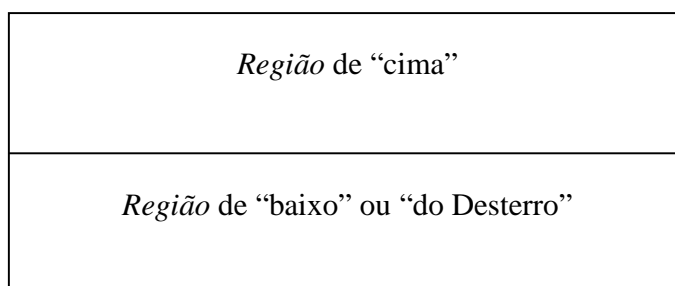
<sup>49</sup> Vide nota 2.

Várias vezes no decurso da construção desse trabalho dizia para eu ter cuidado, para evitar andar sozinha pela *região* de “cima” durante a noite. Mencionando episódios ocorridos na *região* de “cima” (agressões físicas envolvendo gangues, assassinatos), tentava sempre alertar que o perigo era real e não uma mera representação.

O movimento do discurso de Marta parece-me emblemático. Quando tinha pouco contato com o cotidiano do “bairro” sua atitude em relação aos de “cima” era de uma indiferença inconsciente. As pesquisas fizeram-na modificar esse posicionamento: hoje a *região* de “cima” é, na sua leitura consciente, um lugar de perigo, que precisa ser evitado.

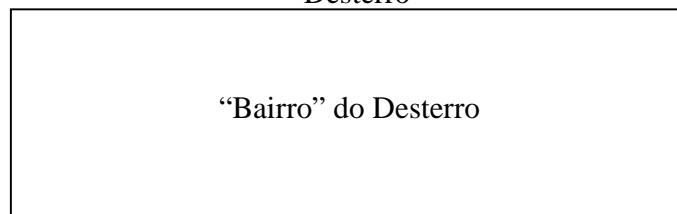
Numa conversa informal, quando me mostrava interessada em saber os limites físicos do “bairro” do Desterro, Aroldo, morador da *região* do “Desterro”, afirmou: “Agora tudo é conhecido como Desterro”. A fala desse informante sugere duas visões diferentes: uma interna (elaborada pelos moradores do “bairro”) onde permanece uma *di-visão* - existe a zona (*região* de “cima”) e o (a *região* do) “Desterro” - e uma externa (proveniente dos órgãos públicos que ali atuam e que vem sendo apropriada pelos moradores) onde tudo é conhecido como “Desterro”. Em outras palavras: tudo é conhecido como Desterro, mas ainda existe uma diferença entre o ser do “Desterro” e o ser de “cima”. Ao mesmo tempo em que o “ser conhecido” sugere a permanência de uma *fronteira*, indica também a construção, em curso, de uma outra *região*: a *Centro Histórico*<sup>50</sup>

Diagrama 2 – representação do “bairro” do Desterro por moradores -A: “Tudo é conhecido como Desterro”



<sup>50</sup> O que aqui conceituo como *região Centro Histórico*, corresponde a um perímetro formado pela *região* de “cima” e do “Desterro”, incluindo os bairros da Praia Grande e Portinho (vide Mapa VI no Anexo).

Diagrama 3 – representação do bairro do Desterro por agentes externos: “Tudo é Desterro”



Esse mesmo informante aciona elementos sugestivos da existência de *fronteiras*, quando relembra várias atividades realizadas por ele nessa área, tais como a promoção de jogos onde crianças das *regiões* de “cima” e de “baixo” participavam.

Um outro informante, ex-morador do “bairro” do Portinho e, hoje, considerado uma das lideranças políticas da *região Centro Histórico*, havia narrado que, numa dessas atividades propostas por Aroldo, alguns meninos de “baixo” recusavam meninos de “cima” no seu time dizendo: “fulano não joga no meu time, porque ele é da zona [*região* de ‘cima’]”.

Quando comentei com Aroldo saber desse episódio, ele reconstruiu este e outros, sugestivos da sua leitura da *fronteira*, qual seja, a de uma auto-estigmatização dos da *região* de “cima”.

Aroldo colocou que episódios como aquele (recusa de meninos de “baixo” em terem meninos de “cima” no time) são comuns, assim como o são também, meninos de “cima” quererem formar times só com os *seus*. À ação dos meninos contra a mistura, Aroldo normalmente reage colocando crianças de *regiões* diferentes no mesmo time. Mas, tal solução (meninos de “cima” com meninos de “baixo”) nem sempre conduz a uma mistura homogênea. Embora para Aroldo os dois ingredientes envolvidos sejam de densidades compatíveis como água e açúcar<sup>51</sup>, visto que não existiriam diferenças significativas entre os de “cima” e os de “baixo”, estes mais pareceriam água e óleo<sup>52</sup> resistindo em se misturar dentro de um mesmo time de futebol.

Aroldo diz ter tentado várias vezes explicar para os meninos da *região* de “cima” que eles precisavam “se misturar” com as meninas da *região* de “baixo”, dizendo, quando os via juntos (mas separados) na praça do Desterro, como água e óleo num copo d’água: “Rapaz vocês [de cima] têm que procurar conversar com essas meninas [de baixo]. E os pequenos [de cima] diziam

<sup>51</sup> Elementos que misturados ganham uma consistência homogênea onde não é possível distinguir um do outro.

<sup>52</sup> Elementos que formam uma mistura heterogênea onde os elementos continuam separados (é possível distingui-los) mesmo dentro de um único recipiente.

‘não, essas meninas daqui de baixo são tudo patricinha’. E eu dizia ; -Qui patricinha que nada, essas meninas são tudo pobre que nem vocês.”

No discurso de Aroldo a diferença (“elas são patricinhas”) é representada como uma invenção social, pois “essas meninas são tudo pobre que nem vocês”. Essa fala sugere a construção de uma representação que pretende desconstruir uma outra, segundo a qual, os atores envolvidos se percebem como diferentes (“são todos pobres”). Se, na sua representação, eles seriam água e açúcar (elementos passíveis de uma mistura homogênea), na dos meninos de “cima”, se transmutariam em água e óleo (ingredientes de uma mistura heterogênea por excelência). Esse mesmo informante relembra uma festa de aniversário que fez para sua sobrinha, como ele, moradora da *região* de “baixo”. Por ter livre trânsito entre os de “cima”, pôde convidá-los para a festa, mas os convites por si só não teriam sido eficazes para juntar água e óleo no mesmo copo. Aroldo teria recrutado seus convidados do outro lado da *fronteira*, puxando-os pelos braços para que pudessem chegar até a festa. No começo, eles teriam ficado separados dentro do copo (água e óleo): os de “cima” não pareceriam muito à vontade entre os de “baixo”, mas, a música, a dança e a cerveja, segundo Aroldo, teriam feito água e óleo se misturar como água e açúcar.

Um episódio corriqueiro, narrado por este mesmo informante, reitera a imagem de água e óleo. Eis outro fragmento do dia-a-dia preñado de significações: os meninos de “cima”, que formavam um time só com os *seus*, quiseram denominá-lo “time da zona”. Aroldo reagiu corrigindo-os:

Que besteira! Aqui não tem negócio de time da zona. Zona acabou, não tem mais zona aqui. Rapaz vocês moram tudo na mesma rua, vocês são tudo da rua da Palma. Nós vamos fazer o seguinte, são dois times: Rua da Palma de cima e rua da Palma de baixo, os nomes vão ser Rua da Palma 1 e rua da Palma 2 e ninguém mais fala nesse negócio de time da zona aqui.

Há um movimento por parte de alguns, como Aroldo, no sentido de desconstrução das *fronteiras*, mas até mesmo no comportamento de tais agentes pode-se perceber sua reprodução. Ao mesmo tempo em que censura a continuidade de uma *di-visão* que localiza num passado próximo (“zona acabou”), reproduz uma *fronteira*: “são dois times”. Apesar deles serem todos da mesma rua, todos da Rua da Palma, ele reconhece uma cisão: Rua da Palma de “cima” e Rua da Palma de “baixo”. A existência dos dois times seria inevitável, resta ao agente tentar suavizar a

*di-visão* (Rua da Palma de “cima” versus Rua da Palma de “baixo”) neutralizando-a com uma numeração ordinária: Rua da Palma 1 e Rua da Palma 2.

O envolvimento de Aroldo com a Igreja Católica e um provável sentimento cristão de igualdade entre os homens, fariam-no representar, por vezes, os de “baixo” e os de “cima” como **iguais**, embora, em outros momentos de seu discurso, aponte diferenças entre eles, como quando menciona o envolvimento de meninos de “cima” com gangues.

Hoje se diz cansado de lutar pela modificação do comportamento dos meninos de “cima”, o que fazia há pouco tempo atrás, quando sentava com eles para explicar-lhes que “não era assim, não estava certo ser de gangue, fazer pichação. Depois eu larguei de mão”. Este discurso de Aroldo se assemelha ao de um missionário que cansa de pregar para as *ovelhas perdidas*, convencendo-se de que elas nunca terão pastor.

Os discursos e práticas desse agente, que tem livre trânsito no *território* da *região* de “cima” afirmam a persistência e a dificuldade de desconstrução da *fronteira*. A representação que alguns moradores de “cima” fazem desse informante, parece-me também sugestiva de tal dificuldade. Embora mantenha, normalmente, uma boa relação com as crianças dessa *região* e seja conhecido de vista e **de nome** naquele *território*, é representado como “bairrista” por muitos moradores dali.

Aroldo se diz sabedor do sentimento de uma *di-visão* por parte dos de “cima”. Várias vezes chegou a presenciar queixas dos moradores de “cima” em relação às atitudes preconceituosas dos moradores de “baixo”, mas rechaça a procedência de tal preconceito. Aponta que os de “baixo” não têm preconceito com relação aos de “cima”, os de “cima” é que têm preconceito consigo mesmos. Para justificar essa afirmação, Aroldo se refere a um outro episódio: uma oficina envolvendo crianças das duas *regiões*, ministrada por uma moradora da *região* de “cima”. Depois da aula, ela teria chorado e Aroldo fora perguntar o motivo da emoção. Ao que ela disse que nunca imaginou que, sendo de “cima”, um dia pudesse dar aula para crianças de “baixo”.

Aroldo refuta a idéia de estigmatização dos de “baixo” em relação aos de “cima” com o argumento da auto-estigmatização dos de “cima”. Os episódios por ele narrados se sustentam neste ponto de vista. Assim, na representação que constrói, são os meninos de “cima” que nomeiam seu time como “time da zona”, são seus convidados de “cima” que precisam ser puxados pelo braço para irem a uma festa na *região* de “baixo”, e é a professora de “cima” que se

julgava inferior aos alunos de “baixo”. Dentre os moradores da *região* de “baixo” com quem conversei, Aroldo foi o único que emitiu discursos que afirmam uma auto-estigmatização dos de “cima”.

No contato que tive com os de “cima” percebi indícios do que parece mais um processo de contra-estigmatização do que uma auto-estigmatização.

Uma moradora da *região* de “cima” que afirma com veemência a persistência dessa *di-visão* reproduz, em outras falas, a estigmatização (ou indica vestígios de uma contra-estigmatização) lançada pelo *outro*. Numa manhã de domingo comentei com ela minha interpretação dos fortes laços de compadrio estabelecidos entre os da *região* de “cima” (os padrinhos dos filhos são normalmente escolhidos entre a vizinhança e são comuns os cumprimentos “meu compadre”, “minha comadre”, “meu afilhado”, “minha madrinha” entre eles) ela deu de ombros com desdém: “também quem vai querer batizar filho de puta e ladrão, só puta e ladrão mesmo”.

Esse dar de ombros, porém, precisa ser lido com cautela. Entre os de “cima”, a categoria “puta” e seus correlatos são usados corriqueiramente, sem o peso da conotação que poderiam assumir em outro meio<sup>53</sup>. São comuns expressões do tipo: “No tempo que eu era rapariga” [empregada por uma mulher hoje casada]; “As puta velha tem dia que se danam pra brigar” [empregada por uma ex-prostituta referindo-se a si e a mulheres da vizinhança que outrora exerceram o mesmo ofício]”. Ali, o fato de ter sido prostituta, gigolô ou de ter casado com uma “mulher da zona” não é motivo de constrangimento, pelo contrário, esses elementos costumam ser afirmados cotidianamente, o que sugere um processo de contra-estigmatização.<sup>54</sup>

Apesar de reconhecer que a *fronteira* entre a *região* de “cima” e a de “baixo” ainda existe, Aroldo aponta que “as coisas vem mudando”. Considerando-se um dos agentes que lutam pelo fim dessa *di-visão*, mostra-se feliz com a realização de projetos envolvendo pessoas das duas *regiões* e destaca, principalmente, a importância da realização de tais atividades na *região* de “cima”, o que obriga os de “baixo” a se deslocarem para lá. Nas suas palavras: “porque antes os

---

<sup>53</sup> Conforme aponta GOFFMAN, o estigma é produzido e acionado dentro de uma linguagem de relações, onde o atributo em si - nesse caso particular a prostituição - pode ser ressignificado dependendo do lugar do sujeito que o enuncia/vivencia. Nas palavras de GOFFMAN (1988, p.13): “O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto, ele não é, em si mesmo, nem honroso, nem desonroso.”

<sup>54</sup> Já o termo ladrão carrega conotações distintas, dependendo do lugar social em que o enunciador do discurso se encontre.

de “cima” tinham que descer pra cá pra “baixo”, porque tudo que tinha era feito aqui [no largo do Desterro principalmente]. Eu achei muito bom mesmo, muito importante esse projeto do Rosendo<sup>55</sup>, porque acontece na rua da Palma (de “cima”), porque agora os meninos daqui tão tendo que ir para lá”.

Faz-se necessário analisar essa fala com certo vagar. Para esse informante o *território* é um dos elementos a partir dos quais a *di-visão* se reproduz. Assim, se durante a vigência da ZBM havia dois territórios institucionalmente separados: o da “zona” e o do “Desterro”, com o fim da ZBM, o *território* por ela ocupado continuou sendo evitado por moradores da *região* de “baixo”. Daí a importância que atribui a projetos que possibilitam aos de “baixo” andar pelas ruas da *região* de “cima”. É como se andar pelo *território* do *outro* e conhecer de perto esse universo representado como um mundo social distinto, fosse um elemento fundamental para um aprendizado mútuo de que o *outro* é um *mesmo*. Aprendizado este que, assim afirma, precisa ser repetido cotidianamente pelos de “baixo”, acostumados desde o tempo de funcionamento da ZBM a se fechar no seu território (*região* do “Desterro”), ainda que recebendo de quando em quando visitas dos *estrangeiros* de “cima”.

Seu Manoel, morador de “cima”, também enfatiza o pouco trânsito dos meninos de “baixo” no *território* da *região* de “cima”. Reconstituindo lembranças de sua infância narra que, sendo um menino de “cima”, sempre teve amizade com “o pessoal [da *região*] do Desterro” e passava o dia inteiro brincando no *território* daquela *região*:

Eu brincava muito no [na *região* do] Desterro, passava o dia todinho jogando bola lá na frente da igreja, jogando bola, empinando papagaio, jogava dentro do Quartel, quando era Quartel da Polícia<sup>56</sup>, bola de seringa, aí eu ia buscar a bola lá embaixo que caía. Eu vivia sempre indo lá, sempre da curriola do pessoal do Desterro. (entrevista realizada em novembro de 2004)

Ao reconstruir com saudosismo sua amizade com o “pessoal do Desterro”, Seu Manoel não se refere, porém, ao trânsito deles pela *região* de “cima”. Conforme suas lembranças era ele quem se deslocava para a *região* de “baixo”. Seus amigos, provavelmente, não faziam o percurso inverso, pois o funcionamento da ZBM dificultava o trânsito de menores (inclusive do sexo masculino)<sup>57</sup> nessa *região*. Referindo-se ao tempo de agora. Seu Manoel aponta que os meninos

---

<sup>55</sup> Morador de “cima” e ex-presidente da União dos Moradores.

<sup>56</sup> O Quartel da Polícia Militar funcionou até 1980 onde hoje se situa o Convento das Mercês.

<sup>57</sup> Vários informantes da *região* de “baixo” apontam que transitavam muito raramente pela *região* de “cima” no tempo do funcionamento da ZBM, mesmo durante o dia quando aí não havia atividade.

de “baixo” não sobem para jogar bola na *região* de “cima”<sup>58</sup>, o que se constitui em mais um indício da representação de uma resistência dos de “baixo” em transitar pelo *território* da *região* de “cima”:

Rapaz tu sabe que eu nunca vi, o pessoal de baixo jogando bola com os de cima. É só daqui Rua da Palma, Rua da Estrela, 28, Jacinto Maia, Rua da Saúde, Travessa da Lapa. Cê vai cinco seis horas [os meninos de “baixo”] tão tudo lá no canto, lá naquela esquina, lá perto da Igreja, não tem? Eles ficam lá, tudinho sentado ali, eles não sobem, ficam lá até a Rede Somar<sup>59</sup>. (entrevista realizada em novembro de 2004)

Seu Manoel foi o único dentre os informantes que representou as *fronteiras* atuais como mais rígidas que as de outrora.

Carlos, vice-presidente da União de Moradores, e morador da *região* de “baixo” utiliza uma expressão similar à de Aroldo para falar dos limites físicos do “bairro” do Desterro. Quando lhe pergunto onde começa o Desterro, ele se expressa com essas palavras: “Tudo já é considerado Desterro, tudo é Centro Histórico, desde onde foi zona até aqui”.

Assim como para Aroldo “tudo é conhecido como Desterro”, para Carlos, “tudo é considerado Desterro, tudo é Centro Histórico“. Novamente há indício da formação de uma outra *região*: a *Centro Histórico*, mas, no momento seguinte de sua fala desconstrói essa continuidade, apontando uma *di-visão* fundada no passado e reconstruída no presente “desde onde foi zona até aqui”.

D. Isabel morou até os doze anos de idade na *região* de “baixo” e vive há mais de quarenta anos na *região* de “cima”. Para ela essa *di-visão* ainda existe, mas foi muito mais forte no passado. Ela reconstrói que os jogos de futebol e as brincadeiras de pega-pega eram o momento dos jovens de “cima” e de “baixo” extravasarem as tensões.<sup>60</sup> Nessas ocasiões, segundo narra, os de “cima” e os de “baixo” aproveitavam para maltratar um ao outro:

Os jovens daqui antigamente, tinha assim, brincava com os meninos daqui, mas sempre existiu essa rivalidade, mas a rivalidade deles naquela época era a seguinte: era na hora da bola. Tinha um jogo com os menino lá de cima com os meninos aqui de baixo, do Desterro, a pelada aqui na porta da igreja, ou então aqui na beira da praia, eles se maltratavam era na hora da bola, ta entendendo? Das pesadas, das murrada, de tudo.

<sup>58</sup> Vários informantes fazem referência a jogos entre os meninos de “cima” e de “baixo”, mas estes ocorrem geralmente na praça do Desterro (*região* de “baixo”) e não em frente à sede da APROSMA, situada na Rua Jacinto Maia ao lado do muro do Convento das Mercês (local onde normalmente se realizam os jogos de vôlei e futebol na *região* de “cima”)

<sup>59</sup> Apontada por muitos informantes como limite entre as *regiões* do “Desterro” e de “cima”.

<sup>60</sup> Seu Manoel que também participava desses jogos não faz referências as murradas e pesadas, sublinhando apenas sua amizade com o “pessoal do Desterro”, conforme consta no seu depoimento citado na página anterior.



Hoje não, eles já jogam juntos, o time lá de cima com o time aqui de baixo, não tem mais isso. Quando não era o pega-pega, assim um correndo um atrás do outro, pega-pega, pra dale pesada, pra dale murrada. (entrevista realizada em junho de 2005)

D. Isabel afirma que sua mudança na adolescência para a *região* de “cima” não provocou o rompimento de seus laços com a *região* de “baixo”, (relembra que continuou participando da quadrilha dos de “baixo”, onde os de “cima” não participavam “não adiantava [os de baixo] convidar que eles [os de cima] não iam”), mas, em alguns momentos do seu discurso, é possível perceber indícios do reconhecimento de seu pertencimento à *região* de “cima”. Um exemplo dessa atitude de agir como alguém de “cima” e perceber os de “baixo” como “rivais”, pode ser lido na sua narração, quando reconstrói as estratégias utilizadas pelas meninas das duas *regiões* para extravasarem suas tensões:

Às vezes também as meninas, eu cansei na minha época com treze anos, de gente daqui de baixo quando passava na rua [de cima] não podia olhar assim com cara feia que a gente saía correndo atrás delas, elas saía correndo na frente e eu saía correndo atrás. Uma vez eu me lembro bem que fui operada de apendicite, eu tinha meus doze anos, aí a menina que tinha batido na minha irmã, minha irmã tinha 11, aí eu operada tava na minha janela quando a menina passou na minha rua eu desci, eu operada sai correndo atrás da menina pra bater (entrevista realizada em junho de 2005).

Segundo essa informante, hoje ainda existe entre os jovens de “cima” e de “baixo” uma “rivalidade”, mas que não chega, como no passado, a se materializar em agressões físicas. Aponta que, hoje, restam dos jovens de “baixo” em relação aos de “cima” um certo preconceito, e dos de “cima” em relação aos de “baixo” uma mágoa por não serem aceitos. No discurso dessa informante, como no de outros, uma *fronteira* que **já foi** é sublinhada, para que as linhas de uma *fronteira* que **ainda é**, sejam suavizadas.

Hoje não, hoje é assim uma coisa diferente. Assim o jovem daqui de baixo é, tem preconceito, com o jovem lá de cima, que é aquele jovem da área de risco, e os lá de cima, já chateado e magoado com os daqui [os de baixo], porque não são aceitos por eles aqui. Aí tem essa rivalidade, mas não é dizer que é uma rivalidade tipo agressão de sangue, não. Não existe isso aqui. Até agora nunca tive conhecimento de existir isso aqui. (entrevista realizada em junho de 2005)

Nas entrelinhas do discurso de D. Isabel pode-se ler uma representação dos de “cima” como excluídos, já que ela percebe movimentos de inclusão destes pelos de “baixo”. Pois, ao mesmo tempo em que afirma que os meninos da “área de risco”<sup>61</sup> ( “não são aceitos” pelos de

---

<sup>61</sup> Categoria utilizada por esta informante para referir-se à *região* de “cima”

“baixo”, aponta um processo, em curso, de conscientização, onde um dos principais agentes promotores seria a União de Moradores, “que tem trabalhado muito pra conscientizar as pessoas, no sentido de não haver preconceito”. Assim, seu discurso sinaliza também para a construção de uma *região Centro Histórico*, onde as *regiões* de “cima” e de “baixo” construiriam, utilizando a categoria da informante, um “bairro”. Nas suas palavras: “hoje com a conscientização, eles [os de baixo] já acolhem mais o povo de lá de cima, inclusive até ajudam nesse sentido de trabalhar uma construção melhor do bairro”.

Quando lhe pergunto se sua mudança para o *território* da *região* de “cima” abalou suas relações com os de “baixo”, D. Isabel reafirma que não:

(...) graças a Deus até hoje gostam de mim, me querem bem, me convidam pra rezar, pra participar, eu é porque não tenho muito tempo de tá aqui na Igreja, as vezes dizem que tenho um dom, o pessoal acredita que eu sou rezadeira, de benzer negocio de mal olhado, de cabeça, de zibra, erisipela. (entrevista realizada em junho de 2005)

Talvez suas relações com a Igreja Católica, um tanto raras entre os de “cima”, e o exercício de sua função social de “rezadeira”, sejam uma das chaves de compreensão da continuidade de sua aceitação entre os de “baixo” depois de sua mudança para a *região* de “cima”. O caso de uma outra informante que mudou a residência de uma *região* para outra, abaixo narrado, fornece outros indícios para a compreensão do caráter dessa *fronteira*.

D. Nadir, tia de D. Isabel, morou muitos anos no lado de “cima”, na Rua da Palma (acima do Convento), 28 de julho e Estrela e mora atualmente na Rua da Palma (*região* do “Desterro”). É, também, um exemplo da *fronteira* como lugar de passagem entre os dois *pedaços de chão*. Quando lhe perguntei se não havia uma diferença entre os que moram na *região* de “cima” e os que moram no na *região* do “Desterro”, respondeu: “Tudo é Desterro, né? Eu acho que tudo seja Desterro”. Ao ser indagada sobre sua acolhida naquele local, afirmou: “Bem acolhida, ninguém é diferente, tenho muitos amigos aqui, que moram lá pra baixo ali tudo me conhecem, me chamam minha vó. É home, é mulher, é tudo”.

Na fala dessa informante aparece novamente a expressão recorrente “Tudo é Desterro”, indicativa da formação de uma outra *região*, cujas dimensões ultrapassam/superam os limites de uma possível *fronteira* entre os de “cima” e os de “baixo”. O fato de ter vivido muitos anos na *região* de “cima” e hoje viver na *região* de “baixo”, sentindo-se bem acolhida do outro lado da *fronteira*, parece-me sugestivo de um espaço de manobra subjacente a essa *di-visão*, que não se

fecha numa mera oposição binária de um *nós* e de um *eles*, mas sim permite a movimentação dos agentes entre essas posições.

A história de vida de D. Nadir me alerta para o risco do reducionismo de se conceber essa *fronteira* numa perspectiva binária. Apesar de afirmar nunca ter sido prostituta, sua trajetória se distancia do modelo de retidão moral valorizado na *região* do “Desterro”. Criada somente pela mãe (seu pai era casado com outra mulher), chegou a casar aos 16 anos, mas foi largada pelo marido, que teria sido obrigado ao casamento por ter “lhe feito mal<sup>62</sup>”. Confessou “ter uma rapariga” de quem gostava e, por isso, argumentou não poder viver com ela. Durante sua juventude alternou períodos em que trabalhava como lavadeira e engomadeira para se manter, com outros onde não precisou trabalhar, já que, conforme argumenta, “tinha namorado pra me dá as coisas, pra quê que eu ia trabalhar minha senhora?” Deu a luz a um único filho, que criou sem o auxílio do genitor, e adotou outros. Era uma conhecida boêmia da área, e costumava amanhecer pelos bares da redondeza tomando cerveja com outras amigas, mesmo quando “já tava ficando pra idade [envelhecendo]”.

Mas, esse histórico distinto do de muitas mocinhas de família que se tornam *rainhas do lar*<sup>63</sup>, não lhe fechou as portas da *região* do “Desterro”, que lhe acolheu como “minha vó”. Outros elementos de sua história de vida indicam pistas de sua boa acolhida: D. Nadir tem parentes dos dois lados da *fronteira*: tem um filho e uma sobrinha morando na *região* de “cima” e uma filha na *região* de “baixo”. Como sua sobrinha Isabel, ela parece pertencer simultaneamente às duas *regiões*. No caso dessas informantes, as *fronteiras* não são grades que separam celas incomunicáveis, mas sim, contextos diversos passíveis de intercâmbios não traumáticos e, possivelmente, até agradáveis, *place de passage* conforme Hall (2003, p.33)

Uma conversa informal com dois amigos me trouxe a possibilidade de contato com um informante que fez o caminho inverso de D. Nadir: saiu da *região* do “Desterro” para a *região* de “cima”. O depoimento de Ribamar, abaixo, aponta a existência de uma *fronteira* e as conseqüências advindas àqueles que a transcendem:

-Eu nasci no [ na *região* do] Desterro, minha mãe até hoje mora lá. Mas há uns vinte anos atrás Seu Duarte, da Rua da Palma, fez um time de futebol e eu vim jogar no time dele. Ah! pra quê. O pessoal do Desterro ficou malzinho comigo, até minha mãe. Mas com minha mãe eu já me

---

<sup>62</sup> Expressão equivalente a desvirginar, ou seja, **fazer bem**.

<sup>63</sup> Tal expressão se refere às mulheres que constroem suas trajetórias de vida dentro do casamento, sendo mães e esposas.

entendi, o resto não me interessa [...] Se eu tivesse poder, se eu pudesse botar um nome nisso aqui eu botava Desterro, porque é muito lindo! É a Igreja! É tudo Desterro!

Nas palavras de Ribamar, que se mudou da *região* do “Desterro” para a *região* de “cima”, aparece novamente um *eles* “-O pessoal do Desterro ficou malzinho comigo, até minha mãe”. Mas, na fala de quem hoje se reconhece como parte de uma outra *região* (a de “cima”), o termo “Desterro” apresenta conotações positivas: “porque é muito lindo! É a igreja. É tudo Desterro”.

No caso desse informante, um estatuto parece ter sido quebrado. Ao menos num primeiro momento, ele passou da condição de *estabelecido* para a de *outsider* (“o pessoal do Desterro ficou malzinho comigo, até minha mãe”). Na análise de sua trajetória o conceito de *fronteira* proposto por Barth (1997, p.196), onde um *nós* e um *eles* são excludentes e mais permanentes, parece mais adequado enquanto ferramenta conceitual.

Interpretando a trajetória de vida desses três informantes, penso que a modificação, ou não, no estatuto de quem transpõe essa *fronteira* não é regida por elementos lineares. Assim, se no caso de Ribamar a opção por viver entre os de “cima” e se perceber como um deles, levou-o a ser visto como *outsider* pelos de “baixo”, D. Isabel e D. Nadir (que fizeram percursos de “baixo” para “cima” e de “cima” para “baixo” respectivamente), se reconhecem e (segundo observações de campo) são reconhecidas como agentes de “cima” e de “baixo” simultaneamente. Ainda que, em alguns momentos de seus discursos, haja indícios de uma maior proximidade com uma das duas *regiões*.

Ao longo desse tópico, mapeando diversos discursos e posicionamentos em relação à questão da existência ou não de uma *fronteira* entre as *regiões* de “cima” e de “baixo”, busquei avançar no movimento de construção do objeto. Numa primeira leitura, a recorrência da expressão “tudo é Desterro”, que vem, muitas vezes, seguida da expressão, provavelmente sinônima, “tudo é Centro Histórico”, me pareceu uma mera tentativa de negação de *fronteira*, mas, posteriormente, remeteu a um outro significado: a construção, em curso, de uma outra *região*, que aqui denomino *região Centro Histórico*, a qual, no entanto, não dilui as *di-visões* entre os de “cima” e os de “baixo”.

## **2.2 ‘Desterro é Desterro, 28 e Rua da Palma é 28 e rua da Palma’: a afirmação da *fronteira***

Em outras falas a *fronteira* entre a *região* de “cima” e a *região* do “Desterro” é afirmada com veemência. Categorias como: “divisão”, “racha”, “duas regiões” são acionadas nos

discursos, como no de Das Dores, atual presidente da APROSMA, em entrevista<sup>64</sup> realizada em julho de 2004.<sup>65</sup> O interesse da entrevistadora na época era suscitar lembranças do tempo da antiga ZBM, quando a *região* do “Desterro” e a *região* de “cima” eram dois *pedaços de chão* institucionalmente separados:

- Eu já andei conversando com outros moradores daqui e eles me falaram que há 20 30 anos atrás, quando a ZBM funcionava, as mulheres [meretrizes] vinham até determinados locais, que não transitavam pelo bairro todo.  
- Olha até hoje isso é visível, assim porque Desterro é Desterro, 28 e rua da Palma é 28 e Rua da Palma, quer dizer, 28 e rua da Palma não é Desterro. É no mapa, mas essa educação ela não funciona, ela só fica no mapa. Porque na verdade a 28 e a rua da Palma ainda tem um estigma que é essa coisa de zona, né? E Desterro é a porra elitizada. Assim, não é, mas como eu acabei de falar[...] Então a gente sabe que tem um racha. (entrevista realizada em julho de 2004, grifos meus)

Aqui o artifício da memória acabou levando a uma exposição da situação presente. A referência da entrevistadora a *territórios* distintos para a ZBM e para a *região* do “Desterro” leva a entrevistada a afirmar a continuidade dessa *di-visão*. Nas palavras da informante “até hoje isso é visível, porque Desterro é Desterro, 28 e rua da Palma é 28 e Rua da Palma, quer dizer, 28 e rua da Palma não é Desterro”. Afirma que, mesmo que no mapa as duas *regiões* formem um “bairro” só, na educação das pessoas, esse mapa é cindindo ao meio: há um “racha” onde são acionadas classificações negativas de ambos os lados. Aponta que, enquanto as ruas 28 e da Palma (a *região* de “cima”) continuam sendo representadas pelos de “baixo” sob o estigma de “zona”, o (a *região* do) “Desterro” é representado pelos de “cima” como a “porra elitizada”.

Das Dores aponta que a diferença entre as duas *regiões* não é de mapa (“zona acabou, é tudo um bairro só”), mas de pensamento, de educação. Assim, coloca que, a educação e o pensamento reproduzidos nas práticas e representações cotidianas dos de “baixo”, atribuem exclusivamente à *região* de “cima”, elementos considerados negativos como o uso de drogas e a prostituição. Afirma que se faz necessário para os da *região* do “Desterro” demarcar *territórios* distintos: o lado do bem e o lado do mal, a *região* pura e a contaminada. De acordo com seu discurso, para os de “baixo” seria necessário afirmar-se enquanto *outros* em relação aos de “cima”:

-Assim...[dizem] Ah! no Desterro os adolescentes não usam drogas, os adolescentes que usam drogas são os adolescentes da Rua da Palma, da 28... Então, quer dizer, por quê?

<sup>64</sup> Esta entrevista foi realizada (e gentilmente cedida) por Marta, aluna do PPGCS/UFMA.

<sup>65</sup> Entrevista realizada como parte das atividades do Projeto Viver o Desterro.

Eu já vivenciei uma pessoa falar que é: -Ah o Desterro não tem rapaz que usa droga, é na Rua da Palma [que tem]! Ah, mas também, eles são de lá!

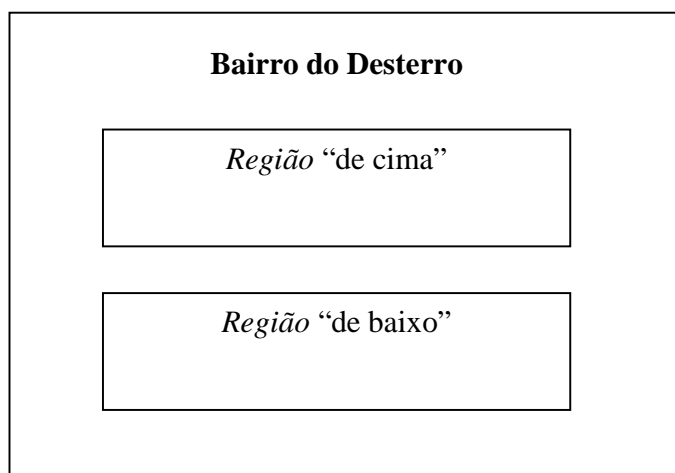
- Mas o Desterro e a Rua da Palma não são a mesma coisa?

- Sim, mas eu te falei, terminei de te falar agorinha: há uma diferença não é de mapa, é de cabeça, é de pensamento, é de educação, entendeu? Há uma diferença. -Eu sou do Desterro e quem é da Rua da Palma é da Rua da Palma. No mapa a Rua da Palma vai até na Igreja, mas na cabeça da gente, ela começa bem aqui, bem lá no portão do Convento das Mercês, né? Então, assim, quando tem um problema de droga, de prostituição, disso mais daquilo na Rua da Palma pra cá, ele não é visto como Desterro não, esse problema, ele é visto como Rua da Palma. Ele ainda é visto como do lado daqui de “cima”, o lado de “baixo” é paz, o lado de “baixo” é bom, é do bem, né? Então, esse filme vai custar muito a acabar, infelizmente, porque eu acho que as pessoas ainda, ainda não estão acostumadas, ainda não estão educadas, né assim com essa integração: já acabou zona, é tudo um bairro só. (entrevista realizada em julho de 2004, grifos meus)

O depoimento de Das Dores aponta uma classificação maniqueísta acionada pelos da *região* de “baixo”: existem dois *pedaços de chão* ou, nas suas palavras, dois “lados”: um do bem (a *região* do “Desterro”) e um do mal (a *região* de “cima”). As drogas e a prostituição são os elementos acionados para *di-vidir* o espaço; a Rua da Palma, que atravessa as duas *regiões*, é cindida ao meio (na altura do portão do Convento das Mercês); metade do bem, metade do mal. Argumenta que o comportamento de adolescentes da *região* de “cima” é justificado pelos da *região* de “baixo” pelo lugar onde vivem: “Ah! Mas também eles são de lá”.

Apesar de fazer referência à formação de uma nova *região*, a *Centro Histórico* (“acabou zona, é tudo um bairro só”) Das Dores aponta também sua fragilidade, lamentando que esse “racha” vai custar muito a acabar, pois para que as duas *regiões* (a de “cima” e a de “baixo”) formem efetivamente uma única *região* (“um bairro” só, o *Centro Histórico*), seria necessário haver uma modificação nos costumes e nos pensamentos das pessoas, que devem ser educadas para aceitar essa integração.

Diagrama 4 – representação do “bairro” do Desterro por moradores - B

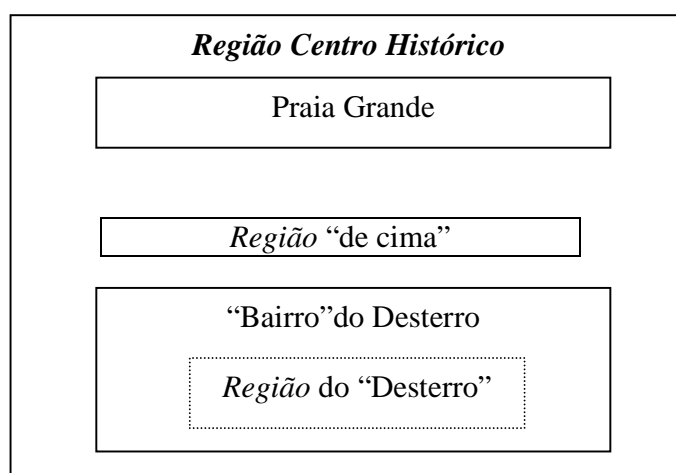


Em muitas outras ocasiões, nos nossos muitos bate-papos corriqueiros, Das Dores comentava com indignação as *fronteiras* que comandam até mesmo os afetos dos moradores dos dois lados: “Os adolescentes desse lado só namoram adolescentes desse lado, e os adolescentes do Desterro só namoram os adolescentes do Desterro. Eu nunca vi um adolescente de lá namorar um adolescente daqui”.

No depoimento de outros informantes, inclusive em outras falas de Das Dores, a distinção entre as duas *regiões* parece trazer em si uma necessidade de separar os limites do “bairro” do Desterro em relação à *região* de “cima”. Em muitos discursos, a *região* de “cima” não é vista como parte do “bairro” do Desterro, mas como parte do *Centro Histórico*. A análise dos discursos dos informantes seguintes me fornece tais indícios.

Brena, moradora da *região* do “Desterro” que trabalha atualmente como agente comunitária na *região* de “cima”, também reconhece uma *di-visão*. Para ela, o (a *região* do) “Desterro” começa na Rede Somar, mas “lá pra cima, eles chamam Centro, Centro Histórico”. Essa classificação coincide com a de outros moradores onde “bairro” do Desterro e *região Centro Histórico* são distintos. Embora o “bairro” do Desterro faça parte do *Centro Histórico*, (já que o mesmo engloba os “bairros” da Praia Grande, Portinho e Desterro) a *região* de “cima” se localizaria no *Centro Histórico* e não no “bairro” do Desterro. Se há a formação de uma *região Centro Histórico*, alguns agentes conseguem separá-la, não só socialmente, mas também fisicamente, da *região* do “Desterro”, ou seja, é como se alguns moradores da *região* de “cima” precisassem afirmá-la como parte do *Centro Histórico* para excluí-la do “bairro” do Desterro.

Diagrama 5 – representação da *região Centro Histórico* por moradores - B.



Faz-se necessário destacar que, embora moradora da *região* do “Desterro”, Brena se expressa em nome de um *eles*, os moradores de “cima”: “lá pra cima, eles chamam Centro, Centro Histórico”. Alguns moradores de “cima” desenham esse mesmo diagrama no seu discurso.

Sebastião e Ribamar, moradores do Portinho<sup>66</sup> e da Rua da Estrela (*região* de “cima”), fizeram afirmações sobre os limites [da *região*] do “Desterro”. Segundo Sebastião, Desterro fica: “Do Convento pra lá, até na Igreja” e o espaço físico onde nos encontrávamos definiu como “Centro Histórico”. O limite do “bairro” da Praia Grande foi indicado de forma imprecisa, no sentido da rua Direita. Com relação à *di-visão* entre os de “cima” e os de “baixo” afirmou: “-Isso é porque esse povo do Desterro é bairrista. Mas essa ‘merda’ é tudo uma ‘porra’ só. É tudo Desterro, tudo Centro Histórico”.

Observei que esses informantes, ao não conseguirem situar com precisão o “bairro” no qual se encontravam (Desterro, Praia Grande) acionavam uma categoria mais ampla e vaga (Centro Histórico), para efetuar tal definição. A *di-visão* é aqui traduzida com palavras de indignação (“Essa merda é tudo uma porra só”) e explicada a partir de uma atitude coletiva de um *outro*, os do “Desterro”: “É porque esse povo do Desterro é bairrista”.

Das Dores, presidente da APROSMA (situada na *região* de “cima”) utiliza nos ofícios ali expedidos o seguinte endereço: Rua Jacinto Maia, *Centro Histórico*. Tais elementos me parecem se constituir em indícios de que para alguns moradores de “cima” faz-se necessário afirmar-se como morador do *Centro Histórico* para negar seu pertencimento à *região* do “Desterro”.

Os sentidos do termo *Centro Histórico* deslizam nas falas dos agentes. Assim, se muitas vezes essa categoria conota uma continuidade (como nas expressões “tudo é Desterro, tudo é Centro Histórico”) apontando para a construção da *região Centro Histórico*, em outras ele estabelece uma cisão, quando “lá pra cima, eles chamam Centro, Centro Histórico”.

Outros depoimentos de Brena são ilustrativos do reconhecimento da *di-visão* por parte de moradores de “baixo”. Quando perguntamos a essa informante se os pais da *região* de “baixo” proibiam seus filhos de brincarem com crianças de “cima”, ela respondeu: “- Eu acho que a maioria do pessoal não deixa não. Aqui mesmo [em casa] eles não gostam das pequena irem pra

---

<sup>66</sup> O Portinho é considerado por muitos informantes como um bairro distinto do Desterro. Dentre os conceitos de *região* aqui trabalhados, o Portinho faria parte apenas da *região Centro Histórico*, mas seus moradores não se incluem necessariamente nem entre os de “cima”, nem entre os de “baixo”. No caso do informante acima citado (Sebastião) considero-o como um de “cima”, pois, apesar de morar no Portinho, tem uma relação de identificação com os moradores e com a *região* de “cima”. Sebastião é um dos mais assíduos jogadores de dominó dessa *região*.



lá, porque os pequeno ficam discutindo. Elas duas já não são também santa, né? Aí começam a brigar com os meninos lá em cima. Aí [danou-se]”. Reconhecendo a reprodução dessa *fronteira* dentro de sua própria família, Brena a justifica pelo comportamento dos meninos da *região* de “cima” (os pequenos ficam discutindo), mas, ao mesmo tempo, relativiza a diferença entre as crianças e adolescentes dos dois lados da *fronteira*, quando, referindo-se às “pequenas” de sua casa, verbaliza essa representação: “Elas duas já não são também santa, né?” Contudo, mesmo as “pequenas” não sendo “santas”, a atitude mais sensata para essa informante é tentar impedir seu convívio com os “pequenos lá de cima”.

Quando lhe perguntamos se ela tinha amigos na *região* de “cima”, citou uma moça e passou muito tempo tentando lembrar de um outro nome, sem conseguir. Vivendo desde o nascimento no “Desterro”, construiu suas amizades dentro dessa *região*. Ao perguntarmos se ela já havia namorado algum rapaz de “cima”, de súbito respondeu: “Eu nunca nem quis. Pelo amor de Deus!” E completou, justificando a resposta negativa: “Aqueles menino dali são tudo doido, são tudo de gangue!”.

Refletindo sobre as relações entre crianças e adolescentes desses dois *pedaços de chão*, Clóvis, morador de “baixo” com livre trânsito entre os de “cima” assim se expressa: “- Os meninos de cima descem muito pra lá pra praça do Desterro, ficam até onze, doze horas. Vem uns lá de cima, da zona mesmo, uns daqui de baixo, eles tudo se conhecem. Não são de sair junto assim, mas jogam bola junto”

Preferências distintas marcariam o comportamento desses meninos que, embora se juntem para jogar bola, se separam para sair. Na hora de sair, segundo Clóvis, “e outra história”:

E também tem a preferência de sair. Os meninos lá de cima gostam muito de sair ali pro Sá Viana, tem uma tropa daqui que só sai pro Sá Viana. As namorada deles são tudo do Sá Viana. Esses daqui [de baixo] sai mais pro lado da Praia Grande. Esses pequeno daqui não são muito assim de sair pra longe. Já os lá de cima já são mais... (entrevista realizada em maio de 2005).

É interessante destacar que tal discurso apresenta algumas semelhanças com os de Manoel e Aroldo, analisados no tópico anterior. São os meninos de “cima” que descem para o *território* da *região* de “baixo”, e não o contrário. Ainda que jogando bola juntos, persistem *di-visões* entre eles. Se Clóvis não se refere a times separados para os de “cima” e os de “baixo”, como fizera

Aroldo, menciona limites nas relações entre eles, que se juntam para jogar bola, mas não se misturam na hora de sair.

Os lugares de preferência desses dois grupos me parecem emblemáticos: enquanto a Praia Grande (preferida pelos meninos de “baixo”) é um reduto de todas as tribos, sendo freqüentada por turistas, universitários, grupos alternativos até os chamados “boyzinhos” da cidade, o Sá Viana, freqüentado pelos meninos de “cima”, não goza do mesmo ibope. Salvo um pequeno trecho desse bairro, que se configura como gueto de estudantes e professores universitários (o qual não corresponde aos mesmos pontos de saída dos meninos de “cima”), o Sá Viana não tem tanto prestígio como lugar de lazer em São Luís.

Quando pergunto a esse informante o que ele faria se sua filha resolvesse namorar um rapaz de “cima”, ele respondeu, reproduzindo essa *di-visão*: “Eu ia falar, ia perguntar onde é que ela tava querendo meter os burros dela”.

Clóvis também chamou a atenção para a presença de *di-visões* no próprio nome da União de Moradores: União de Moradores do Centro Histórico- Desterro, Portinho e Praia Grande. Nas suas palavras a própria entidade que se propõe representar os interesses dos moradores do *Centro Histórico* como um todo, grifa as *di-visões* a ele inerentes, ao especificar os três bairros que o compõem.

Seu Leandro, proprietário de um bar situado na Travessa da Lapa<sup>67</sup>, diz não haver limites precisos entre os três “bairros” do *Centro Histórico*, mas, num segundo momento, afirma o reconhecimento de uma *di-visão*: “É tudo misturado: Desterro, Praia Grande e Portinho. Querendo ou não isso tudo é uma coisa só”. (grifos meus)

Morador relativamente recente (vive ali há cerca de dez anos), Seu Leandro sugeria, pelo tom de voz empregado durante a conversa, ter conhecimento das tensões que perpassam a área. Seu discurso parece condensar o movimento de construção e desconstrução de *regiões* no *Centro Histórico*. A expressão “querendo ou não” é sugestiva da existência de *di-visões*, enquanto o restante da frase “isso tudo é uma coisa só”, indica o reconhecimento de uma outra *região*, a *Centro Histórico*.

Nesses diversos discursos de agentes das *regiões* de “baixo” e de “cima” analisados nesse tópico, a *fronteira* entre as duas *regiões* é reconhecida explicitamente. Normalmente nesses

---

<sup>67</sup> O bar de seu Leandro se situa num trecho da Travessa da Lapa entre a Rua da Palma e a Rua Afonso Pena, local considerado por alguns informantes como “bairro” do Desterro e, por outros, como Portinho.

discursos não se coloca a expressão “tudo é Desterro”. São feitas referências à *região* de “cima” como parte de uma *região* mais ampla: a *região Centro Histórico*, dentro da qual, porém, é apontada a continuidade de uma *fronteira*, a qual se faz visível, por vezes, nas restrições do trânsito de alguns moradores de “baixo” pelo *território* da região de “cima”. As práticas e discursos de adultos, adolescentes e crianças dessas *regiões* reproduzem e atualizam uma *di-visão* que, se não é negada em relação ao **tempo da ZBM**, é representada como mais tênue. A expressão recorrente nesses discursos não é a *di-visão* “acabou”, mas sim “ela foi muito pior”.

Percebo que entre os que negam ou afirmam explicitamente uma *fronteira* entre os de “cima” e os de “baixo”, há uma tendência comum em afirmar uma *fronteira* que **já houve**, e certa resistência em reconhecer, de imediato, sua vigência. Só pude vislumbrar esse reconhecimento, sutil ou claramente, em seus discursos, quando essa questão, naturalizada em suas práticas e representações, era **cutucada** por minhas provocações.

As *regiões* de “cima” e de “baixo” persistiriam como uma *di-visão* intra-*região Centro Histórico*. As afirmações dos informantes analisadas poderiam ser sintetizadas na expressão: “zona acabou, é tudo um bairro só” (*região Centro Histórico*), mas “Desterro é Desterro, 28 e Rua da Palma é 28 e rua da Palma”.

### 2.3 Rua da Palma: uma *fronteira* entre os de “cima”?

O prosseguimento das interpretações de campo me levou a perceber uma possível *divisão* operada intra-*região* de “cima”. As práticas e representações de homens e mulheres que se reconhecem como pertencentes a tal *região* sugerem a produção de uma outra *fronteira*, que estabeleceria uma outra *região* em meio a esta: a *interdita*. Nesta, a *fronteira social*, apresenta, por vezes, claramente uma contrapartida territorial: trechos da Rua da Palma e da rua da Saúde (vide Mapa V em Anexo), apontado por moradores da *região* de “cima” como local de tráfico de drogas, de crime, violência, amoralidade e de resquícios de uma prostituição decadente<sup>68</sup>.

Entre os da *região* de “cima” é comum o acionamento de categorias depreciativas para referir-se aos da *região interdita*, tais como: “ladrão, nigrinha, safado, sem vergonha, vagabundo, malandro, gente que não presta, pessoal que não respeita ninguém, marginal, maconheiro,

---

<sup>68</sup> O termo decadente é aqui utilizado no intuito de sublinhar uma diferença atribuída pelos membros da *região* de “cima”, entre a prostituição atualmente exercida na *região interdita* (representada, normalmente de forma pejorativa) e a prostituição outrora praticada na ZBM (a qual tende a ser valorizada nas representações).

chilado, puxador de diamba, bêbado, cachaceiro, desocupado, traficante, indecente, depravado, desordeiro, violento”.

É sobre a rua da Palma<sup>69</sup>, principalmente, que recaem tais representações. Um morador da rua 28 de julho comentou numa ocasião: “-Aqui é muito tranqüilo apesar de haverem poucos moradores, o que torna a área um pouco deserta. Só falta acabar com essa malandragem da Rua da Palma”. Outra moradora da 28 de julho respondeu com indignação quando indaguei se, na rua da Palma, a maioria dos moradores era mais recente: “- È, e mais sem vergonha. Eu fico muito puta! E o que dá mais ódio é ver essas crianças, esses menores no meio disso [tráfico de drogas] Tem hora que me dá vontade de... [denunciar]”

O tráfico é um dos elementos mais recorrentes nos discursos que sugerem tensões intra-*região* de “cima”, mas parece não ser o único. Muitos se ressentem da inevitável convivência com este e da necessidade de manter-se num silêncio forçado, como numa política de boa vizinhança. Ali, como nos colocou um informante, a lei que impera é a do silêncio. E essa lei muitas vezes dificultou o trabalho de campo nessa área. Esse mesmo informante me advertiu: “- Não vai falar com eles [os da *região interdita*] que os ‘cabeças de bagre’ [os chefões do tráfico] mandam te apagar. Eles não vão querer saber se tu tá fazendo pesquisa. Eles pensam logo que é cagueta e apagam”.

Segui observando com cautela esse trecho, aproveitando ao máximo as oportunidades de aproximação com seus moradores/freqüentadores. Precisei aprender a vigiar minhas representações sobre esse universo social que eu mesma estigmatizava. No início da inserção, observava o campo com medo. A impressão que tinha era que todos pareciam vigiar meus olhos e meus passos. Quando essa *região* começou a se afigurar como *familiar*, só lamentei, pela necessidade de fazer escolhas (exigência inerente aos trabalhos acadêmicos) não ter mais tempo para aprofundar o contato com esses informantes. Muitos informantes da *região* de “cima” também receavam, principalmente no início de minhas pesquisas, falar sobre a *região interdita*. As reflexões que aqui apresento são o resultado possível do raso contato que tive com os moradores dessa *região*. Intento, porém, aproveitar ao máximo as possibilidades de interpretação dele decorrente.

---

<sup>69</sup> Nesse capítulo, quando me refiro à Rua da Palma remeto ao trecho desta incluso na *região interdita*.

A participação na oficina de fotografia do projeto Viver o Desterro<sup>70</sup> me permitiu a aproximação com uma aluna moradora da rua da Palma: Alice, de 11 anos de idade. Durante a oficina costumava entrevistar os alunos, na tentativa de mapear as possibilidades de socialização entre crianças de *regiões* diferentes. Quando perguntei à Alice onde moravam seus amigos, ela respondeu: “-Eu não tenho amigos tia”. À resposta inesperada seguiram-se outros episódios intrigantes no decorrer das aulas.

A oficina ocorria duas vezes por semana, com duração de três horas a cada dia. Na terceira semana, depois do sexto dia de oficina, Alice só sabia o nome de duas das cinco meninas que faziam parte do seu grupo<sup>71</sup>, as quais moram na *região* de “cima”. As outras três, de quem Alice não havia aprendido sequer o nome, eram moradoras da *região* do “Desterro”<sup>72</sup>.

Num dos últimos dias da oficina, já transcorridos quase três meses de contato entre as crianças, “todo mundo já era amigo”<sup>73</sup>, dizia Alice. Mas, os limites dessa amizade podem ser inferidos na interpretação do episódio no qual, por ter tido um problema de saúde, precisou do auxílio de meninas do seu grupo. Somente duas delas, moradoras da *região* de “cima”, dispuseram-se a acompanhá-la, mas não ultrapassaram a *fronteira* da *região interdita*<sup>74</sup>. Suas outras colegas de grupo, moradores de “baixo”, sequer dispuseram-se a adentrar no *território* da região de “cima”.

Tal episódio se constitui num indício que condensa a um só tempo a vigência de duas *fronteiras*: a que *di-vide* as *regiões* de “cima” e de “baixo” (já que as meninas de “baixo” sequer se dispuseram a acompanhar Alice) e a que *di-vide* as *regiões* de “cima” e *interdita* (já que as meninas de “cima” não ultrapassaram a *fronteira* da *interdita*).

A reprodução da *di-visão* e os limites de sua desconstrução, inferidos na interdição de *territórios*, apesar da construção de laços de amizade e solidariedade entre crianças de *regiões*

---

<sup>70</sup> Vide nota 29

<sup>71</sup> As atividades da oficina costumavam ser realizadas em grupos, os quais eram formados, na medida do possível, pelos próprios alunos, sendo que as monitoras poderiam interferir para incluir um ou outro aluno num grupo.

<sup>72</sup> Tais práticas também são sugestivas da *di-visão* entre os de “cima” e de “baixo”.

<sup>73</sup> Foi perceptível uma certa aproximação entre os alunos ao longo da oficina; todos eles já se conheciam pelo nome e até já riam amistosamente uns dos outros, embora algumas barreiras ainda fossem mantidas como o exemplo a seguir exposto sugere.

<sup>74</sup> Alguns moradores da *região* de “cima” evitam passar pelo *território* da *região interdita*. Quando iniciei o trabalho de campo os informantes da *região* de “cima” também me **ensinaram** a não transitar por ali. Em várias ocasiões, quando observava o jogo de dominó na esquina da rua 28 de julho com a rua da Saúde, diziam para não passar pela *região interdita*, mesmo sendo o caminho mais curto.

diferentes, sugere que, por vezes, os *nós* e os *eles* instituídos se fazem mais rígidos, tendo uma margem de elasticidade reduzida.

Alice é uma dentre os seis filhos de um senhor, seu Duarte, que aluga quartos na Rua da Palma<sup>75</sup>. O comportamento de Alice e de seus pais indica, por vezes, certo desconforto com a vizinhança. Entre seus inquilinos encontram-se desde moradores antigos (como mulheres, já alquebradas pelos anos, que ali trabalharam nos tempos áureos da ZBM) como pessoas que estão de passagem pela cidade de São Luís ou vivem “pingando” de endereço em endereço pelo centro (como hippies, artistas de rua, ambulantes, enfim, gente que vai “se virando” para ganhar a cada dia o sustento do dia).

Os pais de Alice parecem temer o contato da filha não só com os demais moradores da rua como com os próprios inquilinos da casa. É o que sugere o depoimento de Ângela<sup>76</sup>, que recorda o fato de que seu Duarte e a esposa não gostavam que seus filhos ficassem circulando pela casa, “eles ficavam só mesmo lá pros fundos [parte reservada para a residência da família do casal]”. Aponta que os maiores cuidados se voltavam para a menina, que sempre chamava a mãe para atender aos inquilinos que solicitassem alguma coisa (como água para beber, por exemplo), enquanto seu irmão<sup>77</sup>, tinha um trânsito mais livre pela casa (era ele quem normalmente ficava responsável pelos quartos, cobrando e recebendo diárias na ausência do pai).

Ângela não guarda recordações muito boas das noites que dormia, ou segundo ela, “deitava” no Seu Duarte, quando dizia vivenciar os perigos da *região*.

-Heitor [seu namorado/companheiro] foi morar num quarto de janela que dava justamente pra rua. Gente, eu falo dormir, mas eu ia deitar lá na verdade, né, porque a gente não dormia. Esse povo amanhecia lá vendendo, que lá é boca de fumo, eles vendem merla e vendem maconha. Às vezes eu ficava assim olhando pelas frestas só os carros parando e eles dando [vendendo]. O que eu sei é que a [maconha] de lá é péssima, só aquele pozinho, horrível, não vale nada. E aí, gente era uma zoada e tinha uma bicha lá que passava a noite inteira falando, ele falava pros homens de lá que ficavam atentando ele: “-Ah seu safado, tu ta me vendo aqui, eu já morei foi no Rio de Janeiro, viu seu nojento. Eu te caio é de tapa na tua cara, tu me respeita”. (entrevista realizada em janeiro de 2005)

<sup>75</sup> O aluguel dos quartos é negociado para ser pago por mês (noventa reais), por quinzena (quarenta e cinco reais) ou por dia (três reais)

<sup>76</sup> Ângela é colega de curso de graduação e professora de Ensino Médio. Há dois anos trilhou por quartos e pensões do centro de São Luís, seguindo os passos do namorado Heitor, que desde que chegou à cidade vem “se virando” cantando e tocando violão pelas praças e bares e fazendo “bicos” como digitador. As conversas com Ângela eram normalmente mais ricas do que com outros informantes da *região interdita*, talvez, por conta da relação de proximidade e confiança que tem comigo e por não ser ‘conhecida’ ali, já que é uma dentre os muitos que “dormem” durante um espaço muito curto de tempo por ali. Segundo a classificação elaborada pelos da *região* de “cima”, ela fez parte da *região interdita*. É, como os membros dessa *região*, “gente de fora, que vive, mas não mora ali”.

<sup>77</sup> Segundo Ângela, o rapaz aparentava ter cerca de 16 anos.

Ângela não esconde o estranhamento que a rua da Palma lhe causou. Faria parte da rotina do casal acordar de madrugada com o barulho de tiros. Nessas ocasiões, Ângela, assustada, acordava o companheiro: “-Heitor, Heitor, tu ouviu?” Ele, mais acostumado às intempéries do local, não interrompia de todo o sono: “-Ahn! Ouvi, relaxa”.

Na ocasião em que faleceu um menino morador da rua da Palma, aproveitei para ir ao velório fazer trabalho de campo. Nos quase vinte minutos que lá passei, conversando com quem estava dentro da casa onde o corpo era velado, e ouvindo a conversa de quem estava na porta, tive a impressão de que a *região interdita* era um outro mundo social dentro da *região* de “cima”. O bate-papo dos que faziam sentinela, nem de longe lembravam as conversas fiadas jogadas fora no dominó da 28 de julho. Essas conversas paralelas ilustram o clima do local, onde uso e tráfico de drogas, assassinatos, roubos e o “levar vantagem” são naturalizados nas práticas e representações cotidianas de quem ali vive:

- Fulano agora deu pra fumar e dizer que tem um preto debaixo da cama que quer matar ele. Ele dorme segurando uma faca bem na altura da barriga apontada pra cima. Ele só pode é ta querendo me matar, mas antes dele me matar eu mato ele.

-Que nada fulana, é porque ele fuma e fica vacilando.

-Vacilando? Deixa ele vacilar pra ver se eu não mato ele primeiro. Só tomo a faca dele e dou três facada: uma no braço, outra na barriga e outra [inaudível]

-Sicrano não era casado contigo, aquele traficante?

-Traficante não, ele era ladrão, arrombador. Rapaz ele já arrombou mais de duzentas casas! Ali sabia roubar

-Rapaz uma vez Célia quase apronta uma comigo. Eu trabalhava numa loja lá na Rua de Santana, e ela chegou lá pra roubar. Ela ia roubar quatro saias e duas blusas. Ainda bem que eu vi, senão a gente que ia ter que pagar o prejuízo.

Muitos informantes<sup>78</sup> representam a *região interdita* como um “mundo de cada um por si”, onde cada um quer levar vantagem e “quem vacilar dança”. É como coloca Mairton<sup>79</sup>, morador há quatro anos na *região Centro Histórico*: “Aqui é muito tranquilo, não tem perigo não. A pessoa não pode é vacilar, ficar andando duas horas da madrugada desacompanhada com dinheiro e celular na bolsa”.

Um episódio corriqueiro ocorrido com Heitor, que morou durante alguns meses na *região interdita*, também sugere que ali não dá pra “marcar bobeira”, já que tem sempre algum “esperto” procurando “levar vantagem.” Heitor, numa ocasião, esqueceu uma porta cédulas numa padaria

<sup>78</sup> Tanto da *região* de “cima” como da *região interdita*.

<sup>79</sup> Este informante já morou na rua Afonso Pena, na Jacinto Maia e agora vive/dorme nas ruínas de um prédio da rua da Palma

da rua da Palma, na qual não havia dinheiro, só um “beck” (cigarro de maconha). Dando por sua falta instantes depois, retornou imediatamente para resgatá-la. Quando Heitor chegou na padaria e perguntou pela carteira, o senhor que lhe atendera entregou-a de imediato, mas sem o “beck”... Quando abriu a carteira a reação de Heitor foi a de quem percebe que “vacilou”. Ele só pensou consigo: “Porra, o velho roubou meu beck”.

Na fala de diversos moradores da *região* de “cima”, a referência àqueles que lidam com o tráfico, os da *região interdita*, é feita como se tais indivíduos não fizessem parte daquele espaço; é como intrusos (*outsiders*), e não como moradores(*estabelecidos*) que são representados. São designados através de expressões do tipo: “essa gentinha que chegou”; “viciados de fora que vieram empestar o nome do lugar”, “eles não moram aqui, eles vivem por aí”, “eles se alojaram aqui”, “pessoal de fora”.

A distinção entre “invasores” (*outsiders*) e “moradores” (*estabelecidos*) de prédios abandonados por proprietários sugere a definição de um *nós* e de um *eles*. Os da *região* de “cima” normalmente se definem como “moradores” (usando como critérios de classificação o tempo de moradia e a retidão moral) e classificam os da *região interdita*<sup>80</sup> como “invasores” (por viverem ou passarem pouco tempo nesta *região* por seu envolvimento com o tráfico)

A venda e o uso de drogas são normalmente apontados como elementos desagregadores de um tempo pacífico e feliz. Relembrando a ZBM, D. Nadir, que morou muitos anos na *região* de “cima”, constrói a seguinte representação, comparando a rua da Palma de outrora com a atual:

Elas [as prostitutas da ZBM] não desciam embaixo. Agora isso aí só tem nigrinha, só nigrinha ladrona, é só o que tem aí Esses cheira cu, cheiradores de cola, esses que mora, que vive aí, tudo são safado, tudo são ladrão! Mas nesse tempo [tempo de funcionamento da ZBM] elas não vinham nem na porta da rua. Todo tempo lá em cima, usavam luva no salão, aquele chapeuzão bonito de antigamente e meia, aquela coisa mais linda do mundo! (entrevista realizada em outubro de 2004)

O discurso de D. Nadir aponta mudanças bruscas nos últimos anos, depois que a presença de traficantes e usuários teria mudado a fisionomia da Rua da Palma, espaço onde, “antigamente”, podia beber sossegada até de manhã com suas amigas, também já “de idade”, que “ninguém mexia, ninguém tomava gosto”. Hoje em dia, afirma não ser possível andar com

---

<sup>80</sup> O raso contato que tive com os moradores da *região interdita* não me possibilitou mapear os critérios de classificação utilizados por eles para se auto definir e para definir os de “cima” e os de “baixo”. Os limites desse trabalho só me permitiram mapear ligeiramente os critérios de classificação que lhes são atribuídos por esses outros agentes.



tranquilidade por esta rua. Ela diz ter sido vítima de um “ataque”, sofrido à luz do dia, quando por ali passou e um rapaz, “doido de chila”<sup>81</sup>, tentou lhe agarrar e lhe agrediu verbalmente dizendo: “-Sua puta velha não quer fazer isso assim assim comigo?”

Procurou esconder o ocorrido de seu filho de criação, que também mora na rua da Palma, por entender que este “não ia conversar, ia logo bater” no dito agressor, e normalmente nas brigas que ocorrem naquela área “não se sabe quem vai morrer dos dois”, como também afirma uma outra informante. D. Nadir teria contado a um neto, provavelmente mais calmo, já que esperou até o dia seguinte, quando o indivíduo não estaria mais “chilado”, para dar-lhe uma “prensa”. Nessa conversa de homem para homem, o tom teria sido firme e direto: “Se tu não quiser ser um homem perdido comigo, não mexe com minha vó”.

A continuidade de seu discurso sugere formas cotidianas de reajustes das tensões. No dia seguinte, o dito agressor foi até a residência de D. Nadir (localizada na *região* do “Desterro”) para pedir-lhe desculpas e justificar sua atitude: “ –Ô minha senhora, a senhora me desculpe, é porque tava doido de diamba”.

O discurso de Seu Leandro, morador relativamente recente da *região Centro Histórico*, a respeito do tráfico de drogas e da existência de “marginais” ali, não é impregnado pelo ressentimento e pela revolta que, normalmente, perpassam a fala de moradores mais antigos. Muitos destes representam com nostalgia o palco da antiga ZBM nos seus tempos áureos, quando, segundo alguns, “não havia essa malandragem, essa traficância, essa depravação”.

Este informante, proprietário de um bar na Travessa da Lapa<sup>82</sup>, também se refere à presença de “gente que não presta”, mas não especifica uma *região* para sua ‘incidência’:

Aqui tem ladrão, gente que mexe com droga, aqui tem por todo lado, mas eu sei lidar com eles. Às vezes chega de três, quatro deles aqui, tudo ladrão, tudo marginal, mas eu conheço eles tudinho. Eles chegam aqui me pedindo bebida, cigarro; aí eu dou dois, três reais pra eles comprarem uma garrafa de cachaça adiante, mas aviso logo que aqui não dá pra eles beberem.

---

<sup>81</sup> Um dos termos utilizados no Estado do Maranhão como sinônimo de maconha, além dele é comum o uso das expressões chileiro, diamba e diambeiro.

<sup>82</sup> O fato de haver tráfico de drogas nas proximidades de seu estabelecimento lhe traz outros transtornos; alguns fregueses depois de tomar uns tragos (a especialidade do bar são as cachaças produzidas pelo proprietário) fazem a tradicional pergunta: “O senhor tem alguma coisa aí?” Ao que ele responde sem rodeios: “Meu amigo, eu trabalho com bebidas, se você tá procurando outra coisa [maconha, merla, pó] não vai encontrar aqui”.

Faz-se necessário pensar uma questão com certo vagar: quantos *nós* e quantos *eles* são construídos/desconstruídos cotidianamente pelos diversos atores sociais que *di-videm* o espaço físico correspondente à *região* de “cima”? A observação do dia-a-dia entre os de “cima” e os da *região interdita* sugere laços de solidariedade quando as tensões parecem ser sublimadas pela necessidade (desejo?) de se ajudar o *outro* (*mesmo?*). A interpretação dos episódios narrados a seguir me auxilia nessa problematização.

No início de dezembro de 2004, a APROSMA realizou um bingo<sup>83</sup>, por volta de seis horas da tarde de um sábado, horário em que as pessoas que têm emprego fixo normalmente estão de folga. Apesar disso, não havia nenhum morador da *região* do “Desterro” presente. Já os da *região* de “cima” e os da *região interdita* compareceram em peso: moradores da Jacinto Maia, Rua da Saúde, Rua Direita, 28 de julho, Rua da Palma se dirigiram ao local.

As pedras do bingo eram normalmente chamadas fazendo-se referência ao jogo do bicho, mas a grande maioria dos presentes não precisava, como eu, esperar a **tradução do bicho em número** para marcar a cartela. Aquela parecia ser uma linguagem conhecida por todos eles. Mas a distribuição dos moradores no espaço físico sugeria a existência de dois grupos. Os da Rua da Palma se sentaram à esquerda da APROSMA e eram os mais exaltados durante o bingo, riam alto e faziam piadas que pareciam não agradar muito aos demais presentes. Os da 28 de julho se sentaram à direita da sede da associação e do outro lado da rua estavam os da Jacinto Maia e um ou outro visitante/intruso como eu. Terminado o bingo, cada grupo se levantou e se dirigiu para sua *região*. A cena me fez recordar a fala de um informante: “Aqui [na *região* de cima] todo mundo fala com todo mundo, mas a gente se une, mas não se mistura”.

Em outros momentos de dificuldade, laços de solidariedade se constroem sem que isso implique na eliminação das *fronteiras*: essa possível *di-visão* parece ser posta em suspenso, Como ocorreu no final de 2004, quando uma criança, residente na *região interdita*, faleceu. O caixão foi providenciado pelo diretor do Convento das Mercês e um ônibus para o enterro pela União de Moradores. Eu estava na sede da APROSMA quando um morador da Rua da Palma (*região interdita*) foi falar a presidente desta associação (da *região* de “cima”), dizendo ser

---

<sup>83</sup> O prêmio do bingo foram duas grades de cerveja e dois galletos, seu objetivo era arrecadar dinheiro para pagar duas contas de telefone da associação que estavam pendentes.

preciso comprar formol, o qual custava sessenta reais. Ela respondeu “na bucha” já se levantando para fazer um telefonema: “- Hum hum! Eu arranjo trinta e vocês arranjam os outros trinta”.

A investigação dos critérios de classificação utilizados por esses atores sociais nas suas relações cotidianas fornece alguns indícios para a análise dessa dinâmica.

.

### 3 MOVIMENTOS DE *FRONTEIRAS*

A construção das *fronteiras* se dá numa relação que expressa os interesses e poderes de diferentes agentes. Nesse sentido, elas se constroem e desconstroem em função das relações que se estabelecem no jogo de interesses políticos, sociais e econômicos.

No campo empírico em questão, diversos critérios entram em cena, numa dinâmica, onde *estabelecidos* e *outsiders* vão se definindo e redefinindo, numa disputa pelo poder de afirmar “ser *Centro Histórico*”, “ser patrimônio da humanidade”.

Após a obtenção do título de patrimônio da humanidade pela cidade de São Luís, em dezembro de 1997, e, principalmente, nesses últimos dois anos, o “bairro” do Desterro vem sendo palco do investimento de instituições públicas e privadas. Sendo pouco beneficiado pelas obras executadas durante o Projeto Reviver<sup>84</sup>, que priorizou ações sobre o “bairro” da Praia Grande, a promessa e/ou a efetivação de ações no “bairro” do Desterro<sup>85</sup> tem modificado o cotidiano dos moradores.

As relações entre os moradores das *regiões* abordadas têm sido alteradas com a realização desses investimentos: cursos de capacitação promovidos pelo SEBRAE e SENAC, estabelecimento de parcerias com o Banco do Brasil e o SEBRAE - que tem viabilizado a formação de Cooperativas - intervenções em prédios ocupados como lugar de moradia - efetuados sob a gestão do IPHAN e do Núcleo Gestor do Centro Histórico - financiamento de projetos de educação patrimonial, aumento significativo de pesquisas acadêmicas, e anúncio de programas de moradia popular para moradores da *região Centro Histórico*.

Mapeando critérios de classificação acionados pelos moradores das *regiões* de “cima”, de “baixo”, *interdita* e *Centro Histórico* construo minha interpretação dos movimentos de identificação em curso que aproximam e *di-videm* agentes que ora se identificam como mesmos (*região Centro histórico*) ora como outros (*região* de “cima” versus *região* de “baixo” e *região* de “cima” versus *região interdita*)

A análise dos movimentos de construção e desconstrução de *fronteiras* entre os moradores dessas *regiões* só se faz viável no estudo das relações entre eles travadas em torno de critérios de classificação. Nesse sentido, apesar de um esforço didático de apresentar separadamente ao leitor

---

<sup>84</sup> Vide nota 2.

<sup>85</sup> Alguns órgãos, como o Núcleo Gestor da Prefeitura de São Luís, SEBRAE, denominam Desterro a um *espaço* que abrangeria as *regiões interdita*, de “cima”, de “baixo” e ao “bairro” do Portinho.

as classificações desses agentes, nem sempre se fez possível fazê-lo. Assim quando apresento os critérios de classificação dos de “cima”, de “baixo”, da *interdita* e do *Centro Histórico* preciso referir-me às disputas em torno deles travadas com moradores das *regiões* abordadas.

### 3.1 Quando os de “cima” são “figura principal”.

Morar há muitos anos na mesma *região*, construir laços de amizade entre si, “ser artista”, “ser morador do *Centro Histórico*”, “ser patrimônio da humanidade” e “ser figura principal” são alguns dos critérios positivos pelos quais os moradores da *região* de “cima” se auto definem. Critérios negativos também permeiam sua auto-definição: “ser desempregado”, “ser sem casa”, “ser sem educação”, “ser vulnerável à marginalidade” e “ser esquecido pelo poder público”.

#### 3.1.1 Antigos e amigos

“Isso aqui é uma amizade de **muitos anos**”, assim Fátima, moradora há 25 anos na *região* de “cima”, conceitua a relação entre os vizinhos do *espaço* onde funcionou a ZBM. Ex-prostituta, hoje casada e mãe de dois filhos, ao longo desses anos mudou várias vezes de endereço dentro de um *espaço* físico muito pequeno, a *região* de “cima”. Muitos outros moradores de “cima”, que ali vivem há trinta, quarenta anos, também habitaram, como Fátima, em muitos prédios e casarões daquele *pedaço de chão*. Sem possuir casa própria e convivendo com as intempéries de quem “mora de favor”, “vive debaixo da casa dos outros”, “invade prédios” ou paga aluguel, eles vivem numa contínua transumância de casa em casa e de prédio em prédio, movimentando-se dentro de um *espaço* formado por meia dúzia de ruas.

O *ser amigo* traz em si um outro critério de classificação. Entre os de “cima” é comum a valorização do ser “morador antigo”, critério este muitas vezes utilizado como distintivo em relação aos que não são, por muitos destes, considerados nem amigos, nem antigos e sequer moradores: os da *região interdita*, representados como “gente de fora”, “estranhos”, conforme exposto no capítulo anterior.

### 3.1.2 “A gente samos os artistas do Reviver, nós somos patrimônio também”.

“Ser artista” é um elemento de auto-definição dos moradores da *região* de “cima” acionado a partir de um critério mais amplo: “ser patrimônio”. O envolvimento com manifestações artísticas e culturais é, normalmente, utilizado por esses moradores fazendo-se referência ao “ser patrimônio”. Tais critérios – “ser artista” e “ser patrimônio”- não se restringem à auto-definição dos de “cima”. Moradores das *regiões* de “baixo”, *interdita* e *Centro Histórico* também os acionam nas suas práticas e representações. Em torno de tal critério, os moradores dessas *regiões* ora comungam de interesses comuns, ora disputam o poder de afirmá-lo, quando ser *Centro Histórico* é uma estratégia de afirmar o valor histórico de uma *região* e a legitimidade no beneficiamento com os investimentos aí realizados.

Teatro, dança e música fazem parte do cotidiano de moradores de “cima”. “Aqui todo mundo é artista” diz D. Joana<sup>86</sup> que se orgulha de sair na dança do balaio. D. Isabel, que mora há mais de quarenta anos na *região* de “cima”, também conta com entusiasmo que dança tambor, dança balaio e já fez teatro.

Das Dores, uma das mais fortes lideranças entre os de “cima”<sup>87</sup>, afirma: “A gente samos os artistas do Reviver<sup>88</sup>, do *Centro Histórico*”. “Ser artista” para os moradores da *região* de “cima”, e do *Centro Histórico* de um modo geral, é motivo de orgulho e instrumento de afirmação política. Aurora, moradora do “balança mas não cai,” situado no “bairro” da Praia Grande, afirma sempre falar de cultura para seus filhos, estimulando-os a participar de oficinas de tambor de crioula, instrumentos de percussão, orientando-os, “você nasceram aqui no Centro Histórico, você tem que saber essas coisas, porque você é cultural.”

Artur<sup>89</sup>, ex-morador da *região* do “Desterro” e uma das lideranças da *região Centro Histórico*, também enfatizou a importância das manifestações culturais para os moradores desta última *região*. No início de um dos seus discursos<sup>90</sup>, antes de anunciar a encenação de fragmentos

---

<sup>86</sup> Moradora da *região* de “cima” residente temporariamente no prédio abrigo da Escadaria Humberto de Campos, “bairro” da Praia Grande.

<sup>87</sup> Antes de exercer a função de presidente da APROSMA, Das Dores já tinha iniciado uma trajetória de militância. É sócia fundadora e ex vice-presidente da União de Moradores do Centro Histórico, e é tida como uma das principais representantes dos vendedores ambulantes.

<sup>88</sup> Vide nota 2

<sup>89</sup> Ex-morador da *região do Desterro* e uma das principais lideranças da *região Centro Histórico*. Artur é advogado, professor universitário, poeta, e já ocupou o cargo de presidente da Fundação Municipal de Cultura.

<sup>90</sup> Discurso proferido durante o II Seminário de Desenvolvimento Sustentável do Desterro, Portinho e Praia. Doravante denominado II Seminário Realizado entre os dias 13 e 15 de abril deste ano, teve como organizadores

de uma peça, ressaltou que: “nós sempre iniciamos nossos eventos com um ritual cultural, com uma manifestação artística”.

O “ser artista” traz em si também outro significado e função: o de ser mais uma das possibilidades de ganhar “um troco”. A título de exemplo, na encenação do auto natalino, que ocorre há alguns anos no Convento das Mercês, muitos moradores da *região* de “cima” empolgam-se, não apenas com a possibilidade de mostrar seu trabalho para o público, mas também com o cachê pago pela Fundação de Cultura, dinheiro sempre bem vindo aos que não têm emprego fixo.

O argumento de “ser artista” é seguido por outros que enfatizam o pertencimento a uma *região* específica: o *Centro Histórico*. É como parte de um critério de classificação mais amplo, “ser patrimônio”, que é acionado. Das Dores, moradora de “cima” articula corriqueiramente esses dois critérios nesse discurso<sup>91</sup>: “nós samos as principais pessoas, as principais figuras que na verdade quem fez o Centro Histórico, quem fez o patrimônio da humanidade fomos nós, nós somos patrimônio também”.

Fazedores do *Centro Histórico* e do patrimônio da humanidade, materialização do patrimônio cultural (“nós somos patrimônio também”), argumentos acionados nesse discurso de Das Dores foram compulsivamente aplaudidos pelo público que a ouvia no auditório do Convento das Mercês, onde se realizou o II Seminário. O público ali presente englobava moradores das *regiões* de “cima”, de “baixo”, *interdita* e *Centro Histórico*, representantes de instituições públicas e privadas que realizam trabalhos nesse *espaço* e pesquisadores.

A noção de patrimônio imaterial<sup>92</sup> incorporada pela líder foi acolhida e aprovada pelo público ali presente. As outras quatro falas que se seguiram à de Das Dores (duas de moradores da *região* do “Desterro” e duas de moradores da *região* de “cima”) corroboraram a mesma afirmação: “nós somos patrimônio também”. Em ocasiões como esta, percebo referências a interesses comuns nos discursos dos moradores de “cima” e de “baixo”, quando outra *região* parece se construir: a *Centro Histórico*. Na configuração de tal *região*, o elemento patrimônio

---

União de Moradores do Centro Histórico, APROSMA, SEBRAE, Núcleo Gestor do Centro Histórico, Secretaria Municipal de Turismo e Faculdade São Luís.

<sup>91</sup> Discurso proferido durante o II Seminário.

<sup>92</sup> “A questão do patrimônio imaterial, ou, conforme preferem outros, patrimônio intangível, tem presença relativamente recente nas políticas de patrimônio cultural. Em verdade é movida pelo interesse em ampliar a noção de ‘patrimônio histórico e artístico’, entendida como repertório de bens, ou ‘coisas’, ao qual se atribui excepcional valor cultural, o que faz esses bens serem merecedores de proteção pelo poder público. (FONSECA, 2003, p. 63)

cultural, referindo-se a aspectos imateriais ou materiais, parece ser o ponto central para a autodefinição.

Aroldo, morador e liderança da *região* do “Desterro”, também se pronunciou, nessa ocasião, fazendo referência ao critério “ser patrimônio”, que afirmou ser elemento comum aos de “cima” e aos de “baixo” e da *interdita*. Nessa fala, tal critério de classificação é acionado abrangendo a auto-definição de moradores das *regiões* de “cima” e de “baixo” e da *interdita*, sugerindo a desconstrução da *fronteira* entre elas e a construção de uma só *região*: a *Centro Histórico*:

As coisas mais bonitas que nós temos no nosso bairro não são os prédios, não são os azulejos, não são as ruas tortas, os paralelepípedos, mas sim, quem tá lá dentro da casa, aqueles que tão morando lá, uns em boas condições [os de “baixo”], outros escorados [os de “cima” e da *interdita*], esses são os verdadeiros patrimônio cultural da humanidade. Eles que fizeram que São Luís ganhasse esse prêmio. Não foi a beleza arquitetônica, foi a vida das pessoas que fazem esse patrimônio, aqueles que tão dentro dos prédios. (discurso proferido durante o II Seminário)

O discurso de Aroldo enfatiza o patrimônio imaterial expresso na experiência das pessoas que, para ele, são “os verdadeiros patrimônio cultural da humanidade”. No seu discurso o critério de auto-definição “ser patrimônio” é atribuído a todos os moradores da *região Centro Histórico*, ainda que esses apresentem condições de vida distintas.

Artur, coordenador das atividades do II Seminário, ao convidar os moradores que iriam se pronunciar, utilizava a expressão “azulejo do Centro Histórico”: “vamos chamar mais um azulejo do Centro Histórico”. Após a fala de cada “azulejo”, convocava: “vamos aplaudir X que está demonstrando seu pertencimento, sua identidade”. Esses conceitos acionados no discurso de Artur, quais sejam, “azulejo do Centro Histórico” (que poderiam ser traduzido como patrimônio imaterial), “pertencimento” e “identidade” são sugestivos de um processo de politização e conscientização dos moradores difundidos pelas lideranças da *região Centro Histórico*.

O critério de classificação “ser patrimônio” utilizado, por vezes, pelos moradores das *regiões* estudadas, é considerado, por suas lideranças, parcamente difundido. Muitas delas apontam, com pesar, que a maioria dos moradores dessas *regiões* “não sabem nem o que é patrimônio, não sabem nem o que é humanidade”.

Embora as lideranças considerem a apropriação do critério “ser patrimônio” ainda embrionária entre os moradores das *regiões* estudadas, nas práticas e representações destes, tal critério é, por vezes, acionado. Como, em maio deste ano, quando uma moradora morrera



eletrocutada ao tocar num dos postes da *região Centro Histórico* (numa área designada por uns como Portinho e por outros como Desterro) a reivindicação dos moradores junto às empresas responsáveis pela iluminação pública era justificada com o seguinte argumento: “aqui á Centro Histórico, é patrimônio da humanidade, não é um bairro qualquer da cidade”.

Nos movimentos da vida cotidiana, o ser morador da *região Centro Histórico* assume por vezes outras conotações. Alguns moradores de “cima”, referindo-se às dificuldades financeiras, ao desemprego, às dificuldades em relação à moradia, e às precárias condições de higiene e segurança em que vivem afirmam, sorrindo ironicamente: “isso aqui é periferia”. Essa representação da *região Centro Histórico* como “periferia” também foi sugerida e aprovada pelos moradores que se fizeram presentes no II Seminário. Uma representante do Movimento pela moradia popular em São Luís afirmou, nessa ocasião, em seu discurso: “O Centro Histórico hoje é a maior favela de São Luís”.

Essa fala foi aplaudida tanto por moradores de “cima” como de “baixo”. Nessa ocasião, eles pareciam se identificar como *mesmos*: como desassistidos pelo poder público. Embora, em outros momentos de seus discursos, haja indícios de movimentos de reforços de *fronteiras* entre os de “cima” e de “baixo” e entre os de “cima” e da *região interdita*, em torno dessa mesma questão. Isso ocorre quando os moradores das *regiões* estudadas lançam de um lado para outro das *fronteiras*, a responsabilidade por essa imagem negativa da *região Centro Histórico*: a de “periferia” ou “favela de São Luis”.

Assim, quando a definição da *região Centro Histórico* envolve atributos negativos, como as condições precárias de higiene, segurança, moradia, além de sua marginalização na cidade de São Luís, normalmente as disputas entre as *regiões* se fazem no argumento da negação. Nesse sentido, os de “baixo” atribuem muitas vezes aos de “cima” a responsabilidade pela imagem negativa da *região Centro Histórico*, e os de “cima”, a atribuem aos da *região interdita*.

Em torno do critério “ser patrimônio” outras disputas são travadas entre os moradores das diversas *regiões* estudadas. Quando o que está em jogo são atributos positivos decorrentes do “ser patrimônio”, as *fronteiras* das *regiões* se enrijecem, num primeiro momento, e se diluem, num segundo, quando cada uma delas arroga para si efeitos metonímicos. Tal movimento ocorre em torno da disputa de dois elementos: o “ser artista” e o possuir uma *memória / valor histórico*

*legítimos*, quando os de “cima” e os de “baixo”<sup>93</sup> atribuem exclusivamente para si o poder de “ser patrimônio”.

Assim, o “ser artista” e o possuir uma *memória / valor histórico legítimos* são disputados entre os de “cima”, de “baixo”, que se arrogam, entre outras questões, o direito de serem legítimos beneficiários de projetos previstos para a *região Centro Histórico*<sup>94</sup>

Algumas falas de moradores de “cima” e de “baixo” sugerem disputas em torno do “ser artista”. Das Dores, no discurso já citado, afirma: “A gente samos os artistas do Reviver”. A expressão “a gente” (*nós*) articulada no seu discurso refere-se à parcela significativa (80%) dos moradores do *Centro Histórico*: os desempregados. Essa definição, feita pela informante, exclui grande parte dos moradores de “baixo” que têm seu “empreguinho”. Conforme Das Dores, os “artistas do Reviver”, seriam os desempregados, os “esquecidos pelo poder público”, que teriam grande valor cultural, perfil que se refere aos critérios de auto-definição acionados pelos moradores de “cima”. Assim, ao mesmo tempo em que seu discurso parece afirmar que todos (os da *região Centro Histórico*) são patrimônio, ele sugere também a localização do atributo “ser artista” numa *região* específica: a *região* de “cima”.

Parece-me sugestivo que Aroldo, morador de “baixo”, tenha enfatizado no seu discurso manifestações culturais realizadas na *região* do “Desterro”. Na interpretação que faço das entrelinhas de seu discurso leio uma frase: nós (os de “baixo”) também somos artistas, nós também somos cultural..

aqui no meu bairro eu costumo sempre fazer uns jogos, movimentar a comunidade, os jogos abertos do Desterro que nós fazemos, tem umas fotos ali [no painel] são vinte e duas modalidades e chamar a atenção das autoridades que essa parte não foi, esporte e lazer e a cultura não foi citada mesmo. Temos vinte e duas modalidades: futebol de campo, de salão, basquete, voleibol, futivôlei e tem mais modalidades. Meu pai tem oitenta e cinco anos ele joga dama, dominó, minha sobrinha tem dois anos faz corrida do saco, faz corrida do limão. Então é jogos que participam pessoas de setenta, sete até oitenta e cinco anos, todo mundo participa. Também nós temos aqui nossas festas culturais, nossas quadrilhas, nosso carnaval, muita coisa boa, como a própria União de Moradores ano passado com a parceria desenvolveu o arraial que há quinze anos que não tinha no bairro.(discurso proferido durante o II Seminário)

Os “jogos abertos do Desterro”, “as quadrilhas”, o “carnaval” e o “arraial” são atividades culturais que, embora, por vezes, envolvam moradores das duas *regiões*, são realizadas no *espaço*

---

<sup>93</sup> O raso contato com os moradores da *região interdita* não me permite inferir seu envolvimento nas disputas em torno desses elementos.

<sup>94</sup> Esse elemento será discutido nos tópicos seguintes.

da *região* de “baixo”. Ao falar de atividades culturais, Aroldo não menciona aquelas realizadas pelos moradores de “cima”: o tambor de crioula, a dança do balaio etc. É interessante destacar o uso do termo “bairro”, que nesse discurso vem precedido do pronome “meu”<sup>95</sup>. Isso indica que ao mesmo tempo em que essas atividades estão abertas a todos, elas são características do “seu bairro”, expressão que julgo poder ser traduzida como **sua região**: a *região* de “baixo”.

### 3.1.3 “Nós samos as principais figuras”: posse de uma memória legítima da ZBM

O “ser patrimônio”, elemento agregador das *regiões* de “cima” e de “baixo” numa única *região* (a *Centro Histórico*), faz-se alvo de disputa entre elas, quando entra em cena a luta pela afirmação da *memória/ valor histórico legítimos*. Cada uma dessas *regiões* intenta arrogar exclusivamente para si a posse de tal elemento. Nesse tópico analiso sua auto-atribuição pelos de “cima”, que o fazem, muitas vezes, no sentido de afirmar, que a *memória/ valor histórico legítimos* da *região Centro Histórico* se localizam, exclusivamente, no *espaço* da *região* de “cima”. Já que os movimentos de identificação se constroem no contraste, em alguns momentos desse tópico faço referência às *regiões* de “baixo” e *Centro Histórico*.

A análise do discurso de Das Dores com mais vagar me permite construir indícios dessas disputas. Pois, se num primeiro momento sugere a formação da *região Centro Histórico*, que engloba os de “cima” e os de “baixo”, em seguida, indica a persistência de *di-visões*, quando parece atribuir especialmente aos moradores de “cima” a legitimidade para falar da história da *região Centro Histórico*.

Das Dores aciona o atributo de “figura principal”, ou seja, aquela que “**na verdade**” teria feito a *região Centro Histórico*, o patrimônio da humanidade. A “figura principal” seria aquela que construiu a história dessa *região*, a que tem longo tempo de moradia nesse *espaço*. Para essa informante as “figuras principais” da *região Centro Histórico* viveriam hoje num *território* específico: a *região* de “cima”.

- A senhora já mora há quanto tempo aqui?
- Trinta e cinco anos.
- Trinta e cinco!
- Mas eu sou figura principal né? Assim é é eu não sou figura principal é como essa questão de querer ser, é como uma questão que eu acho que eu sou, eu como todas as

---

<sup>95</sup> Em outros momentos de seu discurso, quando se referia à extensão do atributo “ser patrimônio” a todos os moradores da *região Centro Histórico*, utilizava a expressão “nosso bairro”.

peessoas nós somos importantes, que se não fosse a gente na verdade não tinha não tinha o culto, porque cê já imaginou? O o que que o turista viria vir ver aqui no centro histórico se não tivesse nenhum habitante, se não tivesse nenhum morador, certo? Então eu acho que a gente somos grandes colaboradores (entrevista cedida em julho de 2004, grifos meus)

Tanto na *região* do “Desterro”, quanto na *região* de “cima”, a categoria “morador antigo” traz consigo um certo status e percebe-se, inclusive, uma disputa pela *legitimidade da memória* entre as duas *regiões*. O “bairro” do Desterro tem sido palco de investimento de inúmeras instituições (IPHAN, Núcleo Gestor da Prefeitura de São Luís, SEBRAE, Governo do Estado do Maranhão, Companhia Vale do Rio Doce), e em muitos dos projetos realizados na área há uma ênfase na necessidade de registrar a memória e a história desse local.<sup>96</sup> Esse, talvez, seja um dos elementos que torna compreensível a disputa pela posse de uma *memória legítima* intra e entre *regiões*.

O exame atento do discurso de Das Dores fornece algumas pistas. Enquanto “figura principal” -por ser moradora da *região* de “cima” (e moradora antiga)- Das Dores se ressentiu dos esquecimentos sobre os quais a história da *região Centro Histórico* teria sido construída. Aponta que tal história, transmitida nas escolas e propalada pelos guias de turismo, é uma história “maquiada”, onde a prostituição da ZBM não aparece ou aparece de forma deturpada. Considera “que é uma história muito bonita por sinal”, que “deve ser resgatada como um todo”, “do jeito que ela é real”.

O saudosismo e a idealização do passado marcam o primeiro retrato da ZBM que constrói na sua narração, onde o lugar social de onde fala, qual seja, o de ex-prostituta da ZBM e de atual representante da APROSMA, se demarca com mais relevo. É como uma grande festa<sup>97</sup> que a ZBM é representada, com as ruas da Palma e 28 de julho cheias de gente, de modo que mal se podia andar; (“era mulher pra cá, era homem pra lá, era uma festa, em tudo que era bar tinha música”), com a presença de cantores consagrados em todo o país (“Valdique Soriano vinha era muito na zona”). Vejamos tal representação construída na fala abaixo:

Porque na verdade quem vinha na zona eram figuras ilustres, eram políticos, eram filósofos, entendeu? Eram essas pessoas que freqüentavam uma prostituição elitizada com mulheres bem vestidas com roupas de seda com jóias, né? Então assim tudo isso

<sup>96</sup> O projeto ‘Viver o Desterro’, do qual participei, é um exemplo do tipo de investimentos que vêm sendo realizados no “bairro” do Desterro.

<sup>97</sup> A respeito de representações da ZBM como festa por mulheres que nela atuaram como prostitutas ver LOPES (2004, p.37)

aconteceu aqui no Centro Histórico, aqui aonde hoje tem o título de Patrimônio da Humanidade. E assim eu acho que assim que tem que ver assim é começar a resgatar essas coisas também. Não é uma questão de resgatar pra re pra reviver.(pausa) Então é isso que eu acho assim que tem que trazer a história como ela era, como ela aconteceu, como ela foi, como ela existiu, que a gente vivenciou também. Não é assim alguém que contou não, foi a gente que... [vivenciou] (entrevista realizada em julho de 2004, grifos meus)

Para Das Dores, essa história “muito bonita por sinal”, a história de uma “prostituição elitizada” freqüentada por “homens ilustres” só pode ser “resgatada como um todo” por aqueles que a vivenciaram. Só eles teriam legitimidade para falar “como era, como aconteceu, como foi, como ela existiu”. A posse de uma *memória/ valor histórico legítimos* da ZBM (a de quem vivenciou e não apenas ouviu contar) é, pois, um outro critério de classificação a partir do qual moradores de “cima” se auto-definem e se valorizam. O ter sido prostituta, gigolô, garçom, costureira ou lavadeira de roupa dos cabarés da ZBM é um distintivo, e somente essas “figuras principais” teriam autoridade para falar da história daquele *pedaço de chão*.

Esta e outros informantes da *região* de “cima” têm prazer em contar o que denominam “a verdadeira história da ZBM”. Muitos deles se dizem irritados com os guias de turismo que trabalham nesse *espaço*, por passarem nas suas portas “mentindo”, “passando informações erradas”. “Deviam era me contratar para ciceronear as pessoas, os turistas. Eu é que devia ser cicerone [guia de turismo]” Assim seu Manoel manifesta seu descontentamento com o fato da maioria dos moradores de “cima” ser desempregada, enquanto muitos guias de turismo “que não sabem nada” ganham dinheiro “mentindo na cara da gente, na porta da gente”.

Uma moradora da *região* de “baixo” não parece comungar da mesma opinião de Seu Manoel. O perfil que traça do profissional habilitado para exercer a função de guia de turismo em nada se assemelha às qualidades enumeradas por este informante para legitimar o exercício do ofício de “cicerone”:

é o seguinte pra isso [para que São Luís possa honrar o título de patrimônio da humanidade] tem que ter uma pessoa exclusivamente que tenha conhecimentos profundos, de verdade, que saiba bem o português, que tenha uma dicção perfeita, que saiba demonstrar, explicar a igreja total, como é, os santos, aquelas esculturas, o que que fez, o que que faz, aquelas coisas do próprio bairro, entendeu o que que eu acho? Uma fiscalização melhor, pra que a gente possa ir e entrar, tanto os moradores como os próprios turistas pra não ser assaltado. (entrevista realizada em maio de 2005)

Conhecimentos profundos, dicção perfeita, emprego correto da língua portuguesa, esses seriam os elementos indispensáveis para um guia de turismo. Essas exigências em nada se

adequam ao perfil de moradores da *região* de “cima” que, por vezes se representam como os mais indicados para ser “cicerone” (guia de turismo). Enquanto para alguns moradores de “cima” a posse legítima de uma memória da ZBM legitimaria o exercício de tal função, para esta moradora da *região* do “Desterro”, o estudo e a formação é que conferem tal legitimidade.

A recepção que tive enquanto pesquisadora foi, normalmente, marcada por atitudes extremas. Muitos se mostravam irritados e por vezes perguntavam se seriam indenizados pela entrevista<sup>98</sup>, outros se mostravam orgulhosos e se esmeravam em falar das coisas que pensavam ser interessantes para mim. Seu Manoel figura nessa segunda vertente. Às questões que eu lhe colocava, sempre procurava dar uma resposta mais erudita. Assim, quando lhe perguntei se tinha sido gigolô, ele me explicou que não, porque o gigolô propriamente dito “é aquele que a mulher da vida banca tudo, dá casa, roupa e comida”. Como morava com o pai e tinha o que comer e o que vestir, não se encaixava na categoria gigolô. Para resolver o problema **conceitual**, inventou uma nova categoria para si: “gostoso”. Para ele as mulheres só pagavam o lazer, “o cinema e a cerveja”.

Na fala desse mesmo informante ouvi pela primeira e única vez, entre os moradores das *regiões* abordadas, alguém dizer: “moro num cortiço”. As pessoas que moraram ou moram em habitações corriqueiramente designadas *cortiço* por um observador externo, referem-se aos seus locais de moradia usando as categorias “prédio”, “casarão” e “lá em casa<sup>99</sup>”, mas, na fala de Seu Manoel, três adjetivos preciosamente acionados - antigo, verdadeiro e primeiro - tratam de ressemantizar o termo, atribuindo-lhe uma conotação positiva. Ele mora num dos mais “antigos cortiços de São Luís”. São Luís teria dois “cortiços verdadeiros”: o que mora ainda hoje e um na Rua de São Pantaleão. Em relação à *região Centro Histórico*, o seu seria “o primeiro cortiço que tá na história por aqui”.

Quando lhe perguntei se as pessoas que moraram neste local também o chamavam de cortiço ele diz que não – chamavam “casa de Antônio Galinheiro” – e explica que chama de *cortiço* porque ouviu dizer que *cortiço* era isso: “aquele terraço no meio, quarto de um lado e quarto do outro”.

---

<sup>98</sup> Muitos deles chamavam as conversas com os pesquisadores de entrevistas, independente da presença de um gravador ou de anotações feitas ou não pelo pesquisador.

<sup>99</sup> É comum a referência a pessoas que moram no mesmo prédio, mas em cômodos diferentes, com expressões do tipo “essa menina é lá de casa”. O termo casa é, portanto, estendido ao prédio/casarão, não se restringindo ao cômodo em que se vive.

### 3.1.4 Culto à ZBM: “zona acabou”?

No discurso de outros moradores da *região* de “cima”, a representação da ZBM como lugar de luxo, decência, respeito e ordem também se faz presente. Indagando *como era antigamente*, ouvi frases do tipo: “No tempo que era zona<sup>100</sup>, era mais civilizado. Não tinha essa depravação, essa traficância” Ou, “a ZBM era freqüentada por cidadãos de respeito; era médico, advogado, juiz, farmacêutico. Aqui só não vinha o governador. E as mulheres, todas bem vestidas, sabiam lidar com os cidadãos de respeito. Agora não, acabou tudo, ninguém respeita ninguém”. Nesses e em outros discursos, a ZBM é representada com saudosismo; suas belas tintas são realçadas e os arranhões quase que desaparecem numa pintura que, de tão perfeita, sugere mais idealismo que realismo. Sua imagem é (re)elaborada pelos sujeitos que rememoram.

Num entrelaçamento de temporalidades, a ZBM é representada como uma *idade do ouro* para sempre perdida e sempre pensada em relação ao seu referente no presente: a *região* de “cima”. Como se percebe nesse discurso de Seu Manoel, “ex-gigolô”, ou, utilizando a categoria que aciona para se auto-definir, “ex-gostoso”:

- Naquela época não tinha isso não, não tinha maconheiro. Não tinha roubo, mulher que rouba homem, tinha dinheiro no bolso, amanhecia, acordava, elas eram incapaz de tocar. Hoje, Deus me livre, quem tiver com dinheiro amanhece sem nada. E se chamar a polícia ela ainda vai dizer que ele não pagou ela, que ele não tinha dinheiro aí a polícia é contra ele e ela sai como vítima. (entrevista realizada em novembro de 2004)

Nas lembranças de quem reconstrói o passado, até mesmo elementos apressadamente tomados como negativos por um agente externo, como a violência, adquirem outros significados sob o olhar de quem vivenciou a ZBM. Seu Sebastião, morador do Portinho, fala com olhar distante, quando me refiro às brigas que havia na zona: “--Era muito era bonito ver as mulher brigando”.

Dona Nadir se desvia facilmente das minhas perguntas. Luxo e beleza refratam a imagem das brigas, que, nessa narração, são representadas como um espetáculo. É o deslumbramento e não o pesar que marcam seu tom de voz nesse trecho da entrevista:

- Não tinha muita briga não?  
- Briga, às vezes tinha briga embaixo [dos cabarés], na rua, porque eles saiam com umas e outras e nego vinha querer tomar gosto com eles e eles não levavam recado pra casa, puxava navalha pra cortar.

---

<sup>100</sup> É comum entre os informantes a referência à ZBM como a categoria “zona”.

- Os marinheiros
- Os marinheiros. E os daqui também vinham tomar gosto com eles e não prestava. Mas só aquela horazinha, aquela discussãozinha, aí o carro estacionava assim na porta, estacionava era muito carro de um lado, do outro, aqueles carrão, jipe. O carro deles era guardado na Alfândega. Vinha de sargento a tenente só carrão, cada homem de fora, cada homem bonito como quê. (entrevista realizada em outubro de 2004, grifos nossos)

A articulação dos diversos elementos presentes nessa fala faz-se a partir de um complexo e requintado processo de seleção e ressemantização dos elementos envolvidos. A briga é representada como atitude de hombridade e valentia (“nego vinha querer tomar gosto com eles e eles não levavam recado pra casa, puxava navalha pra cortar”). O lugar apontado como palco das brigas era a rua e não o interior das boates<sup>101</sup>, que permanece representado como lugar da ordem. O tempo da desordem é representado como efêmero, “era só aquela horazinha, aquela discussãozinha”. A narrativa prossegue sem nenhuma pausa ou mudança no tom de voz e, no desfecho do espetáculo, os militares que chegam para restaurar a ordem (que nessa reconstrução parece nem ter sido quebrada) roubam a cena: a imagem desenhada finda em “cada carrão, cada homem de fora, cada homem bonito como quê”.

Assassinatos ocorridos na ZBM também são lembrados com garbo. Nas imagens construídas acerca da zona, crimes, brigas e a prostituição ganham uma áurea de decência que se esvaiu e se faz nostalgia diante de um presente rejeitado por aqueles que vivenciaram os tempos áureos, quando a zona (assim o dizem!) era civilizada, lugar de luxo, de cidadãos de respeito e de mulheres de classe. A comparação dos dois tempos – o passado ideal e o presente indesejado – surge espontaneamente na fala de D. Nadir:

- Antes da minha irmã morrer, ela lavou roupa foi muito pra essas mulher de cabaré, eu que ia levar lá. A roupa, as anáguas era tudo metido na goma, tinha uma goma que botava assim ficava empezinha. Sabe a roupa, o vestido que elas vestia era o soiré (sic), o nome era soiré. Esses vestido comprido que a gente usa hoje em dia, era daquela seda lamê, a coisa mais linda do mundo, chapéu. Tinha era muito marinheiro encostava na Praia Grande, navio, meio distante que não encostava na rampa, encostava eles saltavam tudinho vinham pra aí pro cabaré. Tinha o cabaré da Maroca, era cheinho de marinheiro, cansei foi muito de ganhar presente que eu ia levar roupa pra elas lá que elas tinham os namorado delas, eles me davam caixa de perfume. Era dava pra mim mais a outra irmã que eu tinha. Os lençol minha filha metia gosto! Aqueles lençol bordado, tudo metido na goma, passado bem alvo pra ficar bem estirado pra ir botar na cama delas. Elas não desciam embaixo. Agora isso aí só tem nigrinha, só nigrinha ladrona, é só o que tem aí Esses cheira cu, cheiradores de cola, esses que mora, que vive aí, tudo são safado, tudo são ladrão! Mas nesse tempo elas não vinham nem na porta da rua. Todo tempo lá em

---

<sup>101</sup> Denominação dada aos cabarés, lugares do exercício da atividade da prostituição que contavam com salão de dança.



“cima”, usavam luva no salão, aquele chapéuzão bonito de antigamente e meia, aquela coisa mais linda do mundo! (entrevista realizada em outubro de 2004)

Enquanto das rotinas dos cabarés a memória de D. Nadir seleciona o luxo dos lençóis, vestidos, chapéus, perfumes, navios e marinheiros, e a discrição e respeito das meretrizes em relação à vizinhança (“elas não desciam embaixo, elas não vinham nem na porta da rua”), a classificação dos atuais moradores do *espaço* outrora ocupada pela ZBM (especialmente a *região interdita*) é feita a partir de termos pejorativos (“nigrinha, ladrão, safado, cheiradores de cola”). As ruas, segundo narra, eram tranquilas e por elas se passava sem preocupação. Esse quadro só teria mudado com a chegada do tráfico na área, “foi depois que chegou essa gentinha”. A um passado ideal de uma ZBM bem freqüentada, essa moradora contrapõe um presente indesejado, corrompido pela presença de *outsiders*.

Memória e esquecimento são processos correlatos na narrativa de D. Nadir e de outros informantes. A rememoração se faz a partir de uma criteriosa seleção de cacos do vivido, onde muitos elementos, especialmente os dolorosos, são, normalmente, descartados, jazendo adormecidos.

Assim, somente depois de muito esforço, D. Nadir rememorou uma ZBM onde as brigas não eram só espetáculo, mas também, motivo de temor. A ZBM que conhecera, conforme relata, era a que via de tarde quando ia levar as roupas e os lençóis que lavava e engomava, ou a que expiava nas horas em que fugia, “mandavam eu comprar um açúcar, uma coisa na quitanda prali, aí eu saía, mas não demorava”. Nesta ZBM que espiava quando fugia, afirma não haver confusão, mas, depois das onze horas da noite, diz nada saber a respeito. Essa hora sua irmã não lhe deixava sair e, conforme aponta: “mesmo eu tinha medo”.

Isabel também representa a ZBM sob a imagem do luxo. Relembra os cachos e as flores nos cabelos das mulheres, que, conforme aponta, só usavam jóias: “não tinha esse negócio de bijuteria”. Afirma ainda que os homens que freqüentavam a ZBM deveriam estar obrigatoriamente bem vestidos, para não ter sua entrada proibida nas boates: “os homens não entravam de japonesa nem de conga, só entravam se fossem bem arrumados. Tinha os porteiros na época”. Numa nítida alusão à prostituição ainda existente na *região* de “cima”, mas especificamente, na *região interdita*, compara os dois tempos com pesar: “As mulheres não andavam assim pela rua se mostrando, usando droga”.

A imagem de decência e de respeito da ZBM de outrora também se faz presente na representação dessa informante:

Justamente, eu com a idade dos meus doze, treze anos, catorze anos mesmo eu entrava nessas boates. Naquele tempo podia entrar sim, até uma menina, uma mocinha entrava porque as mulheres naquela época eram mulheres de classe, não andavam com [mandavam] nome, não andavam se mostrando, durante o dia elas nem saiam na porta, nem janela, era tudo fechado (entrevista realizada em junho de 2005)

“Mulheres de classe que não mandavam nome, nem andavam se mostrando”, essa representação da decência e do respeito, porém, pode ser relativizada em outros momentos, quando, no interstício do seu discurso, infiro outras significações. Isabel, assim como sua tia Nadir, prestou serviços para a ZBM. Enquanto sua mãe de criação fazia faxina nas boates, ela e sua irmã lavavam e engomavam as roupas do meretrício. O ambiente de respeito e decência por ela acima reconstruído fora desenhado a partir das lembranças dos cabarés durante o dia, quando estes ainda não estavam em funcionamento. Nesse horário até para “uma menina”, para uma “mocinha” [leia-se virgem], não seria desonroso adentrar nesse ambiente, desde que estivesse cumprindo as obrigações do seu trabalho, tal qual ela afirma fazer quando ia entregar as roupas das mulheres.

Mas, durante a noite, quando o movimento começava, as mocinhas que quisessem zelar por sua reputação deveriam permanecer dentro de suas casas. Quando lhe pergunto se freqüentava as boates durante a noite, ela o nega veementemente: “nãaaoo, vixe! Nós nem podia ficar na porta, menina não andava na rua de noite, nem de dia, era só dentro de casa trabalhando”.

A narrativa dessas duas informantes, ambas prestadoras de serviço para o meretrício, sugere múltiplas ZBM: uma ZBM de dia, marcada pelo recato e pelo respeito, uma ZBM da noite idealizada, reconstruída como lugar do luxo, da ordem, e da beleza (da qual se ouvia falar ou se expiava) e uma ZBM da noite temida, que elas dizem ter desconhecido.

Nesse e em outros discursos de moradores das *regiões* de “cima” e de “baixo”, a representação de uma ZBM decente pode ser inquirida. Os mesmos argumentos acionados para construir essa imagem, podem ser utilizados para desconstruí-la. A ZBM da decência reconstruída nas suas falas também é representada como *espaço* interdito aos passos de alguns atores específicos, nos seus horários de funcionamento. Mulheres (não meretrizes) e menores não tinham entrada permitida e benquista nesses ambientes. Se a ZBM era um ambiente tão decente, por que tais atores não poderiam freqüentá-la?

Das Dores, moradora de “cima” e ex-prostituta, representa a ZBM ora sob o signo do glamour, ora sob o signo da dor. Esta informante, que se auto-atribui a legitimidade de ser “figura principal”, representa, muitas vezes, a prostituição da ZBM de forma positiva, incomodando-se com o que chama de “informações erradas” passadas pelos guias de turismo a respeito desta. Concebe a prostituição como “toda a elite, todo o acontecimento” que houve na *região Centro Histórico*. Aponta os mecanismos de controle da saúde, expresso nas cadernetas inspecionadas pela polícia sanitária como mais um *estigma* lançado sobre a memória da ZBM. Nas palavras da informante, a indignação salta aos olhos:

Eu já vi guia passando informação diz que aqui é que era casa de cômodo<sup>102</sup>, que tinha mulheres da vida, que as mulheres usavam carteirinha pra não, quer dizer, tipo uma carteirinha : -Eu tou com uma carteirinha essa carteirinha diz que eu estou doente, certo? , eu não vou mais transar porque essa carteirinha diz que eu estou doente... Quer dizer: é errada essa informação, né? (entrevista realizada em julho de 2004)

Argumenta que no seu tempo não tinha nenhuma “carteirinha”<sup>103</sup> detectando se a mulher estava ou não contaminada. Reforça o argumento de que no seu tempo estavam livres do *estigma* da doença, já que não havia AIDS e DST seriam contratempos corriqueiros nas experiências de mulheres que exerciam o meretrício..

Mas, num outro momento da entrevista, o discurso de Das Dores se movimenta em outro sentido. Lembranças dolorosas são reconstruídas, enquanto a imagem da ZBM como uma grande festa se esvai. Ao mesmo tempo em que afirma inexistirem “carteirinhas” e ser normal ter uma “gonorreiazinha”, também relembra com pesar algumas das regras comuns nas boates e casa de cômodo, como a de ser expulsa de uma casa por ter contraído doenças venéreas ou por ter engravidado.

Num tempo em que o uso de preservativos e anticoncepcionais não era difundido entre as mulheres que faziam a vida na ZBM, gravidez, aborto e morte eram, muitas vezes, uma sequência

---

<sup>102</sup> Denominação dada aos locais onde as prostitutas pagavam pelo aluguel dos quartos para receber seus clientes. Nas casas de cômodo não havia, conforme os depoimentos ouvidos, salão de dança, nem o luxo dos cabarés.

<sup>103</sup> Provavelmente os guias se referiam às cadernetas utilizadas como forma de controle e vigilância das doenças venéreas entre o meretrício. Conforme CAMPUS, 2001, p.33-34: “a partir de 18 de setembro de 1931, por ordem do delegado do 2º e 3º distritos, todas as meretrizes da capital, incluindo as donas das casas, passariam a ser identificadas com uma caderneta. [...] Segundo o jornal Tribuna, tão logo fosse terminado o serviço de identificação, seria iniciada a inspeção médica de todas as meretrizes registradas na polícia. No caso do meretrício, estabeleciam vínculos com a proliferação de doenças, em especial a sífilis”. Não localizei na bibliografia consultada referências acerca do tempo de vigência de tais “cadernetas” e “inspeções médicas”.

inevitável. Esta seria a outra face da vida das mulheres que desfrutaram o luxo da ZBM<sup>104</sup>. Nessa altura do depoimento a informante não usa diminutivos para falar das DSTs.

Uma certa vez, eu passei uma época da minha vida muito mal, eu peguei todas as doenças venéreas que vocês não podem imaginar e existia também uns donos de casa<sup>105</sup> péssimos e esse era um, esse já morreu e eu não rezo nem um pouquinho pra ele. E ele disse uma vez pra mim: -Ora, a senhora não pode fazer vida, a senhora não pode ganhar dinheiro, então vá embora da minha casa. (entrevista realizada em julho de 2004)

Outras representações negativas são acionadas no discurso de Das Dores quando relembra muitas das bandeiras que levantou nos tempos da ZBM. Uma delas foi a indignação com a discriminação sofrida pelas “mulheres feias”. “Geralmente eles [as madames e os donos de casa] gostavam de mulheres bonitas” relembra Das Dores. O conceito de beleza que a informante reconstrói na sua lembrança tem como um de seus critérios a cor da pele. O ser bonita exigia o pré-requisito de não ser negra: já que “muitas madames<sup>106</sup> não gostavam de pretinha do cabelo enroladinho”.

Das Dores narra que uma das madames para quem trabalhou, que considera ter se tornado sua segunda mãe, comungava dessa mesma opinião: “pretinha do cabelo enroladinho” não trabalhava na sua boate. Mas, a própria informante, que é negra, e diz ter se tornado a pessoa de confiança dessa madame, buscou formas de ser benquista, apesar de não ser branca. Criando estratégias de aceitação, Das Dores se auto representa como a “segunda pessoa da casa”:

.E aí eu tinha prioridade de botar as mulher morando na casa, eu também fui madame, madame de H, eu era a pessoa que ficava no lugar dela e era tratada era considerada como madame, mas na verdade não era, eu era mais uma... [...] Então eu botava [gente na casa]. eu tinha uma amiga ela era bem pretinha do cabelo enroladinho, do cabelo sequinho, no dia que eu falei pra ela que ela ia morar lá ela ficou braba comigo minha madame. Ela: ‘-Definitivamente tu vai embora tu e ela.’ Porque ela era pretinha do cabelo seco, eu não era lá essas coisas, não era branca – ‘Então vai vocês duas de uma vez.’ Só que ela não me botava, ela dizia mas ela terminava fazendo as pazes comigo porque eu era a pessoa do coração dela, eu terminava puxando o saco e tal. Eu era a pessoa que levava as mulher pro hospital e tudo. (entrevista realizada em julho de 2004, grifos meus)

<sup>104</sup> A respeito da gravidez e da maternidade como experiências dolorosas para mulheres que atuaram como prostitutas na ZBM ver Lopes (2004, p.40)

<sup>105</sup> Denominação dada à pessoa que gerenciava uma casa de cômodo

<sup>106</sup> Denominação dada à mulher que gerenciava os cabarés. Segundo Das Dores madame era aquela que dentro da boate “vestia melhor, luxava melhor e tinha seu gigolô de praxe, aquele que era bom de tudo”.

Ao mesmo tempo em que se coloca, também como madame, relativiza essa condição: “eu também fui madame”, por ser a pessoa que ficava no lugar desta quando ela se ausentava, “mas na verdade não era, eu era mais uma...[prostituta]”. O ser a “segunda pessoa da casa” é relativizado na sua fala. Ao mesmo tempo em que esse status lhe permitia tomar decisões (botar mulheres na casa) e cumprir papéis que possibilitavam o bom funcionamento da boate (levar mulheres doentes para o hospital), ele tinha um campo de manobra limitado: a “madame de H” só ia até onde a madame permitia.

O episódio da proibição da entrada de sua amiga que era “bem pretinha do cabelo enroladinho, do cabelo sequinho” é ilustrativo dos limites de seu poder de decisão como “madame de H”. A madame expulsa as duas da casa, mas Das Dores elabora representações diferentes para si e para sua amiga. Enquanto sua amiga é representada como “pretinha do cabelo seco”, Das Dores (também “pretinha do cabelo seco”), se auto representa em tons mais suaves: “eu não era lá essas coisas, não era branca”. Ou seja, o fato de ser a “madame de H”, a “segunda pessoa da casa” lhe classifica num interstício entre o ser “pretinha do cabelo seco” e o ser “branca”: o “não ser lá essas coisas, não ser branca”.

O desfecho do episódio é emblemático: as duas são expulsas, mas Das Dores, “madame de H” permanece na casa, por ser a pessoa do coração da madame e por criar estratégias de reprodução desse status: “eu terminava puxando o saco e tal”. Tal episódio sugere que outros critérios perpassavam as relações madame/prostituta, quando as regras estipuladas, no caso, o não aceitar “pretinha do cabelo seco”, poderiam ser transcendidas pela construção de laços de afeição e/ou solidariedade entre elas.

Outro elemento recorrente nas lembranças construídas acerca da ZBM é a representação positiva da exclusão de menores. A representação da zona como ambiente de respeito e decência é, corriqueiramente, associada à sua inadequação para a presença de menores. Sem desconhecer o fato de que no período de funcionamento da ZBM, a sexualidade era muito mais vigiada e controlada que no tempo de agora, é possível relativizar a aura de decência e respeito reconstruída nas falas dos informantes.

Nas palavras de Isabel: “De menor não pensava nem em passar, quanto mais em entrarem num ambiente desses”. Seu Antenor, que trabalhou como garçom de um cabaré e hoje trabalha como sapateiro na Rua da Palma (*região* de “cima”), aponta que nas boates e casas de cômodo não moravam crianças. Se alguma meretriz tivesse um filho, este não poderia ali permanecer.

Muitas, depois de darem a luz, entregavam as crianças para alguém criar. Era comum mulheres da redondeza criarem os filhos das prostitutas, algumas o faziam em troca de uma remuneração e outras simplesmente adotavam essas crianças, já que a maternidade era incompatível com a atividade do meretrício.

A exclusão dos menores da ZBM é lembrada sob uma conotação de decência. Nas palavras de Seu Antenor, “naquele tempo era respeitado, não tinha criança na zona, agora não, isso aqui é uma sem vergonhice, as crianças andam por aqui dia e noite”. Nessa fala percebe-se que o informante, embora muitas vezes afirme o fim da zona, ainda a localiza na rua onde até hoje mora, contrapondo a um passado respeitado um presente de “sem vergonhice”.

Contudo, sua própria história de vida contém indícios da presença de menores na ZBM. Mesmo sendo filho adotivo de uma família que gozava de boas condições financeiras, fugiu de casa com 14 anos para morar na zona.

Das Dores também é um exemplo de como a vigilância do Juizado de Menores era burlada. Ela chegou à zona com 11 anos de idade juntamente com uma amiga, também menor.

Eu quando eu cheguei aqui eu tinha 11 anos, eu fui pra uma casa uma boate que teve quatro nomes. Então quando eu cheguei, porque uma pessoa trouxe eu e uma amiga minha, Vitória era o nome da minha amiga, minha melhor amiga, eu com 11, ela com um pouquinho mais. Então a gente veio, um homem trouxe a gente dizendo que ia trazer pra uma festa, na verdade trouxe pra Zona do Baixo Meretrício, e era uma festa! (entrevista realizada em julho de 2004)

Mas, segundo essa narrativa, não foi fácil para as meninas encantadas com a “festa” conseguirem ali permanecer. A madame para a qual foram apresentadas tratou logo de despachá-las. Mas ela diz ter conseguido, movimentando-se nas brechas de uma estrutura fechada, burlar as regras da casa, logrando tornar-se “a pessoa do coração dessa madame”. Vejamos como Das Dores reconstrói suas estratégias de negociação dentro de um espaço de manobra reduzido:

aí eu comecei logo a chorar, disse pra ela que eu não tinha pra onde ir, e tal e tal, menti logo, e ela já gostou de mim, eu acho que eu nasci pra coisa. E eu fiquei nessa noite lá, aí ela disse que ia botar a gente no quarto, a gente acabou sendo denunciada, e fomos, nessa época era bem aqui na praça João Lisboa, na praça Deodoro Central que existia um negócio lá de menor, nos botaram pra lá numa Kombi, eu e minha colega, passamos a noite lá. No dia outro ela foi me visitar e foi aquela burocracia, saía, não saía E eles não sabiam pra onde que eu ia a minha família. E eu eternamente dizendo que eu não tinha ninguém, não tinha pra onde ir, então ela se responsabilizou por mim. (entrevista realizada em julho de 2004, grifos meus)

Das Dores justifica sua permanência na ZBM narrando a estratégia utilizada: a mentira de não ter pra onde ir, de não ter família. Sua acolhida pela madame, que teria se responsabilizado por ela, é justificada pela empatia, pois afirma: “logo, ela gostou de mim”. Sua amiga, também menor não passou muito tempo ali, pois conforme a informante, “logo ela era mais fraquinha” enquanto eu “tinha nascido pra coisa”.

Assim ela pinta o retrato do início de sua história na zona: de menina encantada com a ZBM (que representa como uma festa) teria se tornado a pessoa do coração de sua madame. É como uma estória de conto de fadas que reconstrói sua própria história: “Então ela [a madame] me trouxe pra morar com ela. Então assim eu tinha um quarto vizinho do dela onde ela não me perdia de vista, eu passava o dia arrumando as coisas dela”. (grifos meu)

Apesar da vigilância constante do Juizado de Menores, Das Dores diz que era comum as mulheres iniciarem suas atividades na ZBM quando adolescentes:

Era difícil uma mulher antigamente não ser prostituta antes de adolescente gente. Hoje se está com essa briga toda, mas antigamente todas nós fomos adolescentes, prostituta adolescente, porque minha história, eu fui prostituta adolescente. Qual foi a coisa boa que eu vivenciei na minha juventude? Um cabaré. E, como eu, um mundo de mulheres foi assim. (entrevista realizada em julho de 2004, grifos meus)

Encantamento e pesar perpassam a reconstrução das lembranças dessa informante, para quem a alegria e o prazer de ter encontrado uma madame que, segundo ela, era uma segunda mãe, se misturam com as dificuldades enfrentadas para conseguir ter livre trânsito numa cidade onde viver como prostituta pressupunha carregar o peso de um *estigma*.

Das Dores teve a oportunidade de estudar num dos mais tradicionais colégios de São Luís, o Santa Tereza. Mas, era sempre preciso driblar os olhares dos funcionários da escola e dos colegas de turma na hora da saída: ela sempre saía antes ou depois de todo mundo, para que ninguém soubesse de onde vinha e para onde ia.

Nos tempos de funcionamento da ZBM, a 28 de julho não gozava de boa fama na cidade. Segundo recordam moradores dessa rua, era comum ocorrerem crimes na *região* do “Desterro”, veiculados nos jornais como procedentes da 28 de julho. Isso sugere que, em relação à cidade de São Luís, a 28 de julho não designava apenas uma rua, mas uma *região*, representada como lugar da prostituição e da violência.

Outro deslocamento parece estar em curso nos anos mais recentes. Outra informante, moradora da *região* de “cima”, aponta que “antigamente a 28 é que tinha a fama de ser uma rua

pesada, violenta e agora a rua da Palma [*região interdita*] é que vem pegando essa fama.” Alguns moradores da 28 de julho continuam se ressentindo, do *estigma* que, segundo eles, ainda pesa sobre essa rua em particular. Muitos reclamam que crimes ocorridos naquela na Rua da Palma [*região interdita*] e Travessa da Lapa [considerada por uns como pertencente ao Portinho e por outros como à *região* do “Desterro”] continuam sendo identificados na imprensa como ocorridos na 28 de julho.

Uma das estratégias utilizadas por alguns moradores dessa rua para fugir do peso de tal estigma é designá-la pelo seu outro nome: Rua do Giz. Como coloca seu Juca: “Quando perguntavam meu endereço e eu dizia que morava na 28 de julho todo mundo arregalava o olho. Agora eu digo que moro na Rua do Giz e ninguém diz nada”. Esse mesmo informante chama atenção para o uso recente de denominações de rua que já estavam em desuso. Muitos moradores da Rua da Estrela se referem a ela como Cândido Mendes, da rua da Palma como Herculano Parga, Direita como Henrique Leal e Afonso Pena como Formosa. Para ele o ressurgir de tais denominações seria uma estratégia de tentar apagar o peso da memória da zona sobre elas.

É recorrente, também, nos discursos dos moradores de “cima” a necessidade de afirmar e propagar o fim da zona. A recorrência dessa expressão me parece ambivalente, pois ao mesmo tempo em que os moradores de “cima” parecem necessitar afirmar que “a zona acabou”, muitos deles localizam elementos desta no *espaço* onde funcionou a ZBM, mas especificamente na *região interdita*. A título de exemplo, na primeira conversa que tive com seu Manoel, ele expressou esse desejo (necessidade?) dizendo: “a senhora vai escrever um livro? Então escreva aí: zona acabou, zona acabou”. Ainda hoje é comum, segundo narram com indignação alguns informantes, transeuntes passarem nas suas portas dizendo: “aqui que é a zona”.

A idealização da ZBM de outrora, reconstruída como lugar de luxo, decência e respeito, contrasta com uma zona que, mesmo não verbalizada explicitamente, pode ser inferida na interpretação de seus discursos que acionam elementos negativos para referi-la: tráfico, marginalidade, pobreza econômica e pobreza moral (expressa na preocupação com a presença de menores nesse *espaço*).



### 3.1.5 Tráficanes e marginais: herdeiros sociais da zona ou outsiders?

Neste tópico intento mapear e interpretar critérios de classificação acionados por moradores da *região* de “cima”, onde estes se representam como distintos em relação aos da *interdita*. A criminalidade, de um modo geral, e, particularmente, o uso e o tráfico de drogas, são os critérios normalmente acionados pelos de “cima” para demarcar essa distinção.

Não seria possível, contudo, analisar a construção dessas classificações, tomando como única referência os discursos e práticas de moradores de “cima”. A compreensão da construção e do acionamento das classificações dos da *região interdita*, só se faz inteligível, quando comparados às representações elaboradas nas experiências cotidianas de moradores das *regiões* do “Desterro” e *Centro Histórico*.

O incômodo com o peso do *estigma* em relação à prostituição e à violência e, mais recentemente, em relação ao tráfico, não parece ser exclusivo dos moradores da *região* de “cima”. Entre moradores da *região* do “Desterro” e *Centro Histórico* essa preocupação também é visível. A impressão que moradores das *regiões* abordadas, de um modo geral, têm é que notícias veiculadas na imprensa e comentadas na cidade adquirem um efeito metonímico. Assim, um crime ocorrido na rua da Palma<sup>107</sup> poderia ter o efeito de manchar a reputação das *regiões* de “cima”, do “Desterro” e *Centro Histórico*.

A repercussão do assassinato de um indivíduo, morador da Rua da Palma (*região* de “cima”/*região interdita*) e envolvido com o tráfico de drogas, na imprensa de São Luís, levou moradores da *região* de “cima” e da *região* do “Desterro” a assumir posicionamentos distintos acerca da questão do tráfico e da violência.

Quando do assassinato, um radialista comentou no seu programa que “no Desterro só tem puta, ladrão e veado”. O atual vice-presidente da União dos Moradores, ouvindo tal comentário, ligou para a emissora de rádio, argumentando que tal discurso fora leviano, afirmando “aqui nessa comunidade tem pessoas de bem”. E continuou: “Nós [a União de Moradores] fazemos todo um trabalho de inclusão sócio-econômica e sócio-cultural nessa área. A gente luta pra acabar

---

<sup>107</sup> Refiro-me ao trecho dessa rua localizado acima do muro do Convento das Mercês, visto, normalmente, pelos moradores das *regiões* do “Desterro” e *Centro Histórico* como parte da *região* de “cima” e pelos moradores da *região* de “cima” como parte de uma outra *região*: a *interdita*. Doravante, quando a Rua da Palma adquirir simultaneamente essas duas classificação será grafada como rua da Palma (*região* de “cima”/*região interdita*)

com essa fama de gueto que o [“bairro” do] Desterro tem na cidade. Isso é uma essa herança social da zona, é um cancro que a gente luta para acabar”.

É interessante frisar que tal discurso foi proferido a partir do lugar social de vice-presidente da União dos Moradores. Seu primeiro comentário refere-se à comunidade<sup>108</sup> de modo geral, quando menciona a presença de pessoas de bem no “bairro”. Em seguida há uma referência ao trabalho de inclusão realizado pela União de Moradores, o que pressupõe uma anterior exclusão de moradores do ponto de vista sócio-econômico e sócio-cultural. A fama de gueto, segundo seu discurso, é estendida, por agentes externos, ao “bairro” do Desterro como um todo. Enquanto (vice-presidente e morador de “baixo” somente na frase seguinte ele localiza socialmente uma *região* irradiadora da fama de gueto: a dos herdeiros da “zona”, a dos continuadores do “cancro”, a *região* de “cima”.

Numa das reuniões do Fórum (abril/ 2005) onde se faziam presentes moradores da *região* de “cima”, da *região* do “Desterro” e *Centro Histórico*, representantes do SEBRAE, do CEDUC e da Secretaria Municipal de Turismo, os comentários acerca do assassinato ocorrido na Rua da Palma tiveram grande repercussão. Artur<sup>109</sup>, uma das principais lideranças da *região Centro Histórico*, iniciou seu comentário acerca do episódio comentando a urgência de se discutir junto ao poder público providências plausíveis para garantir a segurança. A principal preocupação parecia ser com a rua da Palma (*região* de “cima”/ *região interdita*). Nas palavras dele:

a violência que ocorre aqui, não é como a violência do Oscar Frota [um dos principais pontos de prostituição no Portinho] não é como a violência do Inferninho [bar situado na Praça do Pescador, situada por muitos moradores na *região* do Desterro]. É a violência escancarada, à luz do dia, na cara de todo mundo, na cara da polícia.

A violência da rua da Palma (*região* de “cima”/ *região interdita*) é considerada distinta e mais grave do que aquela presenciada em outras *regiões* intra *região Centro Histórico* (como o Oscar Frota<sup>110</sup> e o Inferninho), por esta ser uma via pública, onde moradores e freqüentadores do local precisam transitar.

---

<sup>108</sup> A categoria “comunidade” é normalmente acionada pelos informantes em referência à moradores do “bairro” do Desterro ou da *região Centro Histórico*.

<sup>109</sup> ex-morador da *região* do “Desterro” e indivíduo com trânsito e boa acolhida entre os da *região* de “cima” e os da *região* do “Desterro”.

<sup>110</sup> Oscar Frota se localiza no “bairro” do Portinho (*região Centro Histórico*) e é uma denominação comumente utilizada para se referir ao *espaço* apontado como lugar de tráfico, prostituição e violência. Os limites desse trabalho não me permitiram abordar tal *região*. O Inferninho é uma designação atribuída a uma *região* localizada na Praça do Pescador, ( *região* do Desterro). No tópico 3.3, faço algumas considerações acerca desse *espaço*. Tanto o Oscar Frota

A partir desse comentário, os presentes manifestaram sua opinião acerca da violência e do tráfico de drogas. Uns associaram a violência e o tráfico diretamente à zona, outros como um resquício ressemantizado desta, e alguns afirmaram que os envolvidos com a violência se constituiriam em *outsiders*, seriam “gente de fora” que ali chegou há pouco.

O vice-presidente da União de Moradores, morador da *região* do “Desterro”, colocou novamente que “isso era herança social da zona”. Oscar, comerciante e morador da *região Centro Histórico* concordou, mas pintou o quadro com tintas mais amenas: “é um resquício da zona, porque na zona sempre se vendeu maconha”. Relativizando, em seguida, a associação entre tráfico e ZBM: “era um tráfico camuflado, um tráfico com ética, mas havia tráfico”.

Percebo que entre os moradores de “cima” a tendência mais geral seria a negação da relação tráfico/ZBM. Ainda que seus discursos apontem, sutilmente, uma associação entre esses dois elementos, faz-se necessário para esses atores demarcar diferenças entre o tráfico atual e um possível tráfico de outrora. Duas moradoras da *região* de “cima” presentes discordaram, inicialmente, com a associação entre ZBM e tráfico de drogas, para elas, “No tempo da ZBM era diferente”. Em outra ocasião, comentei tal discussão com Isabel, moradora de “cima”, que também se fazia presente ali. Ela colocou que “Se tinha tráfico na zona era muito oculto. Os usuários iam fumar na beira da Praia, não era assim na via pública, que a gente passa e vê as pessoas se destruindo [referindo-se à rua da Palma.]”.

As representantes do CEDUC e do SEBRAE, que já desenvolvem trabalhos na área há mais de um ano, concordaram com as moradoras da *região* de “cima” dizendo: “essas pessoas [que traficam] não são nem daqui”. Esses posicionamentos são emblemáticos. A referência ao tráfico como “herança social da zona”, mesmo um “tráfico com ética”, constitui numa ofensa para aqueles que se identificam como herdeiros da “zona”: os da *região* de “cima”. Já o posicionamento das representantes das instituições se assemelha ao de muitos moradores da *região* de “cima”, que vêem as pessoas que lidam com o tráfico como *outsiders*.

Em relação aos moradores da *região Centro Histórico* e do “Desterro”<sup>111</sup>, posicionamentos diversos são assumidos em relação à classificação dos moradores da rua da Palma. A maioria dos posicionamentos tende a associá-la à *região* de “cima”, representando a

---

como o Inferninho parecem se constituir em *regiões*. O primeiro se constitui numa *região* intra *região Centro Histórico* e o segundo numa *região* intra *região* do “Desterro”.

<sup>111</sup> No tópico 3.2 analiso com mais vagar as representações das *regiões* de “cima e interdita” pelos moradores da *região* do “Desterro”.

violência e o tráfico ali praticados como uma herança direta ou indireta da ZBM. Entre os moradores da *região* de “cima” há dois posicionamentos. O primeiro localiza os elementos negativos (tráfico, prostituição e violência) exclusivamente na Rua da Palma, representada como uma outra *região*: a *interdita*. Essa parece ser a tendência mais geral no posicionamento dos moradores de “cima”, que normalmente classificam os da *região interdita* como *outsiders*. O segundo menciona a incidência dos elementos negativos em toda a *região* de “cima”, mas ressalta que na *região interdita* sua incidência é maior. Nesse segundo posicionamento também é comum a representação dos da *região interdita* como *outsiders*.

Muitos moradores da *região* de “cima” também não ocultam a indignação de conviver com ‘vizinhos’ indesejáveis, os da *região interdita*: “eles não respeitam ninguém”, afirmam muitas vozes. Joana, moradora da Rua da Estrela (*região* de “cima”) e temporariamente residente no Prédio da Escadaria Humberto de Campos (*região Centro Histórico*), disse não gostar de passar pela rua da Palma (*região interdita*): “lá tem gangue, quando a gente morava no casarão da rua da Estrela tinha dia que ninguém dormia com medo da gangue da fonte do Bispo [rival daquela] fazer danação por lá”. Outros informantes também se referem à presença de gangues ali, mas não circunscrevem seus integrantes à *região interdita*, apontando sua incidência em a toda a *região* de “cima”.

Moradores de “cima” que têm filhos na adolescência ou infância, compartilham um outro temor; o de que esses ingressem no mundo do tráfico. D. Isabel, moradora de “cima”, conceitua toda a *região* de “cima” (e não apenas a *região interdita*) como “área de risco”. A convivência cotidiana de seu filho adolescente com outros que têm envolvimento com o tráfico, roubo e gangues, torna-se motivo de preocupação constante:

Eu tenho o meu caçula de 16 anos, [ele] largou de estudar, parou,...Eu já travei uma batalha, não que eu soubesse que ele pegasse [droga], mas ele vive lá brincando e tudo, aí eu não discrimino também. Ele diz : “Mamãe são meus amigos de bola, disso mais daquilo”. Mas eu, [fico] sempre com um pé atrás. Mas a gente tem que confiar que se a gente não confiar, ainda vai ser pior. [...] Mas, graças a Deus, nunca me deu dor de cabeça, com problema de polícia, disso mais daquilo, outro. E eu sempre dou conselho pra ele, não só pra ele, mas pra vários amigos dele e eles tudo me respeitam, me chamam tia Isabel. (entrevista realizada em junho de 2005)

Para essa mãe, a alternativa mais viável para tentar evitar o contato de seu filho com o mundo do crime, da violência e da droga é o aconselhamento constante, visto como mais eficaz que a proibição. Assim, tenta manter um diálogo não só com seu filho, como com outros jovens da “área de risco”. Afirma ainda que “junção com amigos de infância de rua, que se criaram

juntos” é, muitas vezes, motivo de jovens da *região* de “cima” como um todo, serem apontados como traficante ou ladrão por moradores de “cima” e de “baixo”. Seu próprio filho chegou a se queixar disso, conforme narra:

Outro dia ele chegou me dizendo: “Mamãe eu tou tão chateado, mamãe. Mamãe tão me olhando assim de um jeito mamãe. O pessoal fica me olhando de uma maneira assim diferente, eles pensam que eu sou ladrão mamãe, eu não sou ladrão mamãe”. Quer dizer, mal olham a pessoa já vão julgando. As vezes a pessoa nem faz, nem é, mas já estão julgando. (entrevista realizada em junho de 2005)

Presenciei a indignação de um adolescente da rua 28 de julho diante do fato de ser apontado, por moradores da *região* de “cima” como “avião”<sup>112</sup>. Discursos como esses me sugerem uma vigilância constante entre os de “cima” em relação ao contato com o roubo e o tráfico. Qualquer ato suspeito faz com que um indivíduo passe a ser “mal visto” e até evitado pelos outros.

Assim, as amizades e os passos dos menores são acompanhados de perto pelos pais. Num espaço onde as condições modestas de vida são uma constante, o tráfico se constitui num meio de ganhar dinheiro fácil e rápido. Um pai morador da *região* de “cima”, afirma desejar se mudar dali, na tentativa de proteger os filhos de uma provável contaminação.

- Tenho [vontade de sair daqui] por causa dos meus filhos, porque antigamente eu fui criado pra ser um cidadão de bem Eu sou um cara sério, sou casado, sou registrado, sou militar, sou primeira categoria, sou eleitor, sou todo legalizado, fui da polícia quando fui sargento, mas depois que sair da polícia nunca fui nem ser testemunha. To ficando velho e não tenho força, não tenho poder aquisitivo, quero sair daqui por causa dos meus filhos, minha filha tem nove anos, eu sinto que ela é muito curiosa(...) É perigoso, é perigoso demais. (entrevista realizada em novembro de 2004, grifos meus)

Com o intento de demarcar sua distinção em relação aos traficantes e criminosos, o informante aciona diversas categorias a partir das quais se auto-define: o ter sido criado para ser cidadão de bem, o ser sério, casado, registrado, militar, eleitor, legalizado e sem ficha suja na polícia. Neste discurso, esse informante dirige aos da *região interdita* a mesma classificação normalmente acionada pelos da *região* do “baixo” para referir-se aos da *região* de “cima”: a de “traficantes, criminosos, gente que não presta, viciados de fora que vieram empestar o nome do lugar”. Nesta outra figuração, esse morador da *região* de “cima” se auto-define como *estabelecido* e designa os da *região interdita* como *outsiders*. Se muitos moradores de “baixo” se auto-definem como *estabelecidos* e representam os de “cima” como *outsiders* (“gente de fora,

---

<sup>112</sup> Designação comumente atribuída ao intermediário entre traficantes e usuários na venda das drogas.

gente que não presta”), muitos moradores de “cima” lançam essa representação atribuída aos de sua *região* aos da *região interdita*.

É desse mesmo informante o seguinte discurso: “Pra esse povo [da *região*] do “baixo” parece que a gente [os da *região de “cima”*] tem uma doença contagiosa”. O perigo de contágio parece ser lançado de um lado a outro das *fronteiras*: da *região* do “baixo” para a *região de “cima”* e da *região de “cima”* para os da *região interdita*.

Uma outra informante, Lúcia, moradora da rua da Palma (*região interdita*) identificou-se como “moradora do Patrimônio da Humanidade”. Seu discurso<sup>113</sup>, teve como preocupação central o processo de marginalização que afirma estar em curso na *região Centro Histórico*: “as pessoas não vêm [na *região Centro Histórico*] porque marginalizam que só tem traficante, só tem prostituta, travesti e, no entanto, esquecem que nós que somos cidadãos, também estamos aqui”. Moradora da *região* mais estigmatizada intra-*região Centro Histórico*, a *interdita*, Lúcia utiliza a categoria “cidadão” para distinguir-se dos que considera *outros* e que moram (vivem?) ao seu lado: os traficantes, prostitutas e travestis. O pronunciamento de Lúcia é um indício de que dentre os próprios moradores da *interdita* (e, talvez, principalmente entre eles), faz-se necessário acionar cotidianamente critérios que distinguem “cidadãos de bem” de “marginais”.

Outra moradora da *região de “cima”* faz questão de realçar suas diferenças em relação aos da *interdita*, buscando demarcar *fronteiras* entre as duas *regiões*. Os critérios de retidão moral por ela acionados se diferem, contudo, daqueles utilizados pelos da *região* do “Desterro” para definirem-se enquanto *estabelecidos* em relação aos da *região de “cima”*. Em tom de indignação, afirma: “Eu fui prostituta, eu fiz programa pra sobreviver, eu passei fome, eu dormi na rua, eu apanhei da polícia, eu já fui pra cadeia, mas eu nunca roubei, nunca matei e nunca usei nem trafiquei droga”.

A profissão estigmatizada (prostituição), a condição econômica desfavorável (eu passei fome) e a passagem pela polícia, não ferem o caráter de quem se atribui retidão moral (*estabelecido*) em relação ao *outro (outsider)*, designado como moralmente inferior por ser ladrão, assassino, traficante ou usuário de droga.

Em outras ocasiões, essa mesma moradora parece relativizar a incidência da criminalidade como atributo exclusivo da *região interdita*, estendendo-a para toda a *região de “cima”*. A título de exemplo, em janeiro de 2005, quando procurava um local para morar naquela área, me

---

<sup>113</sup> Em discurso proferido durante o II Seminário.

aconselhou dizendo: “Não é bom tu morar nesse pedaço aqui [na *região* de “cima”]. Mora pra lá [apontando na direção da *região* do “Desterro”] ou pra lá [referindo-se à Praia Grande]. Não é legal tu morar aqui não.”

Num boteco, situado na *fronteira* das *regiões* de “cima” e *interdita*, presenciei um episódio significativo. Um conhecido boêmio da *região* de “cima” dirigiu-se várias vezes a um jovem, que incomodava a mim e a minha informante/amiga pedindo cigarro, mandando-o ir embora. O jovem, que “vive” pela Rua da Palma (*região interdita*), insistia em permanecer no local. O boêmio, já impaciente, começou a insultá-lo: “sai daqui ladrão vagabundo, tu é um ladrão sem vergonha, um ladrão safado”. Depois dos insultos e do boêmio colocar-se de pé, diante dele, numa postura de ameaça, o jovem saiu do recinto. Na saída deste, aquele afirmou: “Não sei aonde estou com a cabeça que eu não fiz um serviço nesse cara”. E minha informante, sorrindo: “Tu tá armado?”

Essa cena corriqueira, também traz em si algumas pistas dos critérios de classificação acionados pelos de “cima” para distinguir-se dos da *região interdita*. As quatro categorias acionadas na fala do boêmio: “ladrão, vagabundo, safado e sem vergonha”, são os critérios por ele acionados para desqualificar o jovem. A boêmia, o fato de andar armado e o desejo de “fazer um serviço” no jovem não igualam esses dois agentes na perspectiva dos da *região* de “cima”. O sorriso aprovador de minha informante/amiga ao perguntar se ele estava armado parece-me um indício dessa distinção. Ser “pinguço”, e utilizar uma arma (no caso uma faca) para “fazer um serviço” (furar) num sujeito desqualificado moralmente (por não querer trabalhar e por não ter caráter) não é tida como uma atitude desonrosa, pelo contrário, tal atitude é virtuosa, pois tem uma finalidade disciplinadora (dar uma lição). Em outras palavras: entre os de “cima”, “fazer um serviço” num “ladrão, vagabundo, safado e sem vergonha,” pode ser um ato perigoso, mas não vergonhoso, sendo mesmo um instrumento de restauração da moral..

Percebo entre moradores de “cima” a necessidade de demarcar uma *fronteira* intra-*região* de “cima”, a qual estabelece uma outra *região*: a *interdita*. As classificações acionadas por moradores de “cima” constroem entre estes e os da *interdita* uma figuração *estabelecidos-outsiders*, onde os de “cima” atuam como *estabelecidos* (por se auto-definirem como dotados de retidão moral) e os da *interdita* como *outsiders* (por serem definidos como desviantes da moral e como “gente de fora”) Os critérios de classificação acionados se referem a elementos que, para os de “cima”, são tidos como indicativos de retidão moral: o não envolvimento com a criminalidade.

### 3.1.6 Sem emprego, sem casa, e sem educação: vulneráveis e marginalizados.

Em outros momentos é possível mapear indícios de critérios de classificação comuns à *região* de “cima” e à *interdita*: “ser desempregado”, “ser sem casa”, “ser sem educação” e “ser esquecido pelo poder público.” Em torno de tais critérios os de “cima” parecem reconhecer, por vezes, os da *região interdita* como *mesmos*.

Assim como nos tópicos anteriores, faz-se necessário inserir nessa discussão posicionamentos, práticas e discursos de moradores das *regiões* de “baixo” e *Centro Histórico*, especialmente, quando abordo questões referentes à programas de moradia popular previstos para essa última *região*.

A preocupação com a segurança da *região Centro Histórico* é comum a moradores das *regiões* estudadas. Mas, entre os de “cima” e os da *região interdita* tal preocupação parece maior. O fato de tais moradores lidarem cotidianamente com incidentes como: assassinatos, brigas de gangues, batidas e omissões da polícia, faz com que muitas vezes laços de solidariedade se construam entre eles.

Em abril deste ano, ocorreram na Rua da Palma (*região interdita*) episódios ilustrativos dessas questões. O primeiro refere-se ao assassinato de um morador dessa rua que tinha envolvimento com furto e tráfico de drogas. Malgrado sua condição de criminoso, D. Isabel, moradora da *região* de “cima”, reivindicou<sup>114</sup> justiça para a vítima utilizando a expressão: “era uma pessoa humana, podia ser quem fosse, mas era humano”. A utilização do argumento “ser uma pessoa humana” parece-me sugestiva de identificação entre os de “cima” e os da *interdita*.

Mas, como as identificações entre os moradores dessas duas *regiões*, ocorrem a partir de movimentos onde estes ora se classificam como *outros*, ora se reconhecem como *mesmos*, em outro momento do seu discurso, essa mesma moradora de “cima” sugere apreensão em relação ao modo de vida da *região interdita*. O outro apelo que faz às autoridades policiais diz respeito a uma tentativa de estupro também ocorrido nessa *região*, envolvendo uma criança de 5 anos e um dono de uma gráfica, morador da rua da Palma. No seu discurso vários elementos negativos em relação à *região interdita* são mencionados:

Então nós estamos assim muito apreensivas sobre essas crianças que mora nesses prédios abandonado, muitas das mães as vezes se embebedam, os pais também, deixam

---

<sup>114</sup> Em discurso proferido durante o II Seminário.



as crianças à toa nas rua e sem [inaudível] algum, só de calcinha pelo meio da rua. E hoje em dia tem muitas pessoas perversas. Então se a mãe não fosse mais rápida que sentiu falta da menina, o homem já tava a ponto de estrupar a criança. (discurso proferido durante o II Seminário.)

“Morar em prédios abandonados”, “pais que se embebedam”, “crianças deixadas à toa só de calcinha na rua” são alguns dos elementos negativos enumerados em sua fala. A referência a pessoas perversas não é seguida de uma localização delas numa *região* específica, pois seria antes a característica de um tempo (“hoje em dia”) do que de um lugar. O perigo de desvio dos jovens da *região* de “cima” não é esquecido em sua fala, quando reivindica junto aos representantes de órgãos públicos e instituições privadas ali presentes cursos profissionalizantes na *região Centro Histórico*: “para que eles não possam estar pelas esquinas, não estar pensando em fazer besteiras”.

Seu diálogo constante com os jovens do que designa “área de risco”<sup>115</sup>, mencionado no tópico anterior, faz dessa agente uma espécie de mediadora entre esses e o poder público. Em outra ocasião, comentou o interesse desses jovens na realização de cursos profissionalizantes há muito prometidos na *região Centro Histórico*. Para esta e outros moradores da *região* de “cima”, em particular, e da *região Centro Histórico*, de um modo geral, essa seria a forma mais viável de tornar esses jovens imunes às influências da criminalidade ali presentes.

Outros discursos apontam para uma preocupação que não se restringe apenas à juventude da *região* de “cima”, mas a uma numerosa população ociosa de moradores da *região Centro Histórico*. Na *região* de “cima” a maioria dos moradores se reconhece como sem casa, e sem emprego. Muitos deles sobrevivem “atrás de uma caixa de isopor ou vendendo bombons”, mas nem mesmo o comércio informal pode ser exercido no Reviver, já que desde o início deste ano a Prefeitura de São Luís proibiu o comércio ambulante ali. Como definiu uma moradora de “cima” nas *regiões* de “cima” e *interdita* “quem não é ambulante, vende droga.”. Em torno do desemprego e da falta de instrução, os moradores dessas duas *regiões* parecem se identificar.

A moradia é outra preocupação central não só dos da *região* de “cima” e *interdita*, como de muitos da *região Centro Histórico* que “moram de favor” em prédios cedidos pelos proprietários ou que “invadem prédios abandonados”. Intervenções realizadas por órgãos públicos têm deixado em alerta muitos moradores que vivem nessas condições.

---

<sup>115</sup> Designação dada por esta moradora à *região* de “cima”.

Em setembro de 2005, o IPHAN e a Prefeitura de São Luís, numa parceria com a Caixa Econômica Federal, iniciaram, por ordem do Ministério Público, a estabilização de nove prédios da *região Centro Histórico*, que apresentavam risco iminente de desabamento. Todos estes eram ocupados por moradores e trabalhadores que neles instalavam seus comércios e oficinas. Para que a estabilização fosse efetivada, tais prédios foram desocupados. Os órgãos envolvidos nessa obra garantiram aos que tinham moradia<sup>116</sup> nestes imóveis o deslocamento para um “prédio abrigo” situado na Escadaria Humberto de Campos, no “bairro” da Praia Grande (*região Centro Histórico*) Um documento assinado pela Prefeitura de São Luís, pela União de Moradores do Centro Histórico e pelo Ministério Público garantia aos moradores deslocados o retorno aos prédios de origem, assim que as obras forem concluídas.<sup>117</sup>

Diante dessa questão que tem atingido e vai atingir<sup>118</sup> muitos outros moradores da *região Centro Histórico*, muitos têm se pronunciado. D. Isabel, moradora da *região* de “cima” se pronunciou acerca dessa questão:

E também sobre os moradores pra saber se realmente eles irão voltar para os prédios de origem e se vão ter realmente esses apartamentos para que sejam para os próprios moradores daqui do bairro, porque muitas pessoas carentes que vive assim morando de favor, de prédios assim invadidos e outras coisas mais. Então nós tamos pensando nessas pessoas que estão sem ter onde morar e apreensivos [em relação a] se vão voltar realmente. (discurso proferido durante o II Seminário.)

Entre os moradores de “cima” (e do *Centro Histórico* de um modo geral) é comum acionar o argumento da carência (o não ter onde morar) como estratégia política de reivindicação de participação em projetos de adaptação de casarões da *região Centro Histórico* para construção de apartamentos populares. Além do argumento da carência, aciona-se comumente, também, o “ser morador do [da *região*] *Centro Histórico*”. O fato de projetos de moradias até então realizados nessa *região* terem beneficiado funcionários públicos do Estado, conceituados como “gente de fora do bairro” e “gente que tem condição de adquirir casa própria”, tem sido motivo de reclamação entre moradores da *região Centro Histórico*.

Em se tratando de programas de moradia para a *região Centro Histórico*, percebo tanto disputas como laços de solidariedade entre os moradores das *regiões* de “baixo” e de “cima”, que

---

<sup>116</sup> Àqueles que possuíam oficinas e comércios nesses prédios, não foi assegurado outro local para o exercício dessas atividades durante a realização das obras.

<sup>117</sup> A previsão era de que tais obras durassem sete meses, prazo que espirou em abril deste ano. Até o momento nenhuma das obras foram concluídas.

<sup>118</sup> Outros prédios dessa área serão desocupados para que se efetivem obras de estabilização, assim que as obras em andamento forem concluídas.

ora demarcam, com ênfase, suas distinções, ora unem-se em prol de objetivos comuns fazendo-se *mesmos*, ainda que em momentos extraordinários e fugazes.

A reivindicação de beneficiamento em projetos de moradia efetuados na *região Centro Histórico* é um elemento em torno do qual moradores das *regiões* de “cima” e de “baixo” demonstraram interesse. Embora sejam os da *região* de “cima” os que sofrem mais diretamente as conseqüências das intervenções públicas nos seus locais de moradia, muitos moradores de “baixo”, que vivem em casas alugadas ou em casas próprias de parentes, têm interesse (e necessidade) em adquirir apartamentos adaptados em casarões.

A aquisição de prédios por empresários brasileiros e estrangeiros tem deixado em alerta moradores da *região Centro Histórico* que temem a efetivação de um processo de esvaziamento de moradias nessa *região*. Aroldo, morador da *região* do “Desterro”, afirma que “daqui há uns vinte anos o [bairro do] Desterro vai tá igual à Praia Grande: não vai mais ter morador, só vai ter bar, pousada e repartição pública. Quando eu falo isso tem gente que diz que eu sou pessimista, mas é verdade. Vocês vão ver”.

Moradores de “cima” e de “baixo” reivindicam a realização de projetos de restauro e adaptação de prédios para a construção de apartamentos e quitinetes em benefício dos moradores da *região Centro Histórico*. O argumento normalmente utilizado nessas reivindicações é o pertencimento e a identificação dos moradores com a *região*, como no discurso de Almir, morador da *região Centro Histórico*:

Por que não assentar esse povo que ta aqui no Centro Histórico há tantos anos no seu habitat? Esse pessoal que tá aqui há tanto tempo não se adapta mais em outro lugar. O seu Mercado Central, o seu Mercado do Peixe, onde compra seu peixe todos os dias, o seu farmacêutico, seu Elias, que consulta há mais de 45 anos. Então eu peço às autoridades que olhem por esse lado. Vamos procurar fazer um projeto de transformar esses prédios, esses casarões abandonados que estão desabando e servindo de apoio aos marginais. Os maconheiros que me desculpem, mas eu tenho que falar isso aqui. Transformar em pequenas quitinetes pra dar pra esse povo, que tão necessitando, morar, pagando uma prestação irrisória, conforme seu orçamento familiar, conforme seu salário (discurso proferido durante o II Seminário).

Usando metáforas da biologia, Almir afirma a identificação entre os moradores e *o espaço físico*. A *região Centro Histórico* já teria se feito “habitat” desses moradores que não conseguiriam sobreviver (se “adaptar”) em outro ambiente. As atividades mais corriqueiras, como ir ao mercado ou fazer uma consulta na farmácia, já teriam se tornado ações enraizadas e imprescindíveis para a manutenção de suas vidas. O verbo utilizado pelo agente para fazer a

reivindicação é sugestivo de nota: assentar. É como enraizados e sem teto (moradia) que representa os moradores, considerados por ele como os únicos dignos de tal benefício<sup>119</sup>.

A categoria morador, para tal informante, se distingue de uma outra: a categoria “marginal”, que designa aqueles que se valem de prédios abandonados com risco de desabamento para o uso da maconha. Esses não são considerados dignos do benefício; os projetos de moradia são vistos como uma forma de expulsar esses “maconheiros” da *região Centro Histórico*. A prestação irrisória é uma segunda condição apontada para a viabilização de tal projeto, já que os moradores da *região Centro Histórico* têm um “orçamento familiar”, um “salário” reduzido.

O acionamento dessa segunda condição opera outra clivagem: os que têm salário e orçamento familiar (ainda que reduzido) e os “sem renda”. Excluindo os “maconheiros” e os sem renda (ou desempregados), esse informante exclui uma parcela significativa da *região Centro Histórico*: a *região* de “cima”.

Já Aroldo, morador de “baixo”, enfatiza no seu discurso a necessidade de incluir todos os moradores da *região Centro Histórico*, inclusive os desempregados nos projetos:

porque ali dentro dos prédios é que está o verdadeiro valor do nosso patrimônio: essa comunidade que vive nesses prédios. Então essa é a maior recuperação que nós devemos pensar, investir nessas pessoas. Se nós conseguirmos investir nessas pessoas, com certeza nós teremos mais prédios conservados, mais moradia, porque eles mesmos, cada um, vai ajeitando um pedacinho com uma telha, um barro, com seu próprio sustento (discurso proferido durante o II Seminário).

Nesse discurso Aroldo inclui os da *região* de “cima” como legítimos beneficiários de projetos que venham a ser realizado na *região Centro Histórico*. O investimento nessas pessoas teria um retorno para a *região*: a conservação dos prédios do *Centro Histórico*.

Sem casa, sem emprego e sem educação, assim, os moradores da *região* de “cima” e *interdita* se auto definem na perspectiva de uma luta em prol de um beneficiamento nos projetos a serem realizados na *região Centro Histórico*. Das Dorez, moradora de “cima”, reclama da falta de um trabalho voltado para a educação dos que, afirma, representam 80% da população da *região Centro Histórico*: homens e mulheres que não têm emprego nem renda fixa. Tal trabalho de educação, segundo argumenta, deveria envolver desde a questão da auto-estima até regras elementares de boa educação, essenciais para quem lida com pessoas humanas. Conforme coloca:

---

<sup>119</sup> Esse informante aponta que os beneficiados com os programas de moradia da *região Centro Histórico* são pessoas de fora, que se identificam com a área e não tem necessidade de local de moradia e utilizam tais apartamentos para fazer “bacanaís” nos finais de semana.

“eu não fui educada sabendo que quando se encontra uma pessoa na rua se dá bom dia, eu não fui educada sabendo que não se deve jogar lixo na rua.”

Faz se necessário frisar que em muitos discursos os *nós* referidos não têm uma correspondência direta com as *regiões* que utilizo como ferramenta conceitual nesse trabalho. Nessa última fala de Das Dores o *nós* por ela acionado, qual seja, o *nós* desempregados moradores da *região Centro Histórico*, engloba, mas extrapola, o *nós* moradores da *região* de “cima”.

É em relação a esse *nós*, desempregados moradores da *região Centro Histórico*, que Das Dores reivindica uma educação que lhes possibilite “esperar e explorar essa cultura [o turismo]”. O trabalho até então realizado no bairro (leia-se na *região Centro Histórico*) foi, para ela, apenas “um paliativo de rua, uma fachada”. Assim, além do trabalho “com concreto”, diz ser necessário haver um investimento que faça com que “pessoas daqui do bairro” comecem “a puxar alguma coisa”. E continua: “Que de repente quem ganha não são os moradores, não é a comunidade, certo? Quem ganha são pessoas de fora, não é pessoas daqui do bairro, as pessoas daqui não tiveram direito a nada”.

A reivindicação na participação dos projetos a serem realizados na *região Centro Histórico* deve, afirma, ser realizado por um *nós*, os 80% de desempregados e sem casa própria. Ela separa, portanto, um eles, os 20% que têm casa e emprego (que engloba, mas não se restringe, a muitos moradores da *região* do Desterro<sup>120</sup>). Em outros momentos de sua fala esse *nós* acionado, os 80% de desempregados, parece carregar sobre si o peso de uma “herança social da zona”:

Não interessa se alguém vai dizer, se alguém vai me agredir, se alguém vai chamar de [inaudível]. E nós somos mesmo Nós somos esquecidos pelo poder público, nós somos esquecidos por n coisas, porque a gente paga uma coisa que passou há muito tempo atrás que ainda sobrecarrega a questão do preconceito e muitas outras coisas. Mas, em nenhum momento as autoridades pararam para fazer um trabalho com a gente, pra saber o que que a gente pensa, o que que a gente é, o que que a gente faz. (discurso proferido durante o II Seminário, grifos meus).

Esse *nós*, conceituado como “esquecidos pelo poder público”, engloba para essa informante os desempregados, que, afirma “são pessoas vulneráveis a ficar vivendo com as drogas, com a prostituição, isso porque tem uma grande ociosidade, a questão do desemprego”. É

---

<sup>120</sup> Entre os moradores da *região* do “Desterro” também figuram desempregados e subempregados, mas na *região* de “cima” é maior o número de pessoas com emprego fixo.

recorrente na fala de outros informantes, tanto da *região* de “cima” como da *região* do “Desterro”, a associação da prática do tráfico, da criminalidade e da prostituição como decorrência da ociosidade que lhes tornam vulneráveis.

D. Isabel, moradora de “cima”, referindo-se aos da *região interdita* que lidam com tais práticas cotidianamente, afirma tratar-se de “pessoas sofridas, que não têm uma vida quieta, é uma vida atribulada, que mexe com essas coisas que não devem mexer e, de vez em quando, polícia tá correndo atrás e tá levando.” Para essa informante é preciso dar a essas “pessoas sofridas” uma oportunidade (emprego, ocupação e formação) para que possam ser recuperadas. Nas suas palavras: “Olha, tem muitos de idade já adulta, que têm profissão, agora não têm oportunidade. Porque todo mundo tem que ter oportunidade, senão como é que a gente vai recuperar aquela pessoa”.

Várias reuniões do Fórum tiveram como pauta elaborar um documento onde constassem propostas e reivindicações dos moradores da *região Centro Histórico* junto aos órgãos públicos que atuam na área. Entre as propostas então elaboradas, com o objetivo de construir estratégias de inclusão social da população desempregada e subempregada da *região Centro Histórico* de um modo geral (e mais especificamente da *região* de “cima” e *interdita*) de recuperar ou evitar sua marginalização, constam: a criação de cursos profissionalizantes para jovens e adultos e o engajamento profissional dos moradores em obras públicas ali realizadas, tais como: restauro e estabilização de prédios. Afirmam que, há um número significativo de pedreiros, carpinteiros, pintores e eletricitas, atualmente ociosos, que podem ser aproveitados como mão-de-obra.

Segundo moradores de “cima”, a formação e o engajamento profissional são apontados como elementos essenciais para combater uma ociosidade que torna homens e mulheres, jovens e adultos vulneráveis ao tráfico, ao crime e à prostituição. Muitos cursos de curta duração realizados na área pelo SEBRAE e SENAC<sup>121</sup> são vistos pelos moradores de “cima” como uma forma de amenizar o exercício da prostituição como fonte de renda. Das Dores, presidente da APROSMA e moradora da *região* de “cima”, assim coloca para muitas das mulheres que atuam como prostitutas na *região Centro Histórico*: “se eu sei fazer outra coisa, eu não preciso fazer programa todo dia, o dia que eu não quiser fazer programa, eu posso fazer uma unha, eu posso

---

<sup>121</sup> Esses cursos têm normalmente com duração de quarenta horas e são voltados para a comunidade do Centro Histórico. Entre outros já foram realizados cursos de corte e costura, manicura e pedicura, doces caseiros, comidas típicas, salgadinhos, e confecção de bijuterias. Como fruto desses cursos, já foi criado em setembro de 2003 a Cooperativa Gastronômica, formada por homens e mulheres da *região* Centro Histórico. Há projetos da formação de outras cooperativas na área, que aguardam parcerias para sua efetivação.

fazer calcinha e sutiã para vender, eu posso fazer bijuteria, eu posso fazer uma comida típica pra vender”.

Normalmente nesses cursos participam pessoas de toda a *região Centro Histórico*, independentemente de seu envolvimento ou não com a prostituição ou a criminalidade. Falando da oportunidade impar que tais cursos proporcionam a mulheres estigmatizadas pelo exercício da prostituição, essa informante prossegue: “você podem entrar numa sala de um curso desses sem precisar dizer pra ninguém que vocês fazem programa”. Outros moradores da *região* de “cima” como D. Isabel, também afirmam que tais cursos são uma forma lenta e gradual de acabar com a necessidade do ofício da prostituição naquela *região*, pois esta formação pode lhes garantir sustentabilidade para que não “precisem estar mais assim nessa vida”.

A partir destes e de outros discursos, pode-se perceber entre os de “cima” uma tendência à desvalorização da atividade da prostituição. Ao mesmo tempo em que reconstroem com belas tintas uma prostituição elitizada e decente no tempo da ZBM, a prática atual da prostituição na *região Centro Histórico* é vista como degradante. Nesse sentido, muitos discursos são emitidos em prol da viabilização de uma outra alternativa de sobrevivência para os que exercem tal atividade.

Uma outra preocupação constante entre os moradores da *região* de “cima” são as crianças que vivem na *região interdita*. São comuns reivindicações por uma creche para atender a essa clientela, fato que garantiria condições de vida mais dignas para as crianças, em relação à saúde, alimentação e educação, e, ao mesmo tempo, permitiria às mães um maior tempo disponível para dedicar-se a atividades profissionais.

Alguns moradores da *região* de “cima”, como D. Isabel, enfatizam, porém, a necessidade de um trabalho simultâneo de engajamento profissional dos pais, senão, a vulnerabilidade desses à “danação” aumentaria. Nas palavras de Isabel, faz-se necessário,

uma creche para as crianças e alguns afazeres pras mães e pros pais, porque não adianta botar as crianças na creche e eles ficar sem fazer nada e ficar pintando e bordando porque sabem que as crianças tão num lugar adequado, tão almoçando, sai jantado, merendado, sai banhado e eles ficando na danação. (entrevista realizada em junho de 2005, grifos meus)

A preocupação com as crianças da *região interdita* faz-se, muitas vezes, acompanhada do acionamento de critérios de classificação: o descuido dos pais, sua propensão aos vícios (consumo de álcool, maconha e merla), são apontados como diferenciais dos da *região interdita*

em relação aos demais moradores da *região* de “cima”. Lúcia, moradora da *região interdita* que se define como “cidadã” em distinção aos moradores dessa *região* apontados como marginais, também corrobora essa representação. Refere-se à situação de descuido e descaso com tais crianças, e a atribui a dois agentes: os pais e as autoridades. A abertura de uma creche e um trabalho contínuo do Juizado de Menores são as estratégias apontadas por ela para se resolver tal questão.

Então o que eu reivindico aqui é uma guarita policial e uma creche também pra essas crianças que vivem na rua, não têm o que comer, certo? Vivem em prédios que estão desabando, correndo risco também de serem mortos e de no caso também do Juizado ta passando todos os dias e não só um dia, porque o simples fato de uma criança, ele não tem a ficar até meia noite, uma hora na rua, quando der nove horas ele tem que estar em casa, pra de dia ele estar estudando. Então acontece esse descaso. (discurso proferido durante o II Seminário)

Vários trechos do discurso proferido por Das Dores sugerem um diálogo com o discurso de Lúcia. O ponto de reivindicação central do discurso de Das Dores é a geração de empregos e renda para os moradores da *região Centro Histórico*. Já Lúcia, depois de fazer as reivindicações acima referidas, finalizou seu discurso falando da necessidade de se preservar e zelar pelo patrimônio histórico. Das Dores, em meio a sua fala pergunta: “Como é que nós vamos colaborar com o Centro Histórico se nem trabalhar nós podemos?” E continua, complementando questões colocadas por Lúcia, como a educação das crianças e a necessidade de uma creche:

Como vamos educar os nossos filhos se a gente anoitece e amanhece vendo o turista passar e a gente não tem nada pra oferecer. Porque de repente isso poderia ser feito, a gente poderia ter uma banquinha na porta, a gente poderia vender um bolinho, uma coisa ou outra. A gente resolveu fazer uma campanha SOS Centro Histórico, saúde, segurança, trabalho, que é importante porque se não se trabalha não se tem saúde, não se tem comida, não se tem nada. É valioso se ter uma creche, é mas é importante o pai e a mãe do menino, que as vezes ta lá na creche, ele só vai para a creche se a mãe do menino tiver o que fazer. Se ela não tiver, não adianta o menino tá na creche, porque eu não vou botar meu filho na creche e ficar em casa fazendo nada. (discurso proferido durante o II Seminário, grifos meus)

Nesses dois discursos pronunciados por moradoras, percebem-se pontos de vistas comuns, apesar de serem traçadas prioridades distintas. Lúcia, por morar no *território* da *região interdita* talvez tenha mais necessidade de demarcar diferenças entre si e os moradores dessa *região*. Já Das Dores, moradora da *região* de “cima”, talvez por ter atuado durante muitos anos como prostituta e por ser uma liderança entre os que designa como “desempregados do Centro Histórico”, aciona no seu discurso elementos que a identificam com os da *região interdita*.



Para Lúcia as prioridades são uma guarita policial, (provavelmente pensada como solução para inibir o tráfico) uma creche e um trabalho mais eficaz do Juizado de menores. Ela não menciona, em momento nenhum de seu discurso, a necessidade de realização de um trabalho junto aos pais das crianças, talvez por considerá-los irrecuperáveis. O discurso de Das Dores aponta como prioridades um trabalho de educação (que envolvesse desde as relações humanas até um maior esclarecimento sobre a questão do patrimônio) e a geração de empregos para os moradores da *região Centro Histórico*. Já Isabel, como Das Dores, reconhece a necessidade de aliar serviços de assistência social (como uma creche) à geração de empregos para moradores que, por sua ociosidade, se tornam vulneráveis ao tráfico, ao crime e à prostituição.

Apesar da diversidade i existente entre seus moradores, percebo, em vários momentos, nos discursos e práticas dos de “cima” uma aproximação com os da *região interdita*, que lhes faz momentaneamente representarem-se e agirem como um *nós*, já que os “sem casa, sem emprego e sem educação”, apontam sutil ou explicitamente que podem, por necessidade, render-se ao tráfico, ao crime e à prostituição.

### **3.2 Quando os de “cima” são “zona”**

Nesse tópico busco mapear e interpretar critérios de classificação acionados pelos moradores de “baixo” para definir moradores de “cima”. Percebo que as representações elaboradas não têm uma homogeneidade. À medida que os moradores de “baixo” têm maior trânsito entre os de “cima”, as classificações negativas a estes atribuídos tendem a ser relativizadas.

São comuns entre moradores de “baixo” a definição dos de “cima” como *outsiders* (invasores e indivíduos desqualificados moralmente)

#### **3.2.1 De “diambeiros, assaltantes e estupradores” *outsiders* a “vagabundinhos fixos”, “mansos como o cachorro ao dono”**

Entre os de “baixo” é comum a designação da *região* de “cima” como “zona”. Expressões como “os meninos da zona”, “lá na zona” são comumente acionadas por pessoas que, em outros momentos, reconhecem certa inadequação no uso dessa expressão, dizendo: “engraçado, zona

acabou e eles [leia-se nós] continuam chamando zona”. Outros utilizam corriqueiramente a expressão “zona” para designar a *região* de “cima”, sem demonstrar qualquer sensação de inadequação no seu uso, o que sugere que o emprego do termo entre os de “baixo” não seja anacrônico, pois, para muitos deles, a “zona” não acabou: ela se degradou.

Glória, moradora da *região* de “baixo” há mais de 60 anos, enquanto relembra a antiga ZBM como “uma zona sofisticada”, representa a “zona” de hoje como lugar de marginais (maconheiros, estupradores e assaltantes), maus elementos “que chegaram ontem” [*outsiders*] e que não teriam nenhum direito de participar dos projetos de revitalização da *região Centro Histórico*, pelo contrário, deveriam ser dali expulsos para que essa *região* seja valorizada. Sua fala ilustra tal representação:

Uma imundície que tem aí agora, è imundície. Eu acho um absurdo quando o governo diz: “Vamos conservar os moradores”. Eles não eram nem donos da situação, eles chegaram ontem. Tudo assaltante, tudo maconheiro, tudo estuprador, querendo conservar uma merda dessa, desculpa até a expressão aí. Uma tristeza. Podiam pegar esses sobradões, se querem mudar, se querem conservar, reforma esses sobradões, coloca uma faculdade, coloca um posto de saúde, ou então um colégio, ou então uma pousada pra turista, pra turismo, não é aquela gente, não é aquela, que ali tudo é diambeiro, é maconheiro, estuprador, ladrão, assaltante, você não pode passar lá agora [a noite], não pode passar, primeiro que já quebraram todas as luzes e as iluminarias da rua. (entrevista realizada em maio de 2005, grifos meus)

Enquanto muitos moradores da *região* de “cima” esperam ser beneficiados por projetos de moradia popular a serem efetivados na *região Centro Histórico*, esta informante de “baixo” traça outras prioridades para a área, tais como: faculdade, colégio, posto de saúde e pousada. Aqueles designados como os que “chegaram ontem” não teriam qualquer direito de participar desses projetos.

Apreciadora do ambiente do Reviver<sup>122</sup>, Glória hoje se diz receosa de passar pelo trecho (a *região* de “cima”) que separa a *região* do “Desterro” do “bairro” da Praia Grande. Aponta que a *região* de “cima” hoje é um viveiro de marginais que não conta sequer com iluminação pública, pois, afirma: “Eles mesmos que quebram (os postes) pra poder assaltar. Eles metem o revólver, a faca, tudo. E isso é justo? Isso é admissível, isso é adequado para uma capital que se diz cultura, patrimônio histórico?”

A *região* de “cima” é, pois, na sua representação, uma nódoa que enfeia, desvaloriza e torna perigosa a *região* Centro Histórico. Quando me refiro à rua 28 de julho, por exemplo, ela

---

<sup>122</sup> Vide nota 2.

assim a descreve : “- Ainda é zona. Não existe mais nada, só tem gente à toa. Tu tá entendendo onde eu quero chegar. Essas pessoas que tão lá são invasores, são penetras.”

Para ela existem dois grupos distintos: o dos moradores, proprietários das casas, que, no caso da *região* de “cima”, já “foram embora, já morreram há muito tempo”, e os “invasores e penetras”, que, atraídos pelos prédios desocupados, neles se alojaram. Aponta que a esses últimos não deve ser reservado nenhum lugar dentro dos programas implementados na *região Centro Histórico*, pois, o “atoísmo, a malandragem e a imundície” devem ser extirpados para que São Luís possa fazer jus ao título de patrimônio da humanidade. Onde funcionou a zona, segundo ela, não tem mais moradores, esses já morreram, só restam *outsiders* (penetras, invasores e pessoas de baixo nível moral).

Brena, moradora da *região* de “baixo”, atua como agente comunitária de saúde tanto na *região* de “cima” como na *região* de “baixo”. Para ela, como para a última informante, há uma diferença muito grande entre as duas *regiões*. Enquanto os de “baixo” são vistos como mais cuidadosos com os filhos, mais preocupados com a higiene das ruas e das casas e, normalmente, têm um índice de escolaridade avançado (“tem muita gente com terceiro grau”), a representação que elabora da *região* de “cima” é bem distinta.

Quando lhe perguntei se as crianças da *região* de “cima” estudavam, ela colocou que “vão pro colégio minha irmã, mas não sabem nadinha”. O desleixo dos pais com os filhos é enfatizado em outras falas da informante, quando se refere à sua constante embriaguês e aos riscos vividos cotidianamente pelas crianças dessa *região*.

Comentando uma tentativa de estupro de uma criança de cinco anos na Rua da Palma (*região* de “cima”) aponta a responsabilidade dos pais em incidentes como esses.

mas sabe qual é o problema, não é querendo falar não, mas é porque a mãe tava mesmo era bebendo cerveja e deixa os menino tudo na rua correndo que nem o cão. Porque lá a gente vê, menina, mulher correndo no meio da rua, eles nem ligam e ali passa carro toda hora. Aí depois fica chorando, ela tava era bebendo, menina! (entrevista realizada em maio de 2005)

Brena afirma que nos últimos anos a *região Centro Histórico* tem ficado mais bonita com o calçamento das ruas com pedras e com a rede de iluminação subterrânea com postes que simulam lampiões. Diz ter ficado mais orgulhosa do lugar onde mora após a obtenção do título de patrimônio da humanidade pela cidade de São Luís, e é com garbo que fala para os amigos: “Eu moro no Centro Histórico, lá no Desterro, perto do Convento, da Igreja do Desterro e coisa e tal.

E o povo fica: pôxa, mas ali é lindo!” O que, segundo ela, prejudica a imagem da *região* do Centro Histórico “é só aquela rua da Palma [*região* de “cima”]”.

As representações negativas muitas vezes especificadas por Brena como referentes ao *território* da *região interdita* (como a Rua da Palma), são, em outros momentos, estendidas à *região* de “cima” como um todo. Mas seu trabalho realizado naquela *região* lhe faz ter certo cuidado com as generalizações. Assim, quando lhe pedi que descrevesse a *região* de “cima”, iniciou sua fala alertando: “não são todas as famílias, porque tem famílias maravilhosas lá em cima”. Depois desse alerta, traça um retrato não muito favorável dessa *região*:

Mas é muito traficante, as mulheres bem bem à toa mesmo, entendeu. Eu não sei se são moradores mesmo daqui entendeu? Mas ficam aí, eles passam muito tempo aí, vem de outro lugar e se hospedam nesses [quartos]. Com renda bem baixa mesmo as pessoas que se hospedam aí em cima desses quartos. (entrevista realizada em maio de 2005, grifos meus)

Apesar de conceber representações diversificadas da *região* de “cima” (“não são todas as famílias”) os elementos acionados para referir-se a ela são os mesmos que, por vezes, localiza com precisão na *região interdita*. O tráfico, o “atoísmo”, a falta de cuidado com os filhos, com a higiene e a aparência da rua (“aquelas mulherzinhas na porta e eles cortam peixe na porta da rua, que diacho é aquilo, os gato tudo do lado, iche!”) aparecem muitas vezes em seus discursos como extensivos a toda a *região* de “cima”. Somente em alguns momentos da entrevista, quando pergunto especificamente sobre alguma rua, é possível localizar que a maioria dos elementos acionados para representar a *região* de “cima” têm como referência empírica o *território* da *região interdita*<sup>123</sup>. Quando lhe pergunto se a 28 é como a Rua da Palma, ela diz, como que se admirando da própria constatação que a experiência mais próxima com as pessoas do lugar lhe permitiu elaborar: “gente, a 28 é muito tranqüila, gente!”.

A classificação dos “traficantes” e das “mulheres à toa” como “gente de fora” (*outsiders*) é, por vezes, sugerida (“Eu não sei se são moradores mesmo daqui”) e, por outras, explicitada (“vem de outro lugar e se hospedam”) em suas falas. Mesmo que não assumindo o tom agressivo empregado por outros moradores de “baixo” (que os classificam como “penetras”, “invasores”), nos discursos de Brena percebe-se também uma necessidade de não considerar os da *região* de “cima” e, mais especificamente, os da *região interdita*, moradores propriamente ditos. Assim,

---

<sup>123</sup> Em relação à prostituição e ao tráfico ela faz em alguns momentos referências direta às duas ruas abrangidas pela *região interdita*: a Rua da Palma (acima do Convento, como faz questão de frisar nas suas falas para distingui-la da Rua da Palma de “baixo”) e a Rua da Saúde.

narra que nas visitas que fazia aos quartos da *região* de “cima”, nunca encontrava a família que já havia visitado, pois “todo dia chega gente nova ali”. Quando me referi ao caso da tentativa de estupro à criança ocorrido na Rua da Palma, perguntei-lhe, distraidamente, se ele morava naquela rua. Ao que ela e sua irmã, que presenciava a entrevista, reagiram negando-lhe o estatuto de morador: “ele trabalha, não é daqui do bairro, passo o dia todinho aí”.

Percebo uma tendência nas classificações elaboradas pelos de “baixo” em relação aos de “cima” de representá-los como *outsiders*, tanto pelo pouco tempo de moradia nesse espaço (“gente de fora, invasores, penetras”), como pelos atributos negativos que lhes são lançados (“traficantes, à toas, assaltantes, estupradores, desleixados” -com os filhos e com o *espaço* físico onde vivem) Assim, os de “baixo” tendem a lançar para o *território* da *região* de “cima”, as práticas consideradas negativas e maculadoras da imagem das *regiões* de “baixo” e *Centro Histórico* na cidade de São Luís, reproduzindo e ressemantizando um movimento de classificação normalmente acionado pelos de “cima” para definir os da *região interdita*.

Tive a oportunidade de conversar com Clóvis, pai da última informante citada, Brena, que, como ela, nasceu e se criou na *região* de “baixo”. Apesar de sempre ter morado na *região* de “baixo”, a história de vida da família de Clóvis está ligada à *região* de “cima”. Seu pai tinha um comércio num “casarão” em que, na parte superior, funcionava uma casa de cômodos. Sua mãe trabalhou como costureira para meretrizes da ZBM.

Clóvis hoje tem uma oficina de computadores na *região* de “cima”, fato que, somado aos vínculos de sua família ali construídos desde o passado, lhe permite ter livre trânsito entre aqueles moradores. Esse informante reconhece a permanência de uma *fronteira* entre os de “cima” e os de “baixo”, que afirma ter sido pior no tempo da ZBM, quando eles “se respeitavam, mas não se misturavam”. Aponta que os de “cima” são representados pelos de “baixo” como “metido a doidão” e os de “baixo” são representados pelos de “cima” como “metido a boyzinho”.

Penso que seu livre trânsito entre as duas *regiões*, desde a infância, lhe permite elaborar representações dos de “cima” distintas das de outros moradores da *região* de “baixo”, inclusive dos que moram dentro da sua própria casa. As representações elaboradas por sua filha (“aqueles menino dali são tudo doido, são tudo de gangue!”) e por sua esposa (“lá pra cima diz que tem uns perdidão”) são representativos da diversidade de representações dentro de uma mesma família. Embora sua filha hoje esteja tendo um maior contato com os de “cima”, devido ao seu trabalho como agente comunitária entre eles, sua inserção nessa *região* é muito mais recente do que a de

Clóvis. Já sua esposa, que disse desconhecer essa *di-visão* entre os de “cima” e os de “baixo”, dizendo não sair de casa e não gostar de ouvir conversas da rua, construiu também **dentro de casa** uma representação dos de “cima”: “lá pra cima diz que tem uns perdidão”.

Clóvis afirma ser conhecido por todo mundo na *região* de “cima”: “pelos traficantes, pelos ladrão”, como fala em tom jocoso. Tal proximidade lhe possibilita elaborar uma representação dos de “cima” bem diferenciada da construída por outros moradores de “baixo”. Comparando os “vagabundos” de “cima” com os de “baixo”, suaviza a periculosidade dos primeiros utilizando para referir-se a eles o diminutivo “vagabundinho”.

Mas engraçado, esse pessoal daqui, esses vagabundos daí, né,[os de cima], a gente não pode nem classificar eles totalmente de ladrão e de traficante. Eles vendem as besteiras deles por aí, roubam alguém por aí, mas são gente conhecida, né. Quando eles pegam um estranho é que eles...[fazem o mal] Então eles não são muito como os dali de baixo assim, porque os dali de baixo, dali do Infernight Club [segundo ele faz parte da *região* do “Desterro”], ali é mais aquele pessoal que vem do Anjo da Guarda que desce pra fazer bagunça ali.(entrevista realizada em maio de 2005, grifos meus)

Os “vagabundinhos de cima” são, para esse informante, “gente conhecida” que trafica e rouba para sobreviver, mas seriam inofensivos para os moradores da *região* de “baixo”, só sendo perigosos para os “estranhos.” Já os do “Infernight Club” (que se constitui numa *região* intra *região* de “baixo”) seriam mais perigosos, porque são de outro bairro (o Anjo da Guarda). Os vagabundos perigosos (*outsiders*) estariam, principalmente, na *região* de “baixo” e não na *região* de “cima”. Utilizando a metáfora do “cachorro manso ao dono”, Clóvis esclarece tal representação:

Quer dizer, pra gente aqui não tem [violência]. O negócio é que o camarada que mora lá no Anjo da Guarda acha que aqui seja violento. É porque ele tá acostumado por lá. Os vagabundo de lá já conhecem ele, já não mexem com ele. É tipo a história do dono com o cachorro: aí tu chega “–não, entra que o cachorro é manso!” Manso pra ele que é dono, mas prum estranho não. (entrevista realizada em maio de 2005)

Entre os próprios “vagabundinhos de cima” Clóvis efetua uma clivagem há os “forasteiros” (“gente de fora”) e os “fixos” (“gente conhecida”). Os “forasteiros” mordem qualquer um, os “fixos” são mansos como o “cachorro ao dono”. Assim, ao mesmo tempo em que defende com indignação a demolição de prédios abandonados como o da antiga fábrica da Oleama, que “só servem pra encher de marginal” (“já tem os daqui, ainda vem mais os forasteiros, aí fica ruim”), fala com pesar e emoção de um dos “vagabundinhos fixos”

recentemente assassinado na rua da Palma (*região interdita*); “Edinho foi nascido e criado aqui. Conversava com todo mundo lá no Desterro, o diabo era quando ele tava drogado e coisa lá pra cima. Aí virava o bicho”.

Interpretando tais discursos é possível perceber diferentes representações dos de “cima” entre os de “baixo”. Enquanto alguns moradores de “baixo” estendem aos moradores da *região* de “cima” como um todo a condição de *outsiders*, outros circunscrevem à *região interdita* esta condição, e outros ainda, relativizam os *outsiders* dentro dessa última *região*, afirmando que muitos dos “vagabundos” que ali vivem são “gente conhecida” e por isso se tornariam “mansos como o cachorro ao dono”. Quanto mais trânsito os moradores de “baixo” têm com os de “cima”, menos negativa parece se tornar a representação que constroem destes.

### **3.2.2 “No tempo que era zona era mais respeitado”, agora “ali é um atóimo muito grande”**

Nas representações da ZBM elaboradas pelos moradores de “baixo”, normalmente há uma comparação imediata com a *região* de “cima” atual. Glória reconstrói uma outra imagem da “zona”, num tempo em que, afirma, era possível que famílias decentes morassem ao lado de cabarés. No tempo de sua mocidade, sua tia (“pessoa respeitada e de família”) morava na “zona”, mas isso não a impedia de visitá-la, pois “não tinha problema da gente não passar na rua, nem se via cara de ninguém, tudo era fechado. E elas respeitavam...” Eis a representação da “zona” de outrora que reconstrui:

Durante o dia essas mulheres não vinham nem na porta, que elas eram respeitadas e respeitavam as famílias. Elas só vinham de sete horas [da noite] em diante pra rua, pra rua não, era aberto assim pros homens entrar pra dançar ou namorarem lá como é que é. Que a gente não sabe, que a gente não freqüentava, zona mulher não entra, Deus me defenda. Quem ia era os homens. (entrevista realizada em maio de 2005)

Com outras tintas pinta as cenas que diz ocorrerem na “zona” de hoje. Se, num outrora visto com saudosismo, “elas [as meretrizes] não tomavam gosto e nem você [as] via... Agora, agora você não vê um animal irracional trepando na rua, mas você vê um animal racional trepando na rua, é homem e mulher”. Nessas comparações Glória busca um tempo perdido. Afirma que não existe mais “zona” porque não há mais uma função social reservada às meretrizes: “hoje não tem mais zona, hoje tem motel. As próprias mulheres de família é que são as prostitutas de hoje: um dia vão com um, no outro vão com outro”.

Já Brena constrói suas representações da ZBM através das lembranças herdadas da avó e do pai. Ela e sua irmã mais nova repetem como alunas aplicadas que aprenderam a lição de cor: “no tempo que era zona era mais respeitado”.

Sem recordar decerto os motivos, Brena conta que, na década de 1980, morria de medo de passar pela rua da Palma (*região interdita*), caminho mais próximo para chegar ao colégio: “Eu e Bianca a gente passava durinha, não olhava nem pro lado”. Quando perguntamos a origem desse medo, ela afirma que “As pessoas comentavam Ah! Que ali não sei o quê, que era zona e não sei o quê, que era muito traficante, aí a gente vai ficando com medo”. Quando insisti na pergunta indagando se o motivo do medo era o tráfico ou a “zona”, ela se percebeu com um medo cujas raízes se perderam no tempo: “Não, eu acho que na época, eu nem sei se ali era zona, menino. Porque pelo que eu saiba a zona mesmo era na 28. Aqui [referindo-se à Rua da Palma-*região interdita*] eu não sei se era, eu sei que agora é que o negócio é o tráfico mesmo que é muito grande, é muita droga”.

Se os motivos do medo no passado foram esquecidos, hoje aponta os motivos de seu mal estar: “Mas hoje minha irmã, a gente passa ali é cada nome horrível, meu Deus do céu que a gente escuta, rum! Eles não respeitam: [Dizem] ê mano, joga aí outra cabeça. Cabeça de merla que eles chamam”. Além do tráfico escancarado, que é lido como desrespeito ao transeunte, outros elementos são acionados para classificar a “gente de fora” que vive na *região* de “cima”, tais como: o atoísmo, a sujeira, brigas e gritarias. “Gente porque ali é um atoísmo muito grande. A gente passa o povo é gritando na rua e é briga, é um com uma faca na mão querendo matar o outro. Menina é uma loucura. Aí quem vem minha irmã e olha isso daí, tudo sujo. Pra ali pra cima é tudo sujo, a gente passa de manhã dá até vontade de vomitar”.

A partir desses discursos de moradores de “baixo” percebo que a idealização da ZBM não é exclusiva das representações dos moradores de “cima”. Entre os de “baixo”, o luxo, a decência e o respeito também são atribuídos à “zona” de outrora. Embora entre eles também seja comum a menção ao fato de que na ZBM “mulheres não entravam, só os homens que iam”, nem menores<sup>124</sup>, o que sugere que tal ambiente representado como “decente e respeitado” não o fosse tanto assim.

---

<sup>124</sup> Muitos moradores de “baixo” se referem ao papel da Polícia Militar - que funcionava onde hoje se situa o Convento das Mercês- e do Juizado de Menores, no controle da exclusão de menores do ambiente da ZBM.



### 3.3 Quando os de “baixo” são *guardiões de histórias e gente de família*

Entre os de “baixo” é comum o acionamento de critérios de classificação positivos para sua auto-definição: o ser morador antigo, ser conhecedor da história da *região*, ser de família, ser religioso, ser tranquilo, ser instruído. Representações negativas também são acionadas em relação a sua *região*: referências a tráfico, prostituição, violência e “atoísmo”.

#### 3.3.1 Entre moradores antigos saudade do tempo ido.

Entre os de “baixo” também é comum a valorização do ser “morador antigo”. Nos discursos de moradores antigos de “baixo”, o culto ao passado e a referência a um tempo perdido também são recorrentes. Se os de “cima” elegem a ZBM como sua história, os de “baixo” também se vangloriam de saber detalhes de uma festa religiosa que não se festeja mais, o nome e as histórias de um ex-morador famoso e até mesmo de, com precisão, saber descrever como a *região* do “Desterro” era antigamente, antes das intervenções públicas transformarem sua fisionomia. Se os de “cima” se dizem “figura principal”, os de “baixo” sentem-se *guardiões de histórias* da sua *região*.

Conversar com os de “baixo”, trazia sempre em si o **risco** de passar horas ouvindo-os falar, com orgulho e saudosismo, “como era o Desterro antigamente”. Do “Desterro”<sup>125</sup> muito bom de antigamente, muitas imagens se constroem: desde a calma do largo, onde se sentava no fim da tarde para contar histórias debaixo da figueira -que não há mais-, onde se distraiam com as preguiças que brincavam entre seus galhos, até as referências aos ilustres moradores que por ali passaram.

Isabel -que morou até os doze anos na *região* de “baixo”, sem nunca ter perdido o contato depois de sua mudança para a *região* de “cima”- recorda que, no tempo de sua infância, por volta da década de 1950, eram “famílias de nome que moravam no Desterro”. O “nome”, porém, para essa moradora, está mais ligado à distinção social do que à condição econômica. Segundo ela, ali não havia ricos, “eram pessoas remediadas”.

Já Glória, realça o glamour de um “Desterro” que conheceu na infância, ou que ouviu falar pelos pais e avós: “um lugar lindo, tradicional”, onde moravam pessoas importantes.

---

<sup>125</sup> Nesse tópico quando utilizar a expressão “Desterro” refiro-me à *região* do “Desterro”.

Fazendo questão de frisar que também veio de uma “família tradicional”, reconstrói uma imagem com tal autoridade, que um ouvinte desavisado pensa que ela teria vivenciado esse tempo<sup>126</sup>: “Naquela época esta rua era linda, bonita, porque era tradicional, morava o Dr Herculano Parga, morava o Delegado de polícia Flávio Bezerra, moravam gentes importantes como Dr. Matos que era bioquímico. Aqui tinha muita gente importante.”

Aroldo também faz questão de falar dos ilustres moradores do Desterro, dentre eles, seu irmão: outro personagem famoso da *região* por seu êxito como jogador de futebol e político.

Com saudade e ressentimentos um outro morador do “bairro” é lembrado: Padre Artur. Muitos informantes de “baixo” utilizam-no inclusive como referência de tempo. É comum entre eles ouvir-se a expressão: “no tempo do Padre Artur”. Alguns mencionam atividades por ele realizadas na *região*: cooperativas, cursos diversos para moradores do “bairro” e eventos religiosos. Uma moradora fala, com pesar: “quando Padre Artur morreu o bairro morreu junto com ele.”

Outros não escondem a raiva, acusando-o de traidor do povo do “Desterro”, quando se referem aos roubos de bens e relíquias pertencentes à comunidade do “Desterro” que teria deixado como herança para seus parentes.

### 3.3.2 Quando a “zona” maculava a imagem do “Desterro”

A história da *região* de “baixo” cruzou muitas vezes com a da *região* de “cima”. Embora os moradores de “baixo” também reconstruam uma ZBM decente, luxuosa e respeitada, na cidade de São Luís, a imagem dessa *região* parece ter sido maculada com a institucionalização da ZBM no *espaço* da *região* de “cima”.

Como aponta Glória, com a chegada da ZBM, moradores e visitantes “tradicionais” foram se afastando do “Desterro”. Assim se refere ao tempo em sua mãe chegou a essa *região*: “Bem, quando ela veio pra cá [*região* de “baixo”], apesar de ter só famílias tradicionais, porque ali [*região* de “cima”] era zona, da zona pra cá que era famílias tradicionais. Aí, quando veio a zona, as famílias tradicionais foram se mudando.”

---

<sup>126</sup> Muitos dentre a “gente importante” que Glória menciona, morreram antes dela nascer.

Afirma que depois da mudança de sua mãe para o “Desterro”, esta passou a ter pouco contato com seus amigos, que só vinham visitá-la em ocasiões especiais, como quando de alguma festa religiosa na Igreja do Desterro:

aí quando ela [sua mãe] veio morar aqui, as famílias tradicionais foram morar na rua do Alecrim, na rua dos Afogados, na rua do Perspontão, na rua Rio Branco. Vinham visitar, mas era de ano a ano, por que que vinham visitar? Porque tinha aqui a grande e valiosa procissão que era tradicional de Bom Jesus [inaudível]. Vinham, aí aproveitavam e faziam a visita e mamãe aproveitava e fazia arroz de cuxá com peixe frito, que quando terminasse íamos jantar, fazer uma ceia . (entrevista realizada em maio de 2005)

Não só a ZBM, mas também as residências próximas a ela, como as que fazem parte do que conceituo como *região* do “Desterro”, pareciam não gozar de um bom conceito frente aos moradores de outras áreas da cidade de São Luís. É o que sugerem as lembranças de infância de Marta<sup>127</sup>, desde então moradora da *região* do “Desterro”, que narra o estranhamento de suas colegas de escola quando dizia onde morava. Suas colegas diriam assustadas: “mas tu mora ali?”

A valorização do ser morador do “Desterro” parece ser uma construção recente. É o que sugerem as colocações de Marta “somente de uns anos pra cá as pessoas passaram a dizer que moram no Desterro, antes elas diziam que moravam no Centro”. Num passado próximo, essa *região* não parecia gozar de boa fama na cidade. Tendo sido palco de muitos roubos e assassinatos, a fama da *região* do “Desterro” era de ser uma área pesada.

Brena afirma que, até bem pouco tempo atrás, seus colegas de colégio traçavam uma imagem desfavorável da *região* em que vive: “o pessoal dizia logo que eu morava na zona, na 28 no Oscar Frota”. Mais recentemente, a imagem do “Desterro” parece estar sendo ressemantizada nas representações de agentes externos e de moradores. Bianca, irmã de Brena, afirma: “antes eles associavam muito [o Desterro] à zona, à 28, agora eles associam tudo – Ah! É ali perto do Reviver”.

---

<sup>127</sup> Simultaneamente à construção desse texto, Marta realizava um trabalho acerca das transformações operadas nas representações do bairro do Desterro por agentes externos e moradores, a partir de uma comparação de dois momentos significativos para sua história: a década de 1970, quando ali se processam intervenções urbanas, e os anos mais recentes, quando a obtenção do título de patrimônio da humanidade pela cidade de São Luís, teria influenciado outras mudanças. Ver SILVA (2005).

### 3.3.3 *Gente de família, gente que presta*

A categoria “morador antigo” goza de prestígio entre os de “baixo”, não apenas pelo fato destes se auto-definirem como uma espécie de *guardiões das histórias* dessa *região*. O “ser morador antigo” traz em si outro critério de classificação: o “ser gente conhecida”. É comum entre os de “baixo” a representação dos moradores a partir das referências de sua família. Assim, os moradores mais antigos são, normalmente, associados ao nome e ao caráter de um parente mais conhecido. Um morador antigo de “baixo” é classificado por outros também antigos, não apenas por suas referências pessoais, mas pelas referências de sua família.

A valorização da família envolve também uma preocupação com a criação dos filhos. A educação é apontada como uma prioridade por muitos deles, tanto no que se estende à instrução, como à retidão moral. O índice de escolaridade entre os de “baixo” é apontado por muitos destes como superior ao dos de “cima”. Muitos se referem ao grande número de moradores com Ensino Médio e Superior completo. Em relação à retidão moral, como já me referi ao longo desse trabalho, muitos pais da *região* de “baixo” temem o contato de seus filhos com os da *região* de “cima”, representando-se como *estabelecidos* em relação aos que definem como *outsiders*. Assim muitos deles preferem que seus filhos tenham contato apenas com moradores de “baixo” como eles *gente de família, gente que presta*.

A referência às famílias não está ligada à valorização de sua condição financeira, mas a um histórico de retidão moral. Marta, moradora de “baixo”, ao se desentender com um vizinho de muitos anos, com quem tinha pouco contato, afirmou, decepcionada: “Eu pensava que tu prestavas, não por tua causa, que eu nem te conheço, mais por causa da tua família.”

A valorização das referências de família entre os de “baixo” parece estar ligada à questão do casamento. Como coloca D.Nadir, que morou muitos anos na *região* de “cima” e vive há vinte anos na de “baixo”, ali “todo mundo é casado. Só eu que não sou<sup>128</sup>”. Marta, *mãe solteira*, reconstrói que, quando grávida, muitos vizinhos perguntavam, indiretamente, se ia casar ou morar junto com o pai de sua filha. Uma ex-moradora de “baixo” recorda que, quando criança -há

---

<sup>128</sup> Comparando as *regiões* de “cima” e de “baixo” em relação à questão do casamento, essa informante apontou que “lá pra cima ninguém é casado. Mas é mesmo como se fosse, porque “os home moram junto com as mulher, dão as coisas pra ela.” Penso que seu livre trânsito entre os *territórios* das *regiões* de “cima” e de “baixo” lhe possibilita relativizar o comportamento distinto de moradores dessa *região em relação ao casamento*.

cerca de quinze anos- referindo-se à única *mãe solteira* de sua rua na época,. perguntava-se, perplexa: “cadê o marido de Dinorah?”

Além da família e do casamento, a religiosidade católica parece ser um critério valorizado entre os “moradores antigos”. Frequentar a missa, participar de novenas são práticas comuns a muitos dos de “baixo”, que têm na Igreja do Desterro um de seus maiores símbolos. O bolo de tapioca e o chocolate depois do terço são aguardados por adultos e crianças. Esse ritual parece ser um dos momentos de produção de laços entre eles. Assim, enquanto os de “cima” jogam dominó, os de “baixo” fazem novenas e comem bolo.

### 3.3.4 “Inferninhos” entre os de “baixo”

Entre os de “baixo” é comum a representação da sua *região* como um lugar tranquilo. Embora alguns moradores se refiram à incidência de tráfico, violência e prostituição, apontam, normalmente a construção de outras *regiões* que cindiriam seu *território*.

Quando me refiro à incidência do tráfico na *região* de “baixo” os moradores normalmente negam-na veementemente ou afirmam que, se há tal prática naquele *território*, “deve ser muito escondido”. Outros se dizem desconfiados do comportamento de novos moradores. D. Neide quando se refere a um “hippie” que teria se mudado para sua rua aponta: “Eu acho que ele mexe com essas coisas. Ele só pode vender droga, porque na casa dele é um entra e sai de gente, acho que universitários que vêm comprar.”

Um *território* intra-*região* de “baixo” é apontado pelos moradores com quem tive contato como lugar perigo: o “inferninho ou Infernight Club”, onde se situam muitos bares representados como de má reputação. Referindo-se ao que parece se constituir outra *região* intra-*região* de “baixo”, os moradores de “baixo” acionam representações negativas: “o Inferninho basta dizer o nome, [é um Inferno]” Muitos explicitam o temor em relação à *região* “Inferninho”: “Eu tenho muito medo de passar por ali”.

Outros, como Clóvis, sublinham que a violência e o tráfico da *região* “inferninho” é decorrente da ação de forasteiros (*outsiders*): “ali é mais aquele pessoal que vem do Anjo da Guarda que desce pra fazer bagunça ali”

Para esse informante a *região* de “baixo” é um lugar tranquilo: a *região* Inferninho estabelecerá uma descontinuidade intra *território* da *região* de “baixo”, que, na sua representação ainda é um *território* tranquilo se comparado a outros “bairros” de São Luís:

Acha que o [“bairro” do] Desterro ainda é menos violento que outros bairros como Liberdade e Anjo da Guarda. Aqui é mais aqueles papudinhos que ficam ali arrumando confusão, aqueles cachaceiros que ficam bebendo cachaça o dia todinho na Travessa da Lapa<sup>129</sup> No [bar do] Batista<sup>130</sup> é tranquilo, Batista não deixa negada bagunçar. Batista é aquele cara que fala com todo mundo, mas ele se impõe, quer bagunçar vai pra rua. (entrevista realizada em maio de 2005)

Outros discursos de moradores de “baixo”, porém, relativizam essa representação da *região* de “baixo” como um *território* tranquilo e ordeiro. Glória, por exemplo, diz desejar se mudar da *região* onde vive desde o nascimento, afirmando: “O atoísmo está descendo”. Para essa informante o “atoísmo” não estaria mais restrito às *regiões* de “cima” ou do “inferninho”, ele estaria chegando também no *território* da *região* de “baixo”, e deseja sair dali antes que ele chegue completamente.

Outros moradores de “baixo”, como D. Nadir constroem representações negativas de locais específicos situados no *território* da *região* de “baixo”, como o largo do Desterro, onde alega que deve haver um policiamento para acabar com algumas “cachorradas” que ali se fazem:

Aqui [na *região* de “baixo”] a maior parte não que não se vê essa cachorrada. Só daqui da pracinha e aí neste largo da igreja. É um jogo de bola que não pára, de noite é aquelas mulher, aquelas pequena ficam até tarde da noite se agarrando com homem, é aquela coisa, dum lado é ali do outro lado. Eu não saio nem daqui pra ir pra li olhar pro bar da minha filha, que é uma falta de respeito danada. Aí era pra ter era um policiamento. Botaram um policiamento só quando inaugurou. (entrevista realizada em outubro de 2004)

Em relação a Michele, traficante e estelionatário que morou no *território* da *região* de “baixo”, as representações dos moradores de “baixo” são controversas. Uns, negam seu envolvimento com o tráfico, afirmando que este era ladrão e estelionatário, mas não traficante. Outros, afirmam que os de “baixo” sabiam de seu envolvimento com o tráfico, mas, aos poucos, com seu comportamento e com os presentes que distribuía entre eles, foi conquistando os moradores, que passaram a freqüentar sua casa nas novenas que fazia para Nossa Senhora de Fátima, comendo bolo e ,(dizem!), carregando a santa cheia de droga. Nas palavras de Brena: “E

<sup>129</sup> O trecho referido da Travessa da Lapa é considerado por muitos informantes como parte do “bairro” do Portinho. É incluso por este morador no espaço físico do “bairro” do Desterro, mas não no *território* da *região* de “baixo”.

<sup>130</sup> Situado também na Travessa da Lapa, mas num trecho considerado parte do *território* da *região* de “baixo”.

o pessoal ia buscar a santa com ele. Dizendo o povo, eu não sei se é verdade, que a santa tava cheia de droga. E o povo do Desterro tudinho lá com ele. E eu “meu Deus, que maldade!” O povo inocente se a polícia chegasse lá o povo ia tudo ser levado junto com ele”

Mesmo reconhecendo que muitos moradores sabiam do envolvimento desse indivíduo com o tráfico, Brena representa os que carregam a santa supostamente cheia de droga como “povo inocente” Talvez esta seja uma auto-definição **óbvia** para aqueles que representam sua *região* como um *território* tranquilo, onde mora gente de família, *gente que presta*.

A produção e reprodução de uma auto-definição de *estabelecidos* pelos de “baixo” parece se operar a partir da negação da incidência de elementos como tráfico, violência e prostituição no seu *território*. A construção da representação da *região* de “baixo” como um lugar tranquilo, muitas vezes só se torna viável a com exclusão de alguns *espaços* do seu *território*: como quando tendem a conceituar o “inferninho” como uma descontinuidade: como outra *região* intra *região* de “baixo”.

Ainda que alguns moradores apontem que o “atoísmo” está chegando à *região* de “baixo”, sua definição como um lugar tranquilo me parece preponderante. Ela consegue se manter até mesmo quando se reconhece o convívio de moradores com traficantes, como no caso de Michele, pois o “o povo [os moradores de “baixo” ] era inocente”

### 3.4 Quando os de “baixo” são “a ‘porra’ elitizada”: “essa ‘porra’ é tudo uma ‘merda’ só”

“Hipócritas”, “pseudo-ricos”, “pseudo-elitistas”, “bairristas”, “metidos à besta”, “cus doce”, “cheios de frescura”, “só querem ser boyzinho, só querem ser patricinha” são algumas das categorias acionadas pelos da *região* de “cima” para classificar os de “baixo”. Os de “cima” parecem acionar tais categorias a partir de um critério de classificação comum: a representação de uma pseudodiferença pelos de “baixo”. Para os moradores de “cima” que reconhecem explicitamente uma *fronteira*, esta não seria produto da diferença entre moradores dessas duas *regiões*, mas sim produtora de diferenças entre elas.

Dentre as categorias acionadas pelos de “cima” para classificar os de “baixo” sobressai um significado: a falsidade/aparência. São como “pseudos”, “metidos a”, e “que só querem ser” que os da *região* do “Desterro” são representados. Os de “cima”, normalmente afirmam a ausência de uma *fronteira* social entre as duas *regiões*. Nos discursos dos informantes de “cima”

são recorrentes argumentos que negam a diferença entre as duas *regiões*, como se sentissem necessidade de representar os de “baixo” como iguais a si. Alegam que os atributos da pobreza, do tráfico e da prostituição, caracterizam também os de “baixo”.

Em outros momentos os de “cima” acionam critérios que sublinham sua diferença em relação aos de “baixo”, quando com estes disputam o atributo da *memória/valor histórico legítimos*.

### 3.4.1 “É todo mundo achatado”

Em torno do critério pobreza, os de “cima” classificam os de “baixo” como “pseudo-ricos e pseudo-elitistas”. Tal representação é estendida tanto ao momento presente, quanto ao passado dessa *região*. Seu Juca, morador da rua 28 de julho afirma que: “no [na *região* do] Desterro nunca teve rico, nunca teve gente que tem dinheiro, quem tinha dinheiro morava na Praia Grande, eram os comerciantes, os empresários. Esse pessoal do [da *região* do] Desterro nunca foi rico, eles sempre foram pseudo-ricos”.

Seu Manoel, morador da rua Jacinto Maia corrobora essa representação. Referindo-se aos moradores atuais da *região* de “baixo”, aponta que não há uma diferença significativa dos moradores das duas *regiões* em relação à questão econômica. Afirma que: “só existem duas classes, a classe dos achatados e a dos poderosos. E aqui é todo mundo a mesma coisa; **é todo mundo achatado**. Só porque eles têm um empreguinho, um carrinho, uma casinha, ficam arrotando como se fossem alguma coisa, mas são tudo achatado também.”

Ainda que reconhecendo uma diferença (o emprego, a casa e o carro), tal informante não a julga indicativa de uma distinção de fato. No seu discurso, os elementos que indicariam uma distinção entre os de “cima” e os de “baixo” são minimizados com o uso de diminutivos (empreguinho, carrinho, casinha), o que lhe permite representá-los como iguais.(é todo mundo achatado).

Entre os de “cima”, é raro quem tenha emprego fixo. Esse informante, por exemplo, trabalhava num jornal onde não era assistido por qualquer direito trabalhista. Na ocasião dessa nossa conversa, estava há quatro meses sem receber salário. Outros moradores dessa *região* têm uma “pontinha” em algum projeto ou órgão da Prefeitura, mas nem sempre podem contar com esse dinheiro no orçamento, já que ocorrem, com certa frequência, atrasos no pagamento.



Ali, a aposentadoria de um parente idoso é, muitas vezes, o esteio da casa. Numa das tardes que passei fazendo trabalho de campo entre os de “cima”, diante da notícia de falecimento de uma senhora, moradora dessa *região*, um dos presentes fez o seguinte comentário: “-Ih! Quebraram as pernas deles, porque naquela casa eles vivem de duas aposentadorias: essa já foi, a outra [a mãe da falecida] não vai custar ir embora [morrer] também. Agora vai ficar ruim pra eles”.

Nessa *região* como definiu uma informante, “quem não é ambulante, vende droga”. Com relação à moradia, é raro possuir casa própria: uns moram em quartos ou compartimentos de casarões, outros vivem há muitos anos em imóveis pertencentes a proprietários que, há muito tempo, mudaram-se dali. Mas, apesar de haver certa diferença no padrão sócio-econômico das duas *regiões*, os de “cima”, normalmente, acionam categorias de classificação para suavizá-la, ou negá-la.

Raquel, moradora da 28 de julho também argumenta que a *fronteira* não se funda nem se reproduz a partir de diferenças **reais** entre os moradores de “cima” e do “Desterro”. Na sua opinião sua construção e reprodução seriam elaboradas tendo como referência o espaço físico onde os moradores se encontram: a *di-visão* ocorreria a partir da localização espacial e não pelo comportamento ou perfil:

-Aqui existe uma divisão, sempre existiu e sempre vai existir, porque aqui são duas regiões. E a divisão não é feita por causa do comportamento das pessoas, é uma divisão de espaço, porque aqui todo mundo é igual. O pessoal do Desterro quer ser diferente, mas são tudo igual à gente. Eles trabalham, eu também trabalho, eles recebem salário, eu também recebo.

Ao comentar as impressões de Seu Manoel, que iguala os membros das duas *regiões* na “classe dos achatados”, com Marta<sup>131</sup>, moradora da *região* do “Desterro”, pareceu comungar da mesma opinião, apontando que há uma diferença insignificante, que se faz significativa nas representações acionadas pelos moradores de ambas as *regiões*: “Aqui é todo mundo pobre, ninguém tem lá essas coisas não E quem tinha dinheiro já foi embora daqui há algum tempo. E se tiver alguma distinção é em relação a estudo. Os pais [da *região* de “baixo”] normalmente incentivavam os estudos dos filhos, mas uns estudaram em escola pública, outros em escola

---

<sup>131</sup> Por falar, também, do lugar de pesquisadora, Marta consegue ter certo distanciamento das representações dos moradores de “cima” e de “baixo”.

particular.” E continuou, apontando para a construção social da diferença: “É a velha coisa de se ter um pouquinho a mais; uma coisa mínima pode se tornar uma diferença enorme.”

Entre os moradores da *região* do “Desterro” figuraram funcionários públicos, professores, comerciários, enfim, pessoas que possuem um emprego estável que lhes garante rendimentos modestos. Entre os que possuem casa própria, não se encontram patrimônios imponentes<sup>132</sup>; as casas desse espaço físico são, na sua maioria, porta e janela e meia morada.<sup>133</sup> Mas, por outro lado, pessoas de renda muito baixa, que vivem de aluguel ou “de favor” em casas de outrem, também constam entre os moradores dessa *região*.

Durante a oficina de fotografia do Projeto Viver o Desterro também me foi possível, a partir da observação direta das crianças, interpretar que não há um perfil homogêneo do ponto de vista sócio-econômico dos moradores das duas *regiões*. Entre algumas crianças de “baixo” percebi, tanto como nas de “cima”, indícios de uma condição sócio-econômica precária. Algumas crianças de “baixo” diziam, por exemplo, que freqüentavam mais a Igreja do Desterro durante o mês de maio “quando tem reza, porque tem bolo quando a reza acaba”. Depois de encerradas as atividades da oficina eu perguntava corriqueiramente aos alunos, quando os encontrava nos eventos realizados no “bairro” do Desterro, se eles estavam sentindo falta da oficina. Ao que eles normalmente respondiam: “estamos, principalmente da merenda”.

Como apontou Aroldo, morador de “baixo”, o mecanismo de invenção da diferença não se funda numa diferença **real**. Na fala desse informante, que representa os de “cima” como preconceituosos consigo mesmo, as meninas de “baixo” não seriam patricinhas, como as representavam os meninos de “cima”. Como disse a esses últimos: “elas são tudo pobre que nem vocês”.

Assim, em alguns momentos, moradores de “cima” e de “baixo” afirmam que o *princípio de divisão* que estabelece uma descontinuidade numa continuidade natural, instituindo *regiões*, reconhecidas ou não por eles, é antes produtora de uma diferença do que produto desta.

---

<sup>132</sup> Refiro-me a sobrados e moradas inteiras (casas térreas que se caracterizam por apresentarem na fachada uma porta central com duas janelas de cada lado)

<sup>133</sup> Casas térreas com uma porta e uma janela e uma porta e duas janelas respectivamente na fachada. São, normalmente, imóveis com menores dimensões e menos valorizados que os sobrados e moradas inteiras.

### 3.4.2 “Aqui teve cabaré, lá também teve”

A prostituição é um outro elemento em torno do qual os de “cima” afirmam a invenção da diferença por parte dos de “baixo”. Novamente a questão do espaço físico é apontada como foco irradiador de critérios de classificação. Alguns informantes enfatizam nos seus discursos o fato da prostituição ser, tanto na atualidade, como no passado, uma prática comum às duas *regiões*. Como afirma Juca: “aqui teve cabaré, lá também teve. E foi lá que começaram os cabarés, não foi nem aqui”. Sua esposa Raquel, também frisa tal semelhança, narrando que, desde sua infância, garotas da *região* do “Desterro” faziam “ponto” nas praças da cidade e aponta que, até hoje, existem prostitutas “do lado de lá”, “mas como elas são [da *região*] do “Desterro”, ‘eles’ fazem de conta que não vêm”.

Assim reitera o argumento de que a *fronteira* é instituída e reproduzida muito mais a partir do espaço físico do que das práticas dos moradores, afirmando que o princípio de divisão das *regiões* “é uma questão de hipocrisia. Eu, sendo filha de prostituta se morasse lá [na *região* do “Desterro”] como moram muitas, ninguém dizia nada, mas como eu moro na 28 de julho...”

A referência ao tráfico e ao uso de drogas também é representada pelos de “cima” como uma atribuição dos de “baixo”, fundada no argumento de que seriam produto do meio, como se pode ilustrar nesse discurso de Das Dores:

Assim...[os de “baixo” dizem] Ah! no Desterro os adolescentes não usam drogas, os adolescentes que usam drogas são os adolescentes da Rua da Palma, da 28... Então, quer dizer, por quê? Eu já vivenciei uma pessoa falar que é: -Ah o Desterro não tem rapaz que usa droga, é na Rua da Palma [que tem]! Ah, mas também, eles são de lá!(entrevista realizada em julho de 2004, grifos meu)

Contra-atacando essa representação dos de “baixo”, Seu Manoel se refere a Michele, traficante e estelionatário que teria vivido entre os de “baixo”:

Tinha muita gente que hoje eu vejo que é [não se mistura] com a gente de cima que vivia misturada com ele lá. Ele alugou até uma casa lá embaixo na rua Rio de Janeiro. E ele dava show: promovia novenas pra Nossa Senhora de Fátima e gente importante ia pra lá, pra tomar café, rezar, tinha a procissão.e ele era o chefe, ele que bancava tudo. E eles ficavam mudo e surdo pra esse lado [o tráfico] É a dupla moral, né. (entrevista realizada em novembro de 2004)

Assim, para os de “cima” a única forma de tornar inteligíveis as classificações acionadas pelos de “baixo” em relação a si, seria considerando-os “hipócritas” e portadores de “dupla

moral”. Entendendo que práticas negativas -prostituição e tráfico- atribuídas, pelos de “baixo”, como exclusivas da *região* de “cima”, também ocorrem naquele espaço, mas “eles ficam mudo e surdo pra esse lado”.

### 3.4.3 “Que história que o Desterro tem?”

Embora em situações extraordinárias, como durante o II Seminário, os de “cima” e os de “baixo” se reconheçam como *nós*, dizendo a uma só voz: “nós somos patrimônio”, esses “azulejos do Centro Histórico” disputam, ordinariamente, o atributo da *memória/valor histórico legítimos*. Os de “cima” que se auto definem como “figuras principais” e como portadores de uma memória legítima da ZBM, representam-na como a “verdadeira história do Centro Histórico”, que ainda “não foi contada e que deve ser resgatada como um todo”. Baseados nesse argumento atribuem para si uma diferença em relação aos de “baixo”: a de serem testemunhas da história da *região Centro Histórico*.

Em relação a esse critério, os de “cima” se representam como *estabelecidos* em relação aos de “baixo”, que classificam como *outsiders*. Tal representação pode ser ilustrada na fala de Juca: “O que que esse povo do Desterro quer ser? Eles não viram história nenhuma. Esse pessoal que mora lá, nem é daqui [de São Luís], são tudo de fora, vieram tudo do interior, chegaram depois”. Das Dores reitera essa classificação afirmando que aqueles dentre os de “baixo” que tinha alguma história há muito já teriam ido embora dessa *região*: “Que história que o Desterro tem? Tem poeta, jogador de futebol, que só fizeram nascer lá e depois foram embora. O Desterro não é nada. O Desterro são só duas ruas, gente”.

Negando a diferença entre as duas *regiões*, os de “cima” atribuem a construção de *fronteiras* a uma *di-visão* de espaço físico; não haveria uma *fronteira social* mas uma *fronteira física*. Para os de “cima” a reprodução das *fronteiras* se efetiva através da negação de uma *fronteira social*, o que lhes faz construí-las ao classificar os de “baixo” a partir dos atributos da falsidade e da aparência.

Talvez poder-se-ia sintetizar tal representação da *fronteira* na bricolagem da fala de dois moradores de “cima”: “o Desterro é a ‘porra’ elitizada”, mas “essa ‘porra’ é tudo uma ‘merda’ só.”

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Busquei, com angústia e afinco, traçar em linhas retas as curvas de um movimento, como um fotógrafo que teimasse em captar numa fotografia plana o zigue-zague dos ventos e (quicá!) seus ruídos. Este texto é, pois, o resultado possível de um esforço profícuo e vão de traduzir em palavras um momento do movimento de identificação em curso entre moradores do que designo *região Centro Histórico*. Quando o leitor captar os zigue zagues e ruídos desses ventos que correm e soam em múltiplas direções e tons, essa fotografia por mim construída será apenas **um instante ido** congelado.

Meus próprios *olhos de ver*, se se voltassem novamente para esse universo social, dele fariam, decerto, um outro retrato, onde o vento talvez já não corresse mais em direção ao poente e seus ruídos fizessem-se mais agudos do que nesse registro **já distante**. Sei que fotografei um instante de um movimento do qual já aprendi muito, mas muito pouco. Como “boa observadora” hoje o conheço melhor, mas ainda desconheço muitos dos seus passos e ritmos ainda em mutação. Como aponta Condrigton (apud CLIFFORD, 1998, p.227): “Quando um europeu vive dois ou três anos entre os selvagens, ele está totalmente convencido que sabe tudo sobre eles; quando fica dez anos, ou quase, entre eles, se for um homem observador, ele vai achar que sabe muito pouco e aí sim ele vai começando a aprender”. Fotografei, pois, um *país estrangeiro*, já não mais tão estranho, nem tampouco translúcido.

Para elaborar essa fotografia, tomei como objeto o próprio movimento de construção do objeto. Inicialmente construí três *regiões* -a de “cima” e a de “baixo” e a *interdita*- colocando uma pergunta que não deve ser posta de forma binária: existe uma *fronteira* entre os de “cima” e os de “baixo” e entre os de “cima” e os da *região interdita*? Eles se reconhecem como *nós* ou como *eles*? O adensamento da incursão em campo e a utilização do conceito de *fronteira* (HALL, 2003) como “lugar de passagem” possibilitou-me investigar um movimento de identificação onde os atores se fazem *outros* ou *mesmos* a partir das relações travadas entre si.

Mapeando os critérios de classificação acionados por moradores dessas *regiões*, constatee a necessidade de construir uma outra *região*: a *Centro Histórico*, onde esses diversos atores encontram-se em comunhão de interesses e/ou em disputas constantes, reconhecendo-se ora como *outros* ora como *mesmos*.

O “ser patrimônio”, “ser morador do Centro Histórico” parece ser o critério em torno do qual esses diversos atores se reconhecem como pertencentes a uma única *região*: a *Centro Histórico*. Embora lideranças e alguns moradores afirmem a rasa difusão desse critério de classificação entre os moradores dessa *região*, em situações extraordinárias<sup>134</sup>, quando utilizado como estratégia de reivindicação política, tal critério é acionado.

Mas esse mesmo critério que une moradores na *região Centro Histórico*, pode dividi-los novamente, como quando, por exemplo, há disputas pelo atributo do *valor histórico/ memória legítima* entre as *regiões*. Com o mesmo esmero com que os da *região* de “cima” descrevem a ZBM afirmando ser “figura principal” por ter vivenciado sua história, os da *região* de “baixo” falam o nome e o sobrenome de alguém importante que tenha vivido em seu *território*, auto atribuindo-se a autoridade de conhecerem a história da *região Centro Histórico*.

É como se esses “azulejos do *Centro Histórico*” se classificassem em *azulejo colonial português* e *réplicas*, quando as *regiões* de “cima” e de “baixo” disputam o “ser patrimônio”. Mesmo representando o *outro* como *original* ou *réplica*, estes “azulejos” (os de “cima” e os de “baixo”) ainda se atribuem algum valor (“ser morador antigo”). Um terceiro critério de classificação, porém, parece ser acionado: o que designo como *cerâmicas baratas*, aqueles que são categorizados como “gente de fora”, “penetras”, “traficantes”, “ladrões”, “marginais”. Estes são representados, muitas vezes, como peças que “enfeiam”, “sujam” e “empestam” o nome da *região Centro Histórico*.

Para alguns moradores de “baixo”, essas *cerâmicas baratas* estão por toda a *região de “cima”*; para outros, eles se restringem à *região interdita*, e para outros ainda, elas não são tão feias e nocivas. Os de “cima” normalmente atribuem esses critérios negativos aos da *interdita*, reconhecendo-os como outros, ainda que em outros momentos os reconheçam como *mesmos*.

Acionando diversos critérios de classificação, os de “baixo”, os de “cima” e os da *interdita*, ora se reconhecem como *mesmos*, ora como *outros*. Por vezes, “Tudo é Desterro” e uma *região Centro Histórico* se constrói, desconstruindo, ainda que em situações extraordinárias, as *fronteiras* que separam essas três *regiões*. Nas situações ordinárias, normalmente, estas *fronteiras* se reforçam e esses moradores se reconhecem como *outros*.

---

<sup>134</sup> Como durante o II Seminário de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Desterro, Portinho e Praia Grande e no incidente da morte de uma moradora por choque elétrico num poste do Centro Histórico analisados no tópico 3.1

Deixo ao leitor, portanto, uma questão: Tudo é Desterro? Na minha interpretação a resposta vagueia entre o sim e o não, no movimento de construção e desconstrução de *regiões*, na disputa de se afirmar o poder de ser *Centro Histórico*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVITO, Marcos. **As cores de Acari**: uma favela carioca. Rio de Janeiro.FGV Editora, 2001.
- BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas fronteiras**. São Paulo::Editora UNESP, 1997.
- BOURDIEU, Piere. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- \_\_\_\_\_. **Compreender** in Bourdiue, Pierre (coord) **A Miséria do mundo** Petrópoles, RJ: Vozes,1997.
- \_\_\_\_\_. **O espaço dos pontos de vista**. In BOURDIEU, Pierre (coord) **A Miséria do mundo** Petrópoles, RJ: Vozes,1997.
- CAMPUS, Marize Helena de. **Mariposas e pensões**: um estudo da prostituição em São Luís do Maranhão na primeira metade do século XX. São Paulo: USP, 2001. (Dissertação de Mestrado)
- CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: Antropologia e Literatura no século XX.Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1998.
- CORRÊA, Alexandre Fernandes. **Vilas, parques, bairros e terreiros**: novos patrimônios na cena das políticas culturais em São Paulo e São Luís. São Luís: EDUFMA, 2003.
- DA MATTA, Roberto **Relativizando**: uma introdução à Antropologia Social.Rio de Janeiro: Vozes, 1984.
- \_\_\_\_\_, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.Rio de Janeiro: Roxo, 2000.
- DURKHEIM, Emile e MAUSS, Marcel. **Algumas formas primitivas de classificação**. in In MAUSS, Marcel. Ensaio de Sociologia. São Paulo: Perspectiva, 1988.
- ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**: uma sociologia das relações de poder dentro de uma pequena comunidade.Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- FERREIRA, Márcia M. G. **Os cortiços e a cidade**: um estudo das transformações das imagens e experiências sociais no Centro Histórico de São Luís na virada do século XXI. São Luís: UFMA, 2003 (anteprojeto de pesquisa apresentado ao PPGCS/UFMA).
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **Para além da pedra e cal**: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ALVES, Regina e CHAGAS, Mário (orgs). **Memória e patrimônio**: Ensaio contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.



HAUSBAERT, Rogério **Des-Territorialização e identidade**: a rede gaúcha no Nordeste. Rio de Janeiro: Eduff, 1997.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

LOPES, Ana Néri Macedo. **Sexo, prazer e dor-contradições da mesma face do ser mulher**: um estudo sobre modos de prostituição feminina em São Luís nos anos de 1950 a 1970. São Luís: UFMA, 2004. (Monografia de Graduação)

MAUSS, Marcel. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Perspectiva, 1988.

MAGNANI, José Guilherme C. **Quando o campo é a cidade**: fazendo Antropologia na metrópole. in MAGNANI, José Guilherme C e TORRES, Lílian de Lucca. (orgs) **Na metrópole**: textos de Antropologia urbana. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2000.

REIS, José Ribamar Sousa dos. **ZBM**: o reino encantado da boêmia. São Luís: Lithograf, 2002.

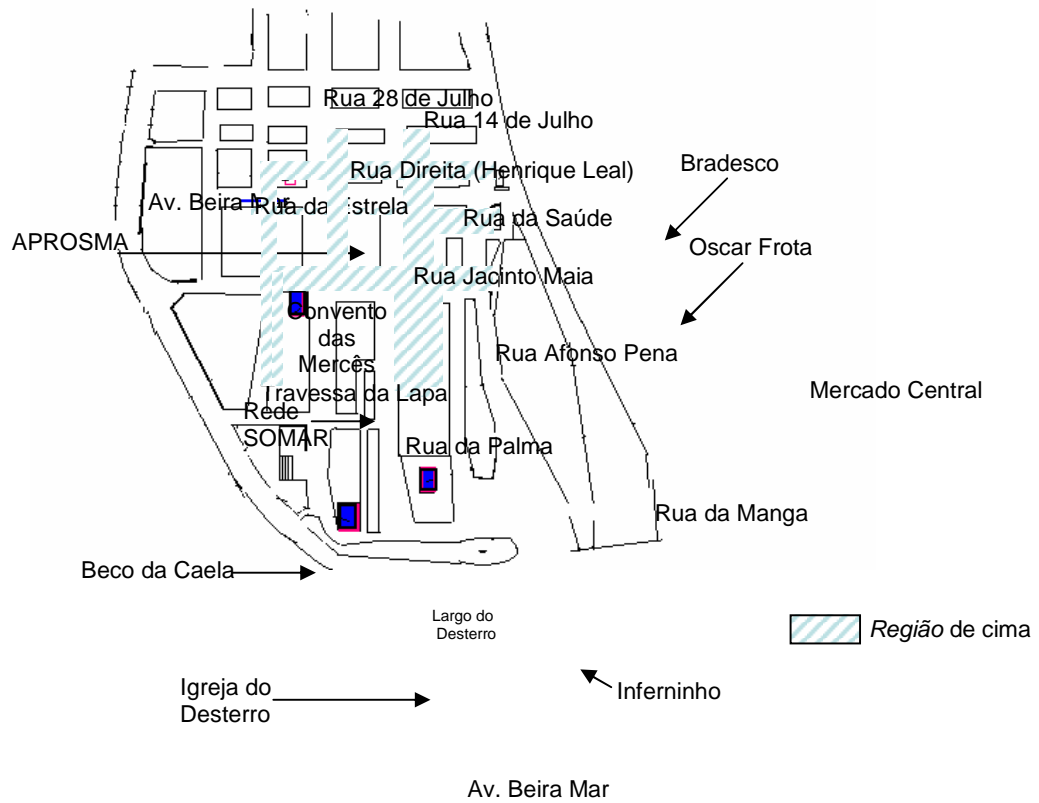
SILVA, Creodecy Costa da. **Nos labirintos do patrimônio**: representações sobre o bairro do Desterro. São Luís: UFMA/PPGCS, 2005. (Dissertação de Mestrado)

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura**: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1981.

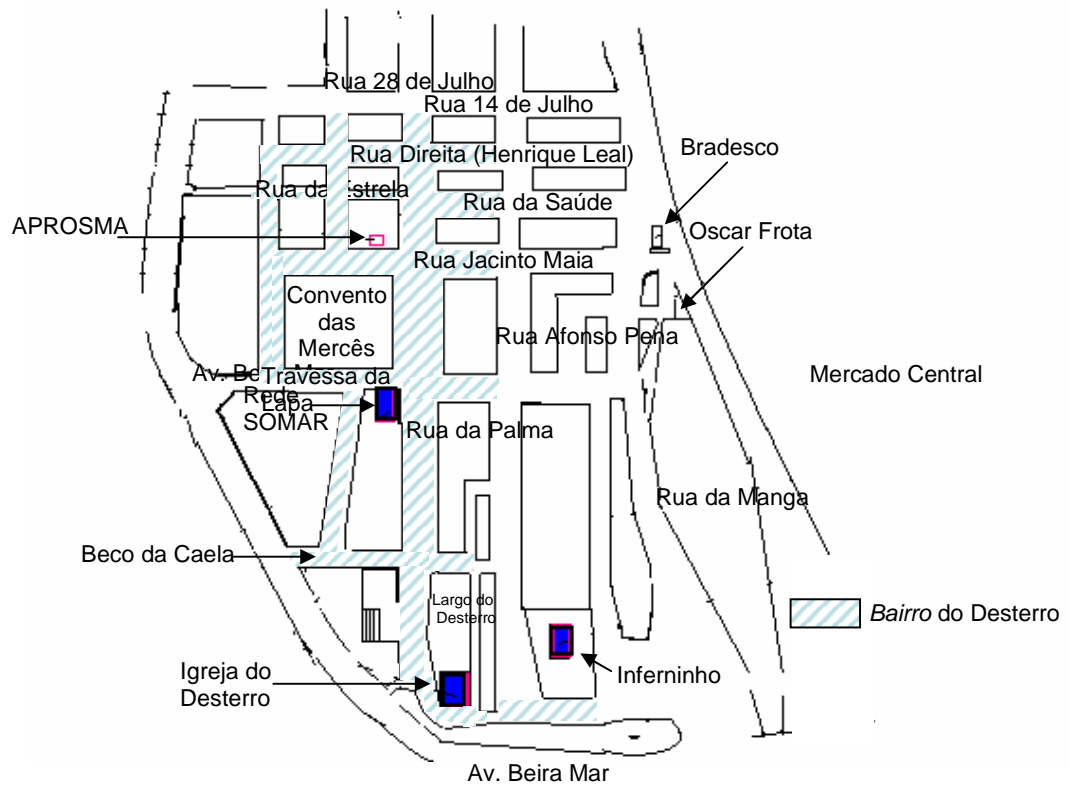
ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta**: as organizações populares e o significado da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1985

## **ANEXOS**

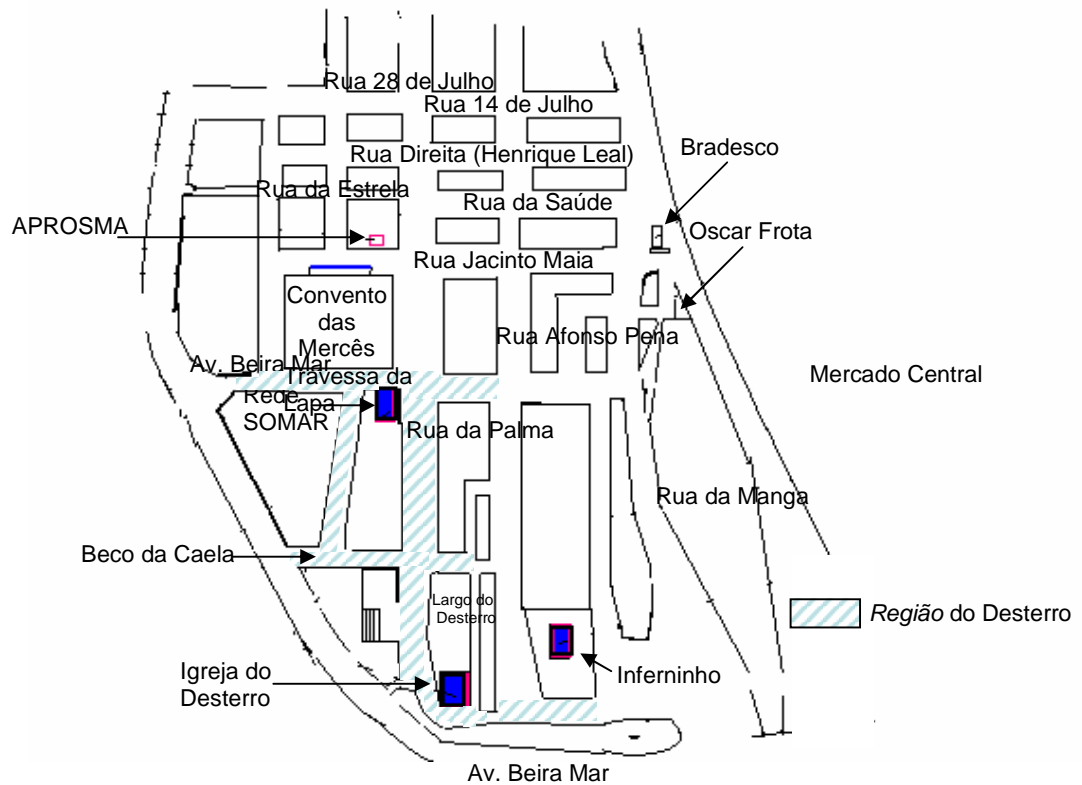
## MAPA I – Região de Cima



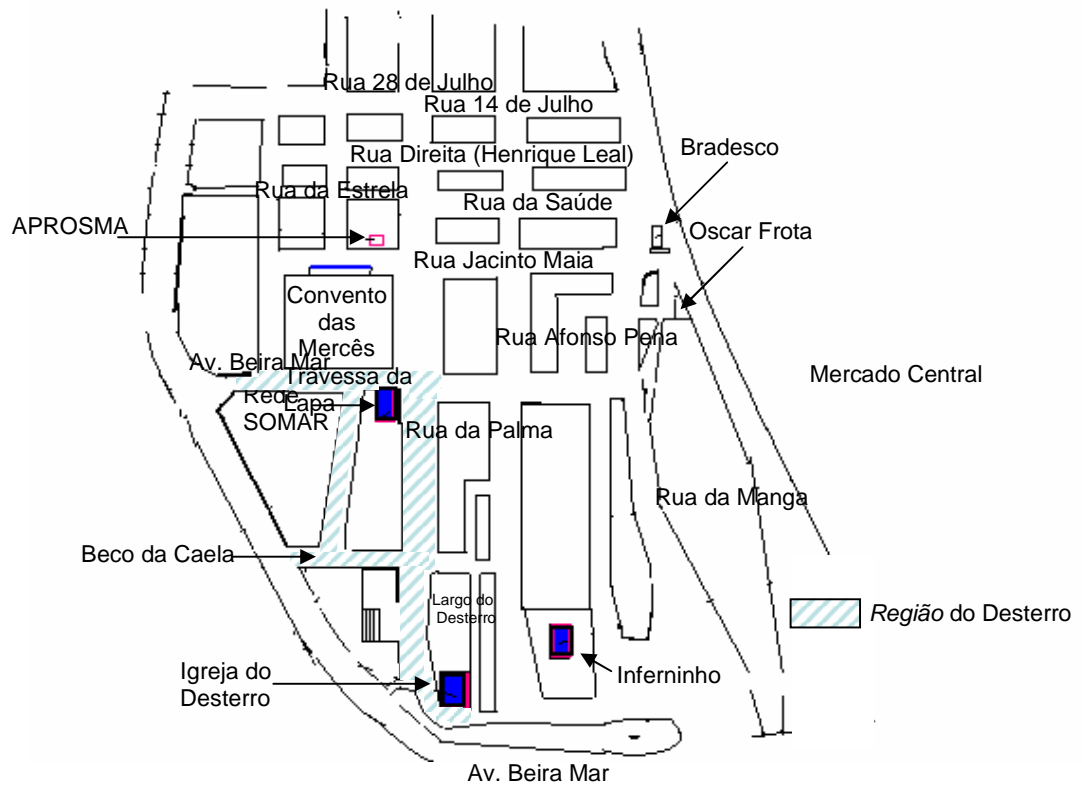
## MAPA II – Bairro do Desterro



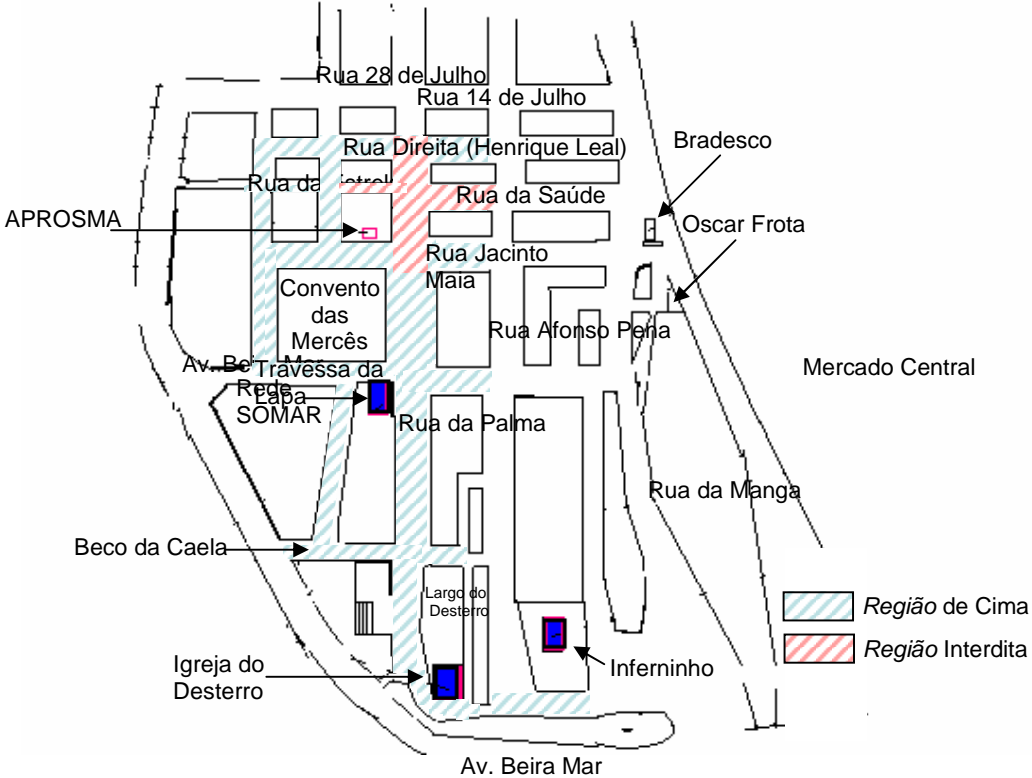
## MAPA III – Região do Desterro



## MAPA IV – Região do Desterro



## MAPA V – Região Interdita



## MAPA VI – Região Centro Histórico

